

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**Lúcio Vasconcellos de Verçosa**

**Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de  
trabalho e resistência**

**São Carlos  
Março de 2012**

**Lúcio Vasconcellos de Verçoza**

**Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

**São Carlos**

**Março de 2012**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

V482tc

Verçoza, Lúcio Vasconcellos de.

Trabalhadores nos canaviais de Alagoas : um estudo sobre as condições de trabalho e resistência / Lúcio Vasconcellos de Verçoza. -- São Carlos : UFSCar, 2012. 151 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Sociologia. 2. Sociologia do trabalho. 3. Sociologia rural. 4. Trabalho Rural. 5. Agroindústria canavieira. 6. Alagoas. I. Título.

CDD: 301 (20<sup>a</sup>)



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676  
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673  
[www.ppgs.ufscar.br](http://www.ppgs.ufscar.br) - Endereço eletrônico: [ppgs@ufscar.br](mailto:ppgs@ufscar.br)

*Lúcio Vasconcellos de Verçosa*

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 05 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva  
Orientadora e Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins  
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Alice Anabuki Plancherel  
Universidade Federal de Alagoas

Para uso da CPG

Homologado na 28.<sup>a</sup> Reunião da CPG-  
Sociologia, realizada em 08/03/2012

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério  
Coordenador do PPGS



**À Vó Dina, pela força e pela fé lúcida.**

**À Vó Zenaide, pelo sorriso e pela coragem edificante.**

**Aos Trabalhadores Canavieiros, pelo suor e pela esperança.**

## **Agradecimentos**

Qualquer trabalho, por mais simples que seja, depende de um grande número de pessoas envolvidas direta e indiretamente. Muitas vezes costumamos pensar que o indivíduo isolado realizou determinada tarefa; quando agimos assim, esquecemos de que sequer o indivíduo seria indivíduo se não existisse uma coletividade na qual está inserido. Por isto, é preciso revelar aqueles que, de alguma forma, estão presentes nesse trabalho, mas, como isto é uma tarefa que não caberia em poucas páginas, infelizmente serei obrigado a fazer referências de forma genérica, excluindo nomes de pessoas que também estão por trás da construção desse trabalho.

Agradeço à Professora Maria Aparecida de Moraes Silva, pela maestria e zelo com que conduziu a orientação de cada etapa dessa pesquisa, mas, sobretudo, pela acolhida afetuosa e paciente – fundamental para a minha adaptação em São Carlos – , por sua sensibilidade, que é fruto de um humanismo radical, pelo imprescindível exemplo de docente e pesquisadora séria, que executa o seu trabalho como um ofício. Sou muito grato pelo seu apoio e por todos os ensinamentos.

À Professora Alice Anabuki Plancherel, fundamental na minha formação desde os primeiros passos da pesquisa do PIBIC em 2008. Sempre transpirando compromisso em cada debate, aula, pesquisa de campo e conversa informal. A nossa convivência é uma fonte de estímulo para mim. Agradeço por ter confiado em meu trabalho, pelas lições e pelo companheirismo ao longo dos anos.

Ao Professor Rodrigo Martins, por suas aulas de Sociologia Rural – que contribuíram especialmente no primeiro capítulo dessa dissertação – e por suas sugestões durante a banca de qualificação.

Aos Professores Golbery Lessa e José Nascimento França, pelas conversas férteis e companheiras, pela leitura crítica do meu projeto de seleção do mestrado, o meu muitíssimo obrigado.

Aos trabalhadores da Universidade Federal de São Carlos, em especial à Ana Maria Bertolo (secretária do PPGS-UFSCar), pela atenção e simpatia cotidianas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento indispensável.

Aos amigos e colegas dos Grupos de Pesquisa *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo e Terra, Trabalho, Memória e Migração*, pelas salutares discussões, convivência e companheirismo: Alice Peres, Allan Queiroz, Aline Hasegawa, Andréia Appolinário, Beatriz Medeiros, Carmen Andriolli, Charles dos Santos, Gabriel Beltrão, Josiane Carvalho e Juliana Dourado.

Aos amigos Leonardo Reis, Juliana Guanais e Maciel Cover, pelos instigantes debates e convívio durante as pesquisas de campo realizadas em alojamentos de usinas de Santa Bárbara d'Oeste. Em especial ao Leonardo, pela leitura crítica de parte dessa dissertação.

Aos membros do grupo de discussão dos arredores do PPGS: Juliana Dourado, Rejane Siqueira, Lidiane Maciel e Beatriz Medeiros.

Às pessoas que me ajudaram nas transcrições das entrevistas: João Paulo dos Santos, Bárbara Suellen e Sheley Almeida.

Ao amigo Gabriel Silveira, por toda força que tem me dado ao longo desses vários anos de amizade. Muitas de minhas angústias políticas, teóricas e poéticas também foram compartilhadas com ele.

À minha família, que sempre foi uma fonte de apoio. Dentre estes, destaco meus tios Élcio e Ivanilda, pelo estímulo e atenção que têm me dado, pela revisão dos meus textos. Em especial, aos meus pais, Roberto Lúcio e Hermé, pelo amor e pelo apoio incondicionais que possibilitaram a realização desse trabalho. Aos meus irmãos, Maíra e Rodolfo, pela atenciosa e crucial ajuda.

À Sheley, minha nova família, pela vida em comum, pelo intenso carinho, afeto e amor fundamentais para a minha caminhada. Não consigo expressar minha gratidão e amor só com palavras.

Aos trabalhadores canavieiros entrevistados, que compartilharam as suas experiências e confiaram nessa pesquisa.

“Vejo à frente um tempo em que o homem deverá caminhar para alguma coisa mais valiosa e mais elevada do que seu estômago, quando haverá maiores estímulos para levar os homens à ação do que o incentivo de hoje, que é o incentivo do estômago.”

Jack London, *O que a vida significa para mim*

## RESUMO

O mais recente processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira alagoana – iniciado a partir dos anos 1990 – alterou profundamente os critérios de seleção dos trabalhadores, a organização do trabalho e a sua forma de gestão. Essas mudanças, que afetam diretamente os trabalhadores, resultaram em intensificação do ritmo de trabalho, elevação de sua produtividade e diminuição do número de empregos. No bojo dessas novas configurações da relação capital e trabalho, o objetivo da presente dissertação é analisar como se processa a exploração-dominação da força de trabalho e as formas de resistência construídas pelos trabalhadores canavieiros em Alagoas. Para atingir tal escopo, foram realizadas pesquisas de campo e entrevistas com cortadores de cana, ex-moradores de engenho, trabalhadores desempregados, operadores de carregadeira, *bituqueiros*, cabos (fiscais) e dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais. As entrevistas foram norteadas pela metodologia da história oral. O município de Teotônio Vilela foi o universo empírico privilegiado por concentrar um grande número de trabalhadores empregados em diversas usinas do sul de Alagoas.

Palavras-chave: trabalho rural; agroindústria canavieira; exploração-dominação; resistência; Alagoas.

## ABSTRACT

The most recent process of productive restructuration of Alagoas' sugarcane agro industry – initiated in the 1990 – modified profoundly the criteria of workers selection, the labor organization and its way of management. Those changes, which affect directly the workers, resulted in the intensification of the work rhythm, elevation of its productivity and decrease of job numbers. In the core of those configurations in the relationship between capital and work, the purpose of the present dissertation is to analyze how the exploration-domination of the labor force is processed and ways of resistance constituted by the sugarcane worker in Alagoas. To achieve this purpose, were realized field research and interview with sugarcane cutters, former sugar mill residents, unemployed workers, tractor operator, “*bituqueiros*”, “*cabos*” (inspectors) and leaders of rural labor union. The interviews were led by the oral history methodology. The municipal district of Teotônio Vilela was the empiric universe privileged, though it concentrates a large number of workers employed in many sugar factories in the south of Alagoas.

Key words: rural labor; sugar cane agro industry; exploration-domination; resistance; Alagoas.

## **MAPA**

**Mapa do relevo alagoano: destaque para a região dos tabuleiros\_\_\_\_\_34**

## **TABELA**

**Tabela 1: Área de Cana em Alagoas 1970/1975/1983/1987\_\_\_\_\_39**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
A gestação da pesquisa	12
Introduzindo o tema	13
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>19</b>
<b>Modernização da agroindústria canavieira alagoana: expansão dos canaviais, expropriação dos pequenos produtores e mudanças nas relações de trabalho</b>	<b>19</b>
1.1 Breves considerações sobre o sistema de morada	19
1.2 Resistências restritas num espaço restrito	27
1.3 Expansão dos canaviais e expropriação	32
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>48</b>
<b>A reestruturação produtiva e seus efeitos sobre o mundo do trabalho nos canaviais alagoanos</b>	<b>48</b>
2.1 Traços gerais da reestruturação produtiva	48
2.2 O processo de exploração-dominação nos canaviais	51
2.3 O “canguru” e outras sequelas da superexploração da força de trabalho	80
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>88</b>
<b>A resistência dos trabalhadores canavieiros contra os efeitos da exploração-dominação</b>	<b>88</b>
3.1 Os “trabalhadores desenquadrados”, o roçado das fendas e as greves	88
3.2 A máquina movente para demover os movimentos de paralisação	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>122</b>
Glossário	129
Anexo	131

## APRESENTAÇÃO

### A gestação da pesquisa

Muitas das questões que movem esta dissertação de mestrado nasceram ao longo de duas pesquisas realizadas durante os anos de 2008 e 2009: a Iniciação Científica<sup>1</sup> e a Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais<sup>2</sup>. Ambos os estudos tinham como preocupação central compreender por que a agroindústria canavieira de Alagoas apresenta taxas de exploração da força de trabalho tão elevadas no corte manual da cana-de-açúcar.

Dentre os vários caminhos possíveis para elucidar essa questão geral que nos norteava, optamos por focar, sobretudo, a investigação dos métodos de exploração da força de trabalho utilizados pela agroindústria canavieira alagoana no corte manual da cana e qual a lógica subjacente aos mesmos. No decurso desse caminho, deparamo-nos com uma série de questões que não pudemos analisar naquele momento, devido ao próprio limite de alcance das pesquisas.

A presente dissertação de mestrado propõe-se a dar continuidade ao que havíamos investigado naquele período, entretanto, realizaremos uma abordagem que amplia o objeto de estudo para além da temática da exploração da força de trabalho e do corte manual da cana. Por isso, nesta pesquisa investigaremos como se processa a *exploração-dominação* da força de trabalho nos canaviais de Alagoas. Essa perspectiva abrange, não apenas a ampliação da extração de mais-valor, pois, na mesma, está inclusa a ideia de que exploração e dominação existem numa relação simbiótica que é atravessada pelos recortes de classe, gênero e etnia/raça<sup>3</sup>. Entretanto, dentro dos limites desse trabalho, a nossa atenção foi centrada, sobretudo, no recorte de classe.

Outra ampliação fundamental da presente dissertação deve-se ao fato de analisarmos a exploração-dominação da força de trabalho, não somente da atividade do corte da cana, mas,

---

<sup>1</sup> A referida pesquisa, da qual participei como colaborador, é intitulada “Trabalho na Agroindústria Canavieira de Alagoas”, e foi vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2008/2009) sob a orientação da Professora Alice Anabuki Plancherel.

<sup>2</sup> O estudo Monográfico de conclusão de curso, intitulado “Métodos contemporâneos de exploração da força de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas”, também sob a orientação da Professora Alice Anabuki Plancherel, foi apresentado em dezembro de 2009, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

<sup>3</sup> Extraímos essa perspectiva teórico-analítica do livro: *Errantes do fim do século* (SILVA, 1999), que por sua vez, está apoiada em Saffioti (1988).

também, a incorporação, no estudo, dos *bituqueiros*<sup>4</sup>, operadores de carregadeiras e motoristas de caminhão. Desse modo, a análise pode captar o conjunto de atividades necessárias para produzir a cana que é moída pelas usinas.

Ainda no tocante à ampliação do objeto de estudo, investigaremos também as formas de resistência construídas pelos trabalhadores canavieiros. A incorporação dessa temática foi essencial para que o horizonte da pesquisa não ficasse restrito apenas ao “como é o trabalho nos canaviais alagoanos”, mas, que possamos imaginar também “o como pode ser esse trabalho”.

### **Introduzindo o tema**

O Brasil é o principal produtor internacional de cana-de-açúcar, contando ainda com a perspectiva de aumento na produção durante as próximas safras (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009). Dados do Ministério da Agricultura (2008) revelam que nas últimas décadas ocorreu um abrupto crescimento na área plantada com cana no Brasil: durante o período de 1987-2008, a área passou de 4,5 para 8,92 milhões de hectares. Nesse mesmo intervalo de tempo, a produtividade agrícola subiu de 62,31 para 77,52 toneladas por hectare. Essa vertiginosa expansão da agroindústria canavieira no Brasil vem ocorrendo, sobretudo, na região Centro-Sul, especialmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e norte do Espírito Santo (OLIVEIRA, 2009).

Apesar da inquestionável hegemonia dos estados da região Centro-Sul na produção de cana-de-açúcar, o estado de Alagoas ainda ocupa uma posição de relativo destaque no cenário nacional, sendo, atualmente, o principal produtor de cana na região Norte-Nordeste e o sexto produtor nacional (CONAB, 2011). Apesar de fatores adversos como a limitação de expansão horizontal em território alagoano e a baixa produtividade do solo, quando comparada com as dos estados do Centro-Sul<sup>5</sup>, a agroindústria canavieira de Alagoas permanece competitiva no bojo das disputas intercapitalistas do setor.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> *Bituqueiro* é o termo utilizado para designar os trabalhadores que recolhem e arrumam as sobras de canas cortadas.

<sup>5</sup> Ao compararmos a produtividade agrícola da cana de Alagoas com as de São Paulo e Minas Gerais, notamos uma significativa diferença. Tomando como referência a safra 2008, enquanto em São Paulo a média de produtividade agrícola foi de 84.100 quilos por hectare (kg/ha), e em Minas Gerais de 78.550 kg/ha, em Alagoas chegou a apenas 69.800 kg/ha (CONAB, 2008, p. 16). Isso representa uma diferença de 14.300 kg/ha entre a produtividade paulista e a alagoana.

<sup>6</sup> Durante a década de 1990 os maiores grupos agroindústrias canavieiros de Alagoas expandiram seus negócios, também, por meio da construção de usinas e destilarias em estados do Centro-Sul, sobretudo em Minas Gerais. Atualmente, esses grupos produzem no Centro-Sul o equivalente ao que é produzido nas unidades de Alagoas (OLIVEIRA, 2009). Dentre os oito maiores grupos agroindustriais canavieiros no Brasil, dois são de Alagoas: o

Se quisermos analisar esse horizonte promissor da agroindústria canavieira brasileira, e também responder por que esse setor da economia alagoana permanece competitivo, mesmo diante de alguns fatores adversos quando comparado aos dos estados do Centro-Sul, é imprescindível que desviemos os holofotes dos números grandiosos propalados pelo setor para iluminar algo que os usineiros procuram não evidenciar: a relação capital x trabalho nos canaviais.

Importantes estudos têm demonstrado que o aumento da produção e produtividade da agroindústria canavieira brasileira caminha atrelado à intensificação da exploração da força de trabalho (SILVA, 1999; NOVAES, 2007a; ALVES, 2007). Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2008, Alagoas atingiu a marca de 656 trabalhadores vinculados à agroindústria canavieira, “libertos”, em condições análogas à de escravidão, sendo esse número menor apenas em relação aos estados de Goiás e Pará. O total nacional de trabalhadores “escravizados”<sup>7</sup> no setor canavieiro foi de 2.553, o que corresponde a 49% dos “libertos” em todos os setores da economia (Comissão Pastoral da Terra, 2009), indicando que o setor agroindustrial canavieiro está entre os primeiros nos quesitos precariedade e degradação do trabalho. Tendo em vista que a superexploração da força de trabalho pode ser considerada um dos elementos que particulariza o capitalismo no Brasil (MARINI, 2005; ANTUNES, 2010), podemos afirmar que a agroindústria canavieira brasileira está entre as “campeãs das campeãs” na categoria superexploração da força de trabalho.

Por que a agroindústria canavieira brasileira, e mais especificamente a de Alagoas, apresenta taxas de exploração da força de trabalho tão elevadas? Dessa indagação inicial, que move a presente pesquisa, surge uma gama de outras questões que estão intimamente relacionadas, tais como: como se processa a exploração-dominação da força de trabalho nos canaviais alagoanos? Quais são as particularidades do processo de exploração-dominação da força de trabalho nos canaviais de Alagoas? Quais formas de lutas são construídas pelos trabalhadores?

Diante dessa problemática, faz-se necessário um estudo que investigue as recentes transformações do mundo do trabalho nos canaviais, pois, o processo de reestruturação produtiva – iniciado na agroindústria canavieira alagoana a partir dos anos 1990

---

grupo Carlos Lyra, que ocupa a terceira posição, possuindo três usinas em Alagoas e duas em Minas Gerais, e o grupo Coruripe, que ocupa a sétima posição, sendo atualmente proprietário de três usinas em Minas Gerais e uma em Alagoas (FACIOLI, 2009).

<sup>7</sup> Os termos “libertos” e “escravizados” estão entre aspas porque na nossa compreensão não são casos de trabalho escravo. O que as forças-tarefa, que fiscalizam as condições de trabalho em algumas usinas de Alagoas, encontraram foram casos de trabalho assalariado superexplorado nos canaviais. Para maiores esclarecimentos, ver Verçozza (2011).

(CARVALHO, 2009) –, alterou profundamente os critérios de recrutamento dos trabalhadores, o processo de trabalho e as formas de gestão. (PADRÃO, 1997; MELLO, 2002). Essas mudanças, além de acarretarem novas configurações no mundo do trabalho canavieiro, resultaram em grande diminuição no número de empregos, em intensificação do ritmo de trabalho e elevação de sua produtividade.

Entretanto, é importante sublinhar que as novas feições do trabalho foram construídas sobre as bases de um processo de modernização anterior da agroindústria canavieira alagoana, iniciado embrionariamente por volta de 1950 (ANDRADE, 1959 e 1994, HEREDIA, 1988) e que possibilitou uma vertiginosa expansão do plantio de cana-de-açúcar por meio da expropriação das terras dos tabuleiros (áreas planas que eram consideradas impróprias para o cultivo da cana)<sup>8</sup>. Foi no bojo dessas mudanças no espaço geográfico e social ocupado pela lavoura de cana, que, paulatinamente, ocorreu o colapso do sistema de morada, característico das relações de trabalho dos engenhos, e que, naquele período, ainda predominava nas usinas.

A modernização da agroindústria canavieira alagoana engendrou um violento processo de expropriação, sofrido tanto pelos moradores das usinas e das fazendas de cana – que perderam o acesso ao roçado –, quanto pelos posseiros e sitiantes que ocupavam, sobretudo, áreas dos tabuleiros. Esse processo foi fundamental para a formatação dos trabalhadores “da rua”<sup>9</sup>, que hoje representam, junto com aqueles que migram do sertão para o corte da cana, a esmagadora maioria dos trabalhadores canavieiros. O processo de expropriação possibilitou, de um só golpe, abrupta expansão das lavouras de cana para áreas planas e consolidação da proletarização da força de trabalho, sendo ambos os aspectos basilares para a construção da mais recente reestruturação produtiva do setor.

Por isso, no Capítulo 1, revisitaremos a farta literatura que analisa as transformações ocorridas durante o período de modernização da agroindústria canavieira em Alagoas e no Nordeste (ANDRADE, 1959 e 1994; LOUREIRO, 1969; SANT’ANA, 1970; SIGAUD, 1980 ; HEREDIA, 1988 e 2008; GARCIA, 1988; LIMA, 2001e 2006; ALBUQUERQUE, 2009). Esse alargamento do recorte histórico da pesquisa tem como objetivo analisar o processo de “modernização trágica” (SILVA, 1999) da agroindústria canavieira alagoana. Abordaremos, sobretudo, as mediações necessárias para compreender o processo de expropriação e proletarização nesse período. Para atingir tal escopo, investigaremos inicialmente como se constituía a dominação-exploração do trabalho no sistema de morada (por este ter sido durante muitos anos a forma predominante de relação de trabalho nas usinas), num segundo momento, focalizaremos a temática das causas de seu colapso.

---

<sup>8</sup> No primeiro capítulo descreveremos os tabuleiros de forma mais detalhada.

<sup>9</sup> “Da rua”, ou “os da rua”, é como são denominados localmente os trabalhadores das áreas urbanas. Já os canavieiros migrantes provenientes do sertão, são denominados sertanejos.

O Capítulo 2 terá como objeto de estudo os sentidos da recente reestruturação produtiva da agroindústria canavieira e a análise da exploração-dominação da força de trabalho nos canaviais alagoanos. Num primeiro plano, focaremos a reestruturação produtiva do setor em Alagoas, tendo em vista a sua imbricação com o processo de reestruturação produtiva em âmbito geral. Buscaremos, ainda, problematizar o tema das novas configurações do trabalho por meio de uma abordagem que relacione o trabalho nos canaviais alagoanos com o dos canaviais paulistas. Desse modo, objetivamos captar algumas das particularidades do processo de exploração-dominação do trabalho nos canaviais alagoanos.

Por fim, no Capítulo 3, discutiremos as formas de resistência construídas atualmente pelos trabalhadores. Essa temática será abordada a partir do referencial teórico-metodológico proposto por Thompson (1981, 1998) que nos parece ser o mais adequado, visto que o conceito de *experiência* proposto pelo autor permite pensar os sujeitos como pessoas que experimentam situações em relações produtivas determinadas e que, posteriormente, “tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p.182). Essa perspectiva considera as lutas como um processo em formação no cotidiano, recusando, assim, uma abordagem determinista, ao mesmo tempo em que não despreza as estruturas objetivas. No mesmo sentido, Scott (2002) nos alerta sobre a importância das formas de lutas cotidianas que se manifestam no dia-a-dia do trabalho. O “fazer corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca” (Idem, p.12), para Scott, são algumas das armas criadas pelo trabalhador para resistir no ambiente de trabalho.

Elegemos o município de Teotônio Vilela/AL como o principal universo empírico da presente dissertação de mestrado. Apesar de também termos realizado pesquisas de campo nos municípios de Maceió/AL, Branquinha/AL e Major Izidoro/AL durante os supracitados estudos de 2009, privilegiamos Teotônio Vilela em razão, fundamentalmente, de este município estar localizado na principal região de produção canavieira do estado, abrigando, ainda, uma usina muito próxima da área de habitação urbana (usina Seresta), e por ser polo concentrador de trabalhadores para, pelo menos, cinco usinas de municípios próximos;<sup>10</sup> ademais, existe uma relevante pesquisa, realizada durante o final da década de 1970 e início de 1980, que nos serviu de ponto de apoio por analisar os impactos da expansão canavieira na

---

<sup>10</sup> Da área urbana, durante a safra partem diariamente ônibus para, pelo menos, as seguintes usinas: 1) Coruripe, localizada no município de Coruripe; 2) Guaxuma, também instalada em Coruripe; 3) Sinimbu, situada em Jequiá da Praia; 4) Triunfo, estabelecida em Boca da Mata e 5) Taquari, situada no município sergipano de Capela (única que não se localiza em território alagoano dentre as citadas).

área do referido município. Abaixo, aprofundaremos esses fatores e descreveremos algumas características de Teotônio Vilela.

Antes da criação do jovem município de Teotônio Vilela<sup>11</sup>, fundado em 1986 (IBGE), o aglomerado urbano que lhe deu origem era conhecido como Feira Nova, e pertencia ao município de Junqueiro. Heredia, autora do livro *Formas de Dominação e Espaço Social* (1988), descreve no início da década de 1980 o aglomerado urbano de Feira Nova da seguinte forma:

O número de trabalhadores que ali habita, o processo de sua constituição, sua localização e composição social (trabalhadores assalariados, empreiteiros que o recrutam, ex-moradores e pequenos produtores) a transformam em um centro privilegiado para o estudo de pelo menos dois processos que aparecem combinados: o da expansão demográfica ligada à expansão do cultivo da cana na área e os das transformações que ali ocorrem (HEREDIA, 1988, p. 84).

O estudo da autora demonstra que a origem da aglomeração urbana de Feira Nova está diretamente relacionada ao processo de expansão canavieira alagoana para as regiões dos tabuleiros, momento este que, como já foi citado anteriormente, foi marcado por expropriação dos pequenos produtores e pelo declínio do sistema de dominação de morada. Por estar localizada na região dos tabuleiros, Feira Nova não escapou da expansão da cana, “tornando-se o principal centro de acolhimento da massa de trabalhadores que chegava à área” (HEREDIA, 1988, p. 86).

A pesquisa realizada por Heredia foi um dos fatores que influenciou nossa delimitação do universo empírico. Sem dúvidas, esta pesquisa é um relevante ponto de referência para compreendermos a história da expansão canavieira e das suas formas de exploração-dominação até meados dos anos 1980.

As pesquisas de campo no município de Teotônio Vilela foram realizadas durante o período de 12 a 23 de fevereiro de 2011 e nos dias 29 e 30 de outubro de 2011<sup>12</sup>. Essa experiência possibilitou que entrevistássemos ex-moradores das fazendas canavieiras, trabalhadores do corte da cana, irrigação, *bituca*<sup>13</sup>, operação de máquinas e trabalhadores canavieiros desempregados. Ademais, entrevistamos outros informantes-chave: dirigentes do sindicato de trabalhadores rurais de Teotônio Vilela, cabo (fiscal) e dirigentes da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG-AL). Para a realização dessas entrevistas, foi essencial o reencontro com alguns dos trabalhadores

---

<sup>11</sup> Segundo o Censo de 2010, o município de Teotônio Vilela tem 41.152 habitantes.

<sup>12</sup> Nesse período realizamos 23 entrevistas com registro de áudio, que resultou em aproximadamente 30 horas de entrevistas gravadas.

<sup>13</sup> *Bituca* é o termo utilizado para designar a atividade manual de recolhimento e arrumação das sobras de canas cortadas.

entrevistados em 2009, pois, além da oportunidade de retomarmos questões abordadas em conversas anteriores, eles ainda intermediaram encontros com outros trabalhadores. Cabe-nos ressaltar também o apoio de alguns agentes de saúde, pois, sem eles o contato com alguns dos trabalhadores entrevistados não teria sido tão fácil.

A maioria das entrevistas foi realizada nas casas dos trabalhadores, parte delas ocorreu diante da presença dos familiares dos entrevistados (filhos, esposa, sobrinhos, genros, mães...). As restantes foram realizadas nas praças, durante os dias de feira em Teotônio Vilela (domingo) e na sede do sindicato. A maior parte das entrevistas foi registrada por meio da gravação do áudio e de anotações no diário de campo, no entanto, alguns dos trabalhadores entrevistados solicitaram que o áudio da conversa não fosse gravado (por receio de sofrerem algum tipo de retaliação); nesses casos registramos as entrevistas somente em anotações. Em 2009, já havíamos realizado imersões de campo nos municípios de Teotônio Vilela, Branquinha, Maceió e Major Izidoro, as entrevistas com os trabalhadores canavieiros realizadas nesse período, também foram utilizadas na presente dissertação.

O objetivo da pesquisa não é realizar uma historiografia do município de Teotônio Vilela, o nosso interesse consiste em investigar como se processa a exploração-dominância da força de trabalho nos canaviais alagoanos, de modo articulado ao tema da resistência dos trabalhadores. Para atingirmos tal escopo, partiremos da perspectiva teórico-metodológica que considera esses processos enquanto sínteses de múltiplas determinações, ou seja, enquanto unidade do diverso. Essa rota de investigação pretende atentar para as determinações mais simples e complexas objetivando “se apropriar do concreto, para reproduzi-lo enquanto concreto pensado” (MARX, 1982, p. 14).

Adotamos também a realização de entrevistas por meio da perspectiva dos estudos sobre memória (THOMPSON, 1992; BOSI, 1987 e 2004) que norteiam o uso da metodologia da História Oral. Esse método foi primordial para nossa investigação, não apenas por contribuir na reconstrução histórica das transformações estudadas, mas, porque a História Oral possibilita que as experiências dos sujeitos ao longo da história sejam relatadas pelos próprios sujeitos.

## CAPÍTULO I

### **Modernização da agroindústria canavieira alagoana: expansão dos canaviais, expropriação dos pequenos produtores e mudanças nas relações de trabalho**

#### **1.1- Breves considerações sobre o sistema de morada**

Segundo Suarez (1977), a figura do *morador* nas lavouras canavieiras do Nordeste precede a abolição da escravatura. Sua “institucionalização como forma predominante de relações de trabalho é, no entanto, um fenômeno característico do final do século XIX e começo do século XX” (Idem, p. 22). Para a mesma autora, o uso do trabalho escravo e do trabalho do morador foi fundamental para o modelo de produção de cana-de-açúcar do Nordeste por

[...] possibilitar à grande propriedade voltar-se para o seu auto-sustento sempre que as condições para produção comercial não eram favorecidas pelo mercado internacional, ocasionando o fechamento da propriedade em torno da produção para subsistência de seus membros. Esta foi a maneira típica de reagir do setor açucareiro do Nordeste, em decorrência das oscilações do mercado internacional (Ibidem, p. 22 e 23).

Portanto, de acordo com Suarez, a imobilização de parte da força de trabalho era de suma importância para a manutenção da grande propriedade nos momentos de crise das exportações de açúcar. Esse é um dos fatores que explicam o predomínio do trabalho do morador após o fim da escravidão. Mas o que significava ser morador? Para responder tal questão, é válido transcrever a seguinte definição elaborada por Garcia (1988, p. 9, grifos no original):

Ser *morador* ou tornar-se *morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao *senhor de engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a morada acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças que podia vir pedir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estreita dependência do *senhor*, à diferença dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não

tinham meios suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria (mesmo se dormissem no domínio durante o desenrolar dos trabalhos). [grifos no original]

Como foi sublinhado por Garcia na transcrição acima, era o trabalhador quem pedia morada ao senhor, o trabalho vinha como corolário da morada. O pedido já indicava toda a fragilidade da condição de candidato a morador, pois explicitava que este sequer tinha acesso a algo básico para sua reprodução social: uma casa. Não era qualquer pessoa que estava habilitada a pedir morada, “só era admitido como *morador* o *trabalhador* que fosse chefe de família, isto é, que tivesse esposa e/ou filhos” (HEREDIA, 1988, p.118). Isto porque interessava ao grande proprietário de terras acumular, graças ao seu patrimônio fundiário, o máximo de “força social específica, tanto material, pelo número de ‘braços’ à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que o reconheciam como *senhores*” (GARCIA, 1988, p. 9). Tanto Garcia, quanto Heredia ressaltam a dívida moral que ancora esse tipo de relação de trabalho:

O simples fato de ser o próprio trabalhador quem pedia *casa de morada* fazia com que, no próprio ato de ser constituído *morador*, contraisse uma dívida moral, um reconhecimento para com o *senhor de engenho* que lhe concedia, por esse mesmo ato, uma *casa* e trabalho. [...] A concessão do *senhor de engenho* e o reconhecimento a que se obrigava o *morador* que a recebia constituíam partes de um único sistema de dominação. A relação assim constituída era o pilar sobre o qual se estruturava a relação de *morada* (HEREDIA, 1988, p. 118 e 119, grifos no original).

Era o *senhor* que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava, por sua vez, esperanças de novas recompensas. O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quando o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante [...] (GARCIA, 1988, p.11, grifo no original).

Esta “forma específica de dominação” (PALMEIRA, 1977, p.113, Apud ALBUQUERQUE, 2009, p.70) estimulava gratidão e fidelidade do morador ao grande proprietário, pois, a casa, o roçado (terra na qual o morador produzia os cultivos de subsistência), a criação de animais (os moradores costumavam criar aves no terreiro da casa) e inclusive as festas, muitas vezes eram considerados pelos trabalhadores como um “dom” recebido.

Entrevistamos em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela/AL, uma ex-moradora<sup>14</sup> de um engenho localizado no município alagoano de Chã Preta, que narrou como foi organizada a sua festa de casamento, ocorrida na década de 1940:

*Entrevistada (E): Meu pai disse que a situação não dava para ele fazer o meu casamento. A patroa do meu pai quando soube disse: “Diga ao Carlos que venha cá”. Aí meu pai foi... Quando chegou lá ela disse: “Carlos, você disse que não vai fazer o casamento de Maria porque o seu dinheiro é pouco e não dá para comprar os aprontamentos [enxoval] dela?” Ele disse: “Foi, Dona Isadora, é porque esse ano minha lavoura foi fraca e, como eu tenho muitos conhecidos, não posso fazer o casamento dela sem convidar os meus colegas. Eu não tenho como comprar os enxovais dela e ainda fazer essa festa.” Aí ela disse: “Olhe, o dinheiro que você tem traga para cá, e o aprontamento dela deixe por minha conta”. Ele deu o pedaço de dinheiro a ela ... O certo foi que ela comprou mesmo o enxoval, comprou casaco, comprou o véu, comprou o veste todo. Eu sei que quando foi no dia 20 de fevereiro houve o casamento. [...]*

*Pesquisador (P): E foi muita gente?*

*E: Foi gente que não foi brincadeira! Gente, gente, gente... [...] Quando foi de noite o sanfoneiro chegou, aí foi gente que nunca vi. [...]*

*P: E a festa foi na casa grande?*

*E: Foi, foi na casa do patrão.*

A entrevistada, que atualmente tem 88 anos, narrou a participação direta da senhora de engenho no financiamento e organização da sua festa de casamento como sendo um ato de generosidade. Até hoje ela demonstra ter grande gratidão pelos antigos patrões. É válido sublinhar que, em geral, eram da incumbência das senhoras de engenho a “promoção e o patrocínio das festas religiosas, assim como a promoção de batismo e casamento” (HEREDIA, 2008, p. 57). Por isso, a imagem da senhora de engenho, frequentemente, era associada a alguém de “bom coração”<sup>15</sup>. No entanto, havia a constante incerteza da garantia das supracitadas “vantagens” materiais e simbólicas, que poderiam “ser reduzidas a zero por meio de uma decisão unilateral do *senhor*” (GARCIA, 1988, p. 15).

Por isso, em contrapartida aos “dons” recebidos,

---

<sup>14</sup> Os nomes dos entrevistados não serão revelados para evitar qualquer tipo de retaliação que porventura possa ocorrer contra os entrevistados. Por isso, todos os nomes citados nas entrevistas foram substituídos por outros fictícios.

<sup>15</sup> Não foram por acaso os famosos versos de Capiba, escritos em 1943, e imortalizados na voz de Nelson Rodrigues: “Maria Betânia, tu és para mim a senhora do engenho”. A metáfora de Capiba significava um elogio máximo à Maria Betânia.

[...] os moradores tinham obrigações de trabalho precisas. Nos engenhos o mais comum era a obrigação de trabalhar ao [sic] proprietário cinco dias por semana durante a estação seca, quando a cana é cortada e se processa a moagem, e três dias durante a estação úmida, época em que são plantados os cultivos de subsistência, mas, quando o canavial exige menos trabalho. Estes dias de trabalho ao patrão eram remunerados a dinheiro, a taxas inferiores às pagas aos não-moradores para tarefas idênticas (Idem, p. 10).

Além da desvalorização da força de trabalho dos moradores, expresso na remuneração<sup>16</sup> mais baixa quando comparada aos não-moradores, ainda existe para os primeiros o inconveniente de estarem disponíveis a qualquer hora do dia ou da noite e para executar qualquer tipo de trabalho, como demonstra o depoimento abaixo da mesma ex-moradora citada anteriormente:

*Entrevistada (E): Ele [o senhor de engenho] tinha um filho que falou assim para o meu marido: “Eita Francisco, eu estou com vontade de moer uma caninha hoje para fazer uma rapadurinha, mas não tem lenha. Que jeito tu dá?” [...] Aí meu marido disse: “Se você quiser é agora”. Ele pegou uma estopa, forrou o ombro... serviu de burro carregando lenha no ombro, pra botar no engenho, que era para o finado Alberto fazer um tanto de rapadura para ele antes do pai chegar [o senhor de engenho estava negociando na feira de Viçosa e as mercadorias que seriam comercializadas foram transportadas em todos os animais de carga do engenho]. E assim, meu marido disse: “eu servi até de burro, carregando lenha nas costas, para o Seu Alberto moer cana escondido do pai”.*

Não cumprir as ordens do grande proprietário, ou, como no caso mencionado acima, dos seus filhos, significava ser considerado ingrato e, conseqüentemente, colocar em risco a casa, o roçado e a própria reprodução social da família.

O sistema de morada não é caracterizado somente pela hierarquia entre o grande proprietário e os moradores. Existem ainda complexas distinções entre os moradores no que tange a aspectos como: 1) o tamanho do roçado concedido; 2) o que pode ser plantado no trabalho para si; 3) os animais que podem ser criados; 4) o direito de frequentar as feiras; 5) o tipo de atividade exercida nos dias de trabalho para o grande proprietário<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Nem sempre os dias de trabalho ao patrão eram remunerados em dinheiro. Como assinala Heredia (2008, p.52), os moradores dos sítios no interior dos engenhos alagoanos (equivalentes aos foreiros de Pernambuco), por disporem de sítios na propriedade do engenho davam, em contrapartida, o cambão ou “dias de condição”: determinados dias de trabalho para o engenho e sem remuneração. Essas informações também foram confirmadas por ex-moradores entrevistados durante nossas pesquisas de campo em Teotônio Vilela.

<sup>17</sup> Entrevistamos em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela, um ex-morador de 53 anos de idade que viveu sua infância e adolescência numa fazenda de cana em Chã Preta/AL. Ele nos informou que seu pai era um morador “privilegiado” por ser um trabalhador antigo e fiel ao fazendeiro. A atividade que este morador

Conforme Palmeira (1977, p.105-106 apud NEVES & SILVA, 2008, p. 20, grifos no original),

Se a casa e o terreiro constituem elementos inerentes ao próprio contrato de moradia, o mesmo não é verdade do *sítio* a que pode ter acesso o morador... [A]... possibilidade de acesso (a um *sítio*) ... é dada pelo ‘contrato’ e nunca o *sítio* em si, que é apenas uma forma de retribuição do proprietário ao morador por seu trabalho na cana e a que todos os *moradores* (estamos nos referindo naturalmente aos moradores de condição) são candidatos potenciais. [...] Mas não há dúvidas que a concessão de *sítios* representa o mais importante dos ‘prêmios’ que o senhor de engenho atribui ao *morador*, pois significa o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade [...] E mais do que isso [...] [o morador com *sítio*] representa um mecanismo central de diferenciação interna dos *moradores* de um engenho. Esse mecanismo pode ser reforçado por outros expedientes que redobram essa diferenciação, como a permissão de plantar dentro dos *sítios* a cana, produto ‘nobre’ e rentável. Essa diferenciação vai se expressar na própria organização espacial do engenho...

Palmeira destaca que a distinção entre os moradores de uma grande propriedade canavieira ocorre fundamentalmente entre os moradores com *sítio* e os moradores que usufruem apenas do roçado (moradores de condição). Os primeiros detinham vantagens como: 1) realizar o trabalho para si numa parcela de terra maior; 2) plantar árvores frutíferas próximas à morada; 3) criar não somente aves, mas, porcos e outros animais de maior porte. Ainda ocorriam distinções internas aos moradores dos *sítios*, dentre as quais podemos destacar: nem todos eram autorizados a vender ou comprar produtos nas feiras; somente um número muito reduzido de moradores tinha permissão para plantar cana-de-açúcar no *sítio*; alguns chefes de família com *sítio* assumiam a função de supervisionar o trabalho dos moradores nos canaviais (HEREDIA, 1988 e 2008).

Era nessa complexa trama de diferenciações

[...] que o *senhor de engenho* estabelecia entre o conjunto dos *moradores* a ele ligados que se acrescentava a dívida moral e, portanto, também a fidelidade dos *moradores* para com ele. Assim, cada nova concessão, ou ‘prêmio’, acentuava e, portanto, garantia a reprodução dessa relação de dominação (HEREDIA, 1988, p. 124, grifos no original).

Ser morador com *sítio* “era o modelo que todos os moradores pretendiam atingir” (Idem). No entanto, aqueles que se encontravam no topo da hierarquia dos moradores eram os que demonstravam “maior adesão ao *senhor de engenho*, tendo internalizado em maior

---

exercia nos dias de trabalho para o grande proprietário era de conserto de cercas, sendo que nem toda semana havia demanda para esse tipo de serviço. Por isso, esse morador tinha mais tempo para se dedicar ao trabalho para si e, além disso, ele estava autorizado a vender a produção de seu roçado na feira.

medida, portanto, as normas desse sistema de dominação” (Ibidem, p. 125). Em outras palavras, a “maior liberdade” dos moradores do sítio quando comparada à situação dos moradores de condição, é somente aparente, pois, o maior número de concessões do grande proprietário implica maior fidelidade e lealdade do morador. O fato de o morador com sítio estar no topo da hierarquia dos moradores não impede que este perca “da noite para o dia”<sup>18</sup> o acesso ao sítio, aos produtos do trabalho para si e a morada.

Por isso, Garcia (1988, p. 11) afirma que no sistema morada a “troca objetiva toma a forma de ‘troca de favores’, distanciando-se das formas mercantis onde cada parceiro reflete sobre os seus interesses contemplados e sobre os interesses atendidos da parte adversa”. A possibilidade de o morador conquistar vantagens materiais e simbólicas depende muito mais da relação que o morador tem com o grande proprietário do que de seu trabalho direto (Idem).

Quando esses mecanismos de exploração-dominação não eram totalmente eficazes, ou seja, quando os moradores desobedeciam às ordens ou comprometiam o funcionamento desse sistema social de alguma forma, poderia ser usada a violência física. Muitas vezes, os castigos corporais eram realizados diante dos demais moradores, como num dos casos relatados cruamente no livro de memórias de Gregório Bezerra (1979, p. 52):

O cruel senhor do engenho chamou o homem e perguntou-lhe por ordem de quem havia chupado a cana. A desventurada criatura respondeu que estava com fome, por isso cortara a cana para chupar, mas, a pagaria assim que começasse a trabalhar; não sabia se tinha sido proibido chupar cana no engenho, porque antes era permitido [fazia poucos meses que o engenho havia sido arrendado por um novo senhor de engenho]. O tatuíra, como resposta, mandou amarrá-lo no mourão da Casa Grande, lubrificá-lo com mel e ordenou a seu *capataz* pôr o gado para lambê-lo. Dentro de poucos minutos, o homem começou a gritar e a pedir por Deus, por todos os santos que o sádico tatuíra o libertasse, ele passaria o resto da vida trabalhando de graça para o tatuíra, mas que o perdoasse [...] Pouco tempo depois, o homem era uma pasta de carne. O sangue escorria, o gado lambia-o e ele ainda implorava perdão do bandido latifundiário. Este, desgraçadamente, tinha um coração de tigre e [...] queria demonstrar sua *autoridade* perante os moradores, que, em pânico, eram obrigados a assistir àquela revoltante cena, para tomarem como exemplo. Mas ainda não estava no fim. O tatuíra, insatisfeito, mandou afastar o gado e desamarrar sua vítima, que estava em carne viva. Ordenou novamente lubrificá-lo com mel e prendê-lo no tronco de pés e mãos, para as formigas darem conta do resto. E deram. No dia seguinte, o homem amanheceu morto, transformado num grande formigueiro. Esse crime apavorou os habitantes do engenho [grifos nossos].

Esse suplício, que na aparência faz lembrar os relatos dos suplícios na Europa durante a Idade Média (FOUCAULT, 2002), ocorreu num engenho da zona da mata pernambucana, em 1908. Gregório Bezerra, nesta época, tinha oito anos de idade, e testemunhou, junto com outros moradores, o fato descrito. Mas por que algo aparentemente insignificante – chupar

---

<sup>18</sup> O termo “da noite para o dia” é literal, pois não existia um aviso prévio em caso de expulsões de moradores.

uma cana – motivou essa demonstração brutal de força do recém-chegado senhor de engenho? Talvez Gregório explicasse argumentando que a motivação do senhor de engenho estava em “demonstrar sua autoridade”. Na mesma linha, mas de forma mais aprofundada, Garcia (1988, p.15) explica que “os castigos corporais eram infligidos diante dos demais moradores, de maneira a produzir um efeito de demonstração e marcar claramente quem detém o uso legítimo da violência”. Portanto, a mensagem do senhor de engenho não significava somente reafirmar quem detinha autoridade, para além disso, estava sendo frisado quem podia e quem não podia fazer uso da violência, ou ainda, quem era senhor do próprio corpo e quem não era<sup>19</sup>.

Diante desse quadro, como os trabalhadores resistiam ao processo de exploração-dominância a que estavam submetidos

? De um lado, uma forte dependência da morada que pertencia ao grande proprietário, da terra do roçado – que pertencia ao mesmo –, do barracão onde se comprava querosene e outros mantimentos – que também era do proprietário –, em suma: a reprodução social do morador ocorre sem ele ser proprietário de praticamente nada, sequer é plenamente proprietário da sua força de trabalho, do seu corpo<sup>20</sup>. Isto não somente pela supracitada questão do uso legítimo da violência, mas também no tocante à imobilização da força de trabalho, que deve ser fiel ao grande proprietário que cedeu à morada. A venda da força de trabalho numa grande propriedade vizinha, ou, muitas vezes, até a saída dos domínios do engenho para ir à feira, por exemplo, tinha que passar pelo crivo do grande proprietário, conforme o relato de um ex-morador entrevistado<sup>21</sup>:

*Pesquisador (P): O senhor morava em terra própria?*

*Entrevistado (E): Eu trabalhava para o engenho que fazia rapadura. [...] Nós trabalhávamos no cambão, que é trabalhar para pagar renda. Trabalhávamos três dias de condição para o fazendeiro e dois dias para a nossa roça.*

*P: E a roça era grande?*

*E: A roça era pequena. Negócio de quatro tarefas de terra [aproximadamente 1,2 hectare].*

---

<sup>19</sup> Esse comentário sobre o uso do corpo também está apoiado em Garcia (1988).

<sup>20</sup> Com esta afirmação não queremos dizer que o morador seria um escravo, pois o morador não era uma mercadoria, somente era mercadoria a sua força de trabalho e a de sua família. Diferentemente do escravo, o morador podia procurar morada e trabalho em outra fazenda. Como bem define Marx (1980, p. 18 e 19), “o escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, duma vez para sempre ao comprador. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. É ele mesmo que constitui a mercadoria e não a sua força de trabalho.”

<sup>21</sup> Entrevista realizada em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

*P: Vocês recebiam salário no dia de trabalho de condição?*

*E: Não. Era só para pagar o arrendamento. Além de pagar o arrendamento com três dias de condição, ainda tinha mais ... no final da safra da nossa roça ainda tínhamos que tirar para pagar com algodão. Era o fazendeiro mesmo que comprava, sabe? Mas juntava tudo na comissão para pagar a renda. [...]*

*P: Quando o senhor trabalhava para o engenho, era na área do campo?*

*E: Eu trabalhava na área do campo cambitando<sup>22</sup> cana para o engenho. [...] Mas só que no inverno também trabalhávamos zelando a cana [nos tratos culturais do canavial], que era para quando chegar o tempo da moagem o engenho moer. Trabalhávamos limpando os matos [...]*

*P: Nessa época o senhor também trabalhava para fazendeiros próximos ao engenho?*

*E: Trabalhava.*

*P: Na diária?*

*E: Na diária. E a diária era trabalhada, rapaz...*

*P: E o fazendeiro do engenho não reclamava?*

*E: Não. Ele dizia assim: “Quando não tiver serviço aqui na minha fazenda vocês podem trabalhar em outro canto” Ai trabalhávamos... Mas era difícil também...*

De acordo com outro ex-morador entrevistado, existia um grande risco de expulsão da morada nos casos de assalariamento em outras fazendas sem autorização do grande proprietário:

*Entrevistado: [...] Tem morador que mora nessa fazenda, mas através de uma remuneração oferecida melhor, ele vai para outra. Então corre o risco de perder aquela morada que ele tem. Pois ele deixou o compromisso com o patrão e foi servir a outro senhor. Então isso já ocorreu muito.*

As tentativas de fuga desse circuito fechado, que é o domínio da grande propriedade, poderiam resultar em expulsão da morada, em perda da produção do roçado, ou ainda, nos casos mais extremos, em castigos corporais públicos. Como resistir nesse cenário?

---

<sup>22</sup> “Cambiteiro” é como costumava ser denominado o trabalhador responsável pelo transporte dos feixes de cana do campo para o engenho. Em geral, os feixes de cana eram transportados amarrados no lombo de burros de carga ou em carros de boi. Com o avanço da mecanização no transporte de cana, o serviço de “cambitagem” foi praticamente extinto.

## 1.2- Resistências restritas num espaço restrito

Para refletirmos sobre as formas de resistência nesse contexto, consideramos válido retomar passagens da abordagem de Scott sobre a temática da resistência dos camponeses:

Não somente são comparativamente raras as circunstâncias que favorecem levantes camponeses de larga escala, mas também as revoltas por elas provocadas são quase sempre totalmente esmagadas. [...] Uma história dos camponeses que focalizasse apenas as insurreições seria mais como uma história de trabalhadores fabris dedicados inteiramente a greves gerais e a protestos. [...] Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes (2002, p.11).

Existem algumas congruências da situação do camponês descrita por Scott<sup>23</sup> com a dos moradores das fazendas canavieiras, principalmente no tocante à grande dificuldade de organizar ações coletivas e aos maiores riscos de esmagamento de lutas públicas. Como vimos anteriormente, a vida do morador é marcada pelos domínios da grande propriedade em diversas esferas, e aí está incluída a do uso legítimo da violência.

As relações extremamente pessoais do universo do sistema de morada atreladas ao permanente risco de expulsão da terra por qualquer prova de infidelidade, são alguns dos aspectos que dificultam a organização de enfrentamentos públicos contra os grandes proprietários. Mas, como indicam Thompson (1981, 1998) e Scott (2002), a ausência de resistência de caráter público não significa necessariamente completa ausência de resistência.

Começemos investigando a reação dos moradores após o suplício que citamos acima. Certamente, a maioria esmagadora dos moradores achou que aquele ato fora uma cruel injustiça cometida pelo novo senhor de engenho. Mas, como esses moradores reagiram? Ou será que não reagiram?

Vejamos os seguintes fragmentos das memórias de Gregório Bezerra (1979, p. 52):

Nesse mesmo dia [no dia do término do suplício], minha mãe despachou meus irmãos para ir à casa da vovó [que ficava localizada na região do agreste pernambucano] pedir-lhe que a mandasse buscar, que não podia ficar naquele inferno, nem mais por uma semana. De fato, cinco dias depois estávamos viajando

---

<sup>23</sup> Os camponeses analisados por Scott residiam numa vila produtora de arroz na Malásia. A referida pesquisa foi realizada entre 1978 e 1980.

rumo ao sítio da vovó, em Panelas de Miranda, de onde havíamos saído acoissados pela seca em dezembro de 1904.

Mas isto é somente a reação de uma família de moradores. A fuga seria uma prática isolada ou seria significativa para o conjunto dos moradores? Bezerra não descreve se outras famílias também fugiram após o suplício, mas uma passagem de sua memória sobre o momento da chegada do novo senhor de engenho é bastante elucidativa:

Mas o pior mesmo para os habitantes do engenho foi a notícia concretizada do arrendamento do engenho ao mais cruel dos latifundiários da região sulina do Estado de Pernambuco. O fato é que o velho coronel Magalhães [...] preferiu arrendá-lo ao comparsa Joaquim Campos, homem cruel, frio e covarde, que assumiu a posse do engenho em dezembro de 1907. Mais de dois terços dos habitantes do engenho, apavorados com o novo dono, mudaram-se para outras bandas, longe do engenho Brejinho e do seu dono. Como havia uma dura estiagem na zona agrestina, minha mãe resolveu ficar por algum tempo, até caírem as primeiras chuvas (Idem, p. 51).

Nessa passagem fica evidenciada que a saída da grande propriedade era uma corriqueira estratégia de insubmissão a situações consideradas intoleráveis pelos moradores. Entrevistamos ex-moradores<sup>24</sup>, que nos informaram que essa prática era frequente; alguns desses relataram que a saída, muitas vezes, poderia ser tranquila, mas que também havia casos de fugas na madrugada, pelo risco de eles terem produtos de sua roça confiscados ou de serem humilhados pelo grande proprietário<sup>25</sup>. Isso dependeria muito da conjuntura que antecedia a saída. Albuquerque também ressalta que esse era “um instrumento muito comum [...] quando as condições de trabalho e regras impostas” não pareciam adequadas na leitura dos moradores (2009, p. 75).

Entretanto, cabe indagar se o abandono de uma grande propriedade por outra pode ser considerado um ato de resistência. Pode até ser considerada do ponto de vista da luta mais vital pela reprodução social da família do morador, mas isto coloca em xeque, ou altera qualitativa e quantitativamente as relações de trabalho do sistema de morada? Enfim, essa é uma questão que exige uma análise mais aprofundada, entretanto, ainda que de forma embrionária, podemos afirmar que o alcance desse tipo de ação, se não for realizado em massa, tende a ser muito limitado. Por isso, achamos válido o comentário de Albuquerque quando afirma que essas ações “tiveram um efeito redundante” (2009, p. 75).

---

<sup>24</sup> Entrevista realizada em fevereiro de 2011 no município de Teotônio Vilela/AL.

<sup>25</sup> Na Fazenda Amália, localizada no estado de São Paulo, os casos de fuga noturna dos moradores eram conhecidos pela expressão “anoiteceu e não amanheceu” (SILVA, 2008b).

Outra indagação diz respeito aos trabalhadores que detinham maiores concessões, como é o caso dos moradores com sítio: estes abandonariam a grande propriedade por vontade própria após anos de dedicação objetivando receber os “prêmios” ou “dons”? O fato de esses, provavelmente, não terem o mínimo interesse de abandonar a terra por vontade própria, e de tenderem a ter maior fidelidade em relação ao grande proprietário, implicaria necessariamente total passividade deles em relação ao grande proprietário?

Sobre essa questão, vejamos a seguinte passagem do romance *Menino de Engenho* (REGO, 1973, p. 36-37):

Meu avô me levava sempre em suas visitas de corregedor às terras do engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor dos seus campos. O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar ordem. Andávamos muito nessas suas visitas de patriarca. Ele parava de porta em porta, batendo com a tabica de cipó-pau nas janelas fechadas. [...] E quando o meu avô queria saber por que o Zé Ursulino não vinha para os seus dias no eito, eles arranjavam desculpas:

– Levantou-se hoje do reumatismo.

O meu avô então gritava:

– Boto pra fora. Gente safada, com quatro dias de serviço adiantado e metidos no eito do Engenho Novo. Pensam que eu não sei? Toco fogo na casa.

– É mentira, Seu Coronel. Zé Ursulino nem pode andar. Tomou até purga de batata. O povo foi contar mentira pro senhor. Santa Luzia me cegue, se estou inventando.

E os meninos nus, de barriga tinindo como bodoque. E o mais pequeno na lama, brincando com o borro sujo como se fosse areia de praia.

– Estamos morrendo de fome. Deus quisera que Zé Ursulino estivesse com saúde.

– Diga a ele que pra semana começa o corte da cana.

E quase sempre mais adiante nós encontrávamos Zé Ursulino de cacete na mão e com sua saúde bem rija.

– Já disse à sua mulher que boto pra fora. Não vai trabalhar na fazenda, mas anda vadiando por aí. Não quero cabra safado no meu engenho.

E era a mesma conversa. Que pra semana ia na certa. Que andava doente de novo, com dores pelo corpo todo.

Essa passagem é de uma riqueza ímpar<sup>26</sup>. A descrição das visitas do grande proprietário aos seus moradores revela como o senhor de engenho estava no centro da organização da vida social de sua propriedade. As visitas não eram somente para “dar os seus gritos de chefe”, também eram ouvidas as “queixas do povo”. Dessas conversas surgiam, por exemplo, autorização para o morador pegar bacalhau e remédios na casa grande, ou até mesmo queixas de moradoras em relação à conduta doméstica de seus maridos<sup>27</sup> (Idem, p.

<sup>26</sup> Apesar da obra *Menino de Engenho* (1973) ser um romance, esta não perde seu valor enquanto registro histórico, pois se trata de uma construção literária a partir das memórias da infância de José Lins do Rego num engenho paraibano.

<sup>27</sup> Um exemplo desse tipo de interferência nas esferas íntimas da vida dos moradores foi narrado pela supracitada ex-moradora entrevistada. Ela nos contou que após seu noivo ter dançado com outras moças no dia da festa do

38). Como se pode perceber, a autoridade e interferência do senhor de engenho efetivam-se em diversas esferas da vida social. Como não cumprir fielmente as ordens do grande proprietário?

Zé Ursulino nos dá um bom exemplo de insubordinação. Mesmo desautorizado pelo grande proprietário a vender sua força de trabalho em outros engenhos, ele a vende, e sempre sem assumir que a vendeu. Por mais que várias testemunhas o tenham visto trabalhando no Engenho do Meio, ele nega, e com a cumplicidade de sua esposa, que acusa as testemunhas de mentirosas. Por mais que seu bom estado de saúde denuncie que ele não estava de cama com reumatismo, a esposa nega: “que Santa Luzia me cegue se ele não estava doente”.

Essa estratégia de negar, mesmo diante de inúmeras evidências contrárias, marcada pela dissimulação e subordinação falsa, seria o que Scott denominaria como “armas dos fracos”<sup>28</sup> (2002, p. 12). Admitir publicamente insubordinação ao senhor de engenho seria assinar uma sentença de expulsão que poderia resultar em efetivação da ameaça de “tocar fogo na casa”.

Nas manifestações culturais dos moradores das fazendas canavieiras de Alagoas também encontramos protestos marcados pela dissimulação. O guerreiro<sup>29</sup>, por exemplo, começava sempre com cânticos de louvações aos donos da casa (ou casa-grande), como nos versos abaixo:

Sinhô dono da casa  
Oios de cana caiana  
Quanto mais a cana cresce  
Mas omenta a sua fama  
[...]

Sinhô dono da casa  
Cum o sinhô não tem  
O sinhô manda im sua casa  
Depois do sinhô ninguém

Sinhô dono da casa  
Taiada de melancia  
Sua muié, istrela d’arva  
Sua fia, luz do dia (BRANDÃO, 2007)

---

seu casamento, a senhora de engenho interveio: “Ela chamou ele e disse: ‘Carlos, não é assim não. A primeira parte você tinha que dançar com a sua noiva. Você ao invés de dançar com a sua noiva vai dançar com outra?’ ”.

<sup>28</sup> Em pesquisa de campo realizada entre 1978 e 1980 numa vila produtora de arroz na Malásia, Scott encontrou trabalhadoras que boicotavam a colheita de arroz dos proprietários que aderiam à mecanização. Apesar de o boicote ser concreto e evidente, as mulheres publicamente sempre o negavam, por meio de desculpas que justificassem a sua ausência na colheita (2002).

<sup>29</sup> O guerreiro é uma manifestação cultural com cânticos e danças. Para um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, ver os estudos do folclorista alagoano Théo Brandão (2007).

Todavia, versos como esses poderiam significar uma falsa submissão. Um entrevistado presenciou uma apresentação de guerreiro em 1966, no município de Colônia de Leopoldina/AL, que foi iniciada com o mestre louvando o senhor de engenho, depois foi cantada e dançada de forma alegre, até mesmo no momento em que os versos denunciavam que o guerreiro só não estava mais bonito e alegre por conta da falta de dinheiro para reformar as roupas e os enfeites:

Como é qui eu vou dançar  
Qui nem um farrapo humano?  
Pois o pano qui eu preciso  
Qui eu nem posso comprar.<sup>30</sup>

De forma “alegre” e dissimulada, o mestre do guerreiro protestava, diante dos olhos do senhor de engenho, contra a pobreza dos moradores do seu domínio que sequer podiam comprar panos para confeccionar a indumentária de apresentação artística.

Da mesma forma pode ser interpretada a seguinte adivinha que circulava nas áreas canavieiras de Alagoas:

Eu fui preso e ajojado  
Por ordem do seu tenente;  
Vi meu sangue derramado  
No meio de tanta gente (DIEGUES JR., 2006, p. 304).

À primeira vista, temos a impressão de que a adivinha está se remetendo a um trabalhador vítima de um suplício e, no fundo, a intenção de quem fez essa adivinha foi causar essa impressão. Mas, a resposta oficial da adivinha seria: a cana. Como explica Diegues Jr., seria “a cana presa e ajojada [sic] em feixe por ordem do senhor de engenho que aí aparece na qualidade de ‘seu tenente’, isto é, o que manda; quando esmagada pelas moendas, o caldo que é seu sangue, se derrama” na presença dos trabalhadores; “tanta gente” (Idem). Ou seja, a cana é uma metáfora utilizada para falar da situação do trabalhador.

Os incêndios nos canaviais também podem ser considerados uma forma de enfrentamento velado. Um dos ex-moradores entrevistados nos informou que essa prática, que atualmente é utilizada com muita frequência, já é deveras antiga. Ela consiste em incendiar –

---

<sup>30</sup> Conforme relato oral do Professor de Serviço Social aposentado José Nascimento de França, que presenciou a referida apresentação de guerreiro em 1966. O depoimento foi colhido em fevereiro de 2011, em Maceió.

secretamente – as canas antes do seu ponto ideal de maturação, desse modo, o objetivo da ação é causar prejuízo aos donos dos canaviais<sup>31</sup>.

Essas formas limitadíssimas de resistência foram as mais praticadas durante o período em que o sistema de morada foi hegemônico. Ao longo desse período, em Alagoas, eram raros os casos de greves dos moradores<sup>32</sup> ou atuação via sindicato combativo (LIMA, 2006). Ainda que as limitadas formas de resistências analisadas aqui não tenham o objetivo de colocar em xeque os pilares do processo de exploração-dominação, achamos que essas formas de ação não podem ser desconsideradas, principalmente quando estamos tratando de um universo social “fechado”, que imobiliza a força de trabalho, como no caso do sistema de morada presente nas grandes propriedades canavieiras do Nordeste. Ademais, desprezar as formas de resistências cotidianas pode resultar numa leitura fantasmagórica da luta de classes: como se estas ocorressem apenas em alguns poucos momentos da história.

### **1.3 - Expansão dos canaviais e expropriação**

Segundo Lima (2006, p. 101), a evolução da agroindústria canavieira alagoana, entre o período de construção do IAA até 1990, está constituída por três etapas: “a da consolidação do parque usineiro (1930-1950), a do processo de expansão e modernização (1950-1975) e a de um segundo surto expansivo ligado ao Proálcool (1975-1989)”. De acordo com o mesmo autor, no que tange a todo esse longo período, a decisão de expandir as lavouras de cana para os tabuleiros (na década de 1950) foi o fato “mais importante para moldar a estrutura produtiva alagoana” (idem). Mas o que são os tabuleiros? Por que eles foram tão decisivos para os rumos da agroindústria canavieira alagoana?

Recorreremos ao geógrafo Manuel Correia de Andrade (1959), pois ele descreve os tabuleiros e suas vantagens para o cultivo da cana:

---

<sup>31</sup> No entanto, cabe indagar se essa prática seria executada exclusivamente pelos trabalhadores, pois, no bojo da concorrência entre usineiros, senhores de engenho e fornecedores de cana, o incêndio poderia (e ainda pode) ser um dos expedientes da disputa.

<sup>32</sup> Encontramos em Heredia (1988) um relato de greve dos moradores de um engenho logo após este ter sido comprado por uma usina. Esse caso muito raro de greve acabou resultando em expulsão dos moradores. Cabe ainda indagar se a escassez de relatos de conflitos públicos envolvendo moradores das fazendas de cana em Alagoas (em especial entre os anos 1940 e 1970) foi ainda mais potencializada pelo boicote dos jornais da época. Recuando um pouco mais na história, encontraremos ainda a emblemática Guerra dos Cabanos que resultou numa longa guerra de guerrilhas no início do Brasil Império (ANDRADE, 1989). Os rebeldes eram compostos, sobretudo, por escravos, índios, moradores e pequenos produtores do norte de Alagoas e do sul de Pernambuco. Para maiores esclarecimentos sobre a Guerra dos Cabanos, ver o estudo de Lindoso (2005).

As zonas dos tabuleiros estendem-se desde o pediplano de Arapiraca [município localizado no agreste alagoano] até às formações litorâneas, possuindo nas Alagoas muito maior largura do que em Pernambuco. Acha-se inclinada, *grosso* modo, em direção ao mar, pois alcança quase 200m de altitude a Oeste de Arapiraca, para descer até os 40 ou 50m nas proximidades da praia onde forma abruptas falésias (Idem, p. 24, grifo no original).

Observou-se então, como salientou o agrônomo MORAIS (Rodolfo de A – 1958), que os tabuleiros apresentam uma série de vantagens; por ser plano, é o tabuleiro menos atingido pela erosão, facilitando, por conseguinte, a mecanização, o tratamento e a colheita da lavoura (os canaviais da [usina] Sinimbu são cortados por rodagens paralelas e perpendiculares umas às outras, de cinquenta em cinquenta metros, formando quadrados semelhantes a um tabuleiro de jogo de damas); outra vantagem é a de que nos tabuleiros as canas suportam melhor a estiagem, são mais uniformes e menos sujeitas a doenças. Todos esses fatores, sobretudo a fácil mecanização, trazem grande economia para a usina, que cultiva diretamente seus canaviais (Idem Ibidem, p. 56).



**Figura 1: Vista aérea dos canaviais nos tabuleiros alagoanos. Foto: Sheley Almeida – 16.03.2011.**

Foi esse conjunto de fatores que resultou na subida dos canaviais alagoanos para os tabuleiros (até o início de 1950 os canaviais eram tradicionalmente concentrados nas várzeas dos vales úmidos). A iniciativa pioneira foi da usina Sinimbu que, por meio de uma adubação adequada, logrou êxito na incorporação dos tabuleiros (ANDRADE, 1959 e 1994; LOUREIRO, 1969; SANT’ANA, 1970). Essa experiência bem sucedida (do ponto de vista do usineiro) foi seguida por outras usinas do estado. Assim, os tabuleiros possibilitaram uma drástica expansão da fronteira agrícola da cana, sendo hoje a principal área produtora dessa cultura em Alagoas.

## Mapa do relevo alagoano: destaque para a região dos tabuleiros

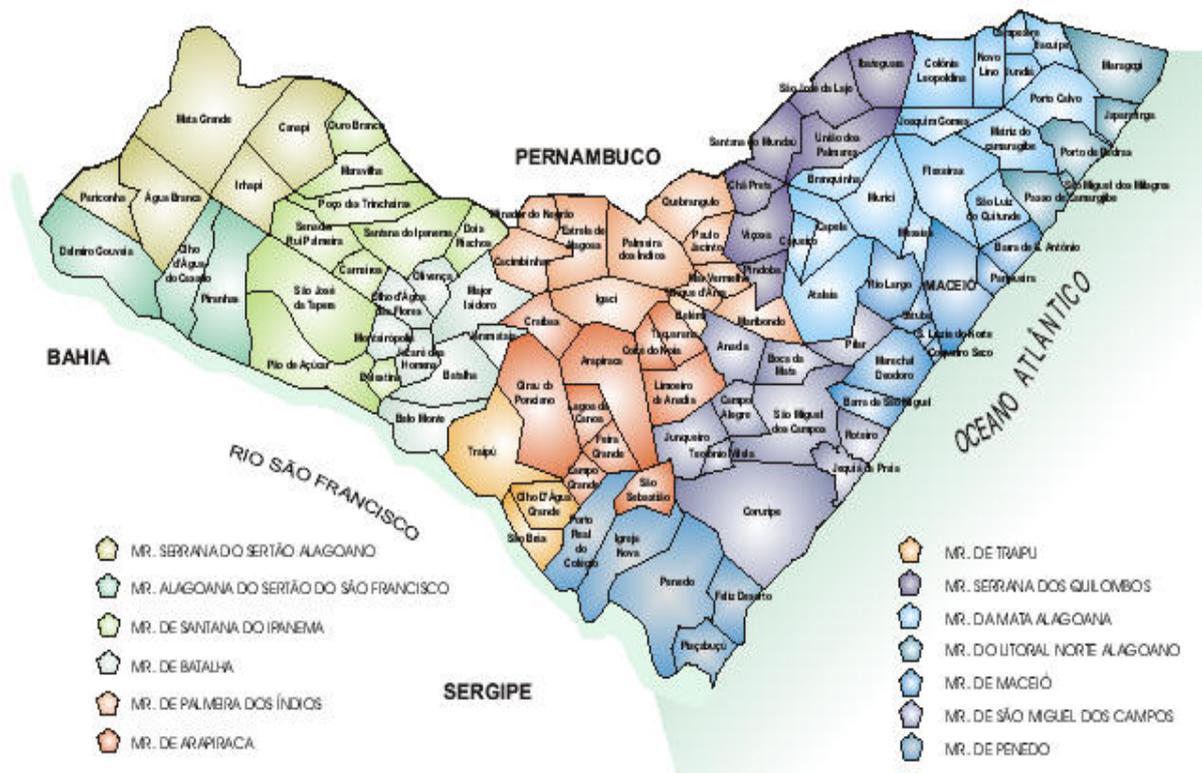


Apesar de as áreas dos tabuleiros se estenderem do Rio Grande do Norte ao estado de Sergipe (ANDRADE, 1994), elas se destacam em Alagoas por serem, em geral, mais largas e compridas quando comparadas às dos outros estados. No entanto, elas não são homogêneas: ao sul de Alagoas, os tabuleiros se caracterizam por sua maior dilatação de largura e profundidade, enquanto, ao norte, são menos extensos (LIMA, 2006). Por isso, atualmente a maior concentração de usinas de Alagoas está na microrregião dos tabuleiros de São Miguel dos campos, ao sul do estado<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> A figura 2 ilustra a localização dos municípios da microrregião dos tabuleiros de São Miguel dos Campos: São Miguel dos Campos, Roteiro, Jequiá da Praia, Boca da Mata, Campo Alegre, Anadia, Junqueiro, Teotônio Vilela e Coruripe.

Figura 2: Microrregiões geográficas de Alagoas

## MAPA DE ALAGOAS POR MICRO-REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS



FONTE: Resenha Estatística de Alagoas - SEPLAN/AL, apud [www.frigoletto.com.br](http://www.frigoletto.com.br)

Consideramos que essa breve contextualização do papel dos tabuleiros na expansão dos canaviais seja fundamental para compreendermos por que atualmente Alagoas é líder nordestina de produção dessa matéria-prima. Todavia, é impossível compreender tal liderança se nos limitarmos apenas às potencialidades dos aspectos geográficos. Por trás do período “de expansão e modernização” (LIMA, 2006) dessa agroindústria em Alagoas, estão, dentre múltiplos aspectos, vários episódios de expropriação e de mudanças nas relações de trabalho. Começamos investigando as expropriações dos pequenos produtores.

No livro *Açúcar: notas e comentários*, Osman Loureiro, que foi usineiro e ex-governador do Estado, comete um “ato falho” ao revelar aquilo que ele próprio queria esconder. Vejamos o seguinte trecho:

A esta primeira primazia quanto à posse de trecho geográfico especial, é preciso adir-se a zona dos chamados tabuleiros [...] esses altiplanos, tidos e havidos de velha data como impróprios à cultura da cana, e apenas admitindo as pequenas lavouras de subsistência, como a mandioca, a batata e algumas frutas, serviam, entretanto, por igual, para a grande lavoura. Tudo era conterá-los [sic] com adubação

adequada. As experiências, por eloqüentes, tiveram seguidores. Em breve, vastos canaviais começaram a desertar-se por esses chapadões, outrora relegados por inadequados, e hoje avocados ao serviço de nossa cultura maior. [...] Para quem atravessou essas *solidões semidesérticas* e hoje entresachadas [sic] de vigorosos canaviais, o coração se lhe desaperta na antevisão do futuro que nos aguarda (LOUREIRO, 1969, p. 244 e 245, grifos nossos).

Nessa passagem Loureiro descreve os tabuleiros de duas formas: a primeira é como área das *pequenas lavouras de subsistência*, enquanto a segunda é como espaço das *solidões semidesérticas*. Ora, se esses espaços admitiam as pequenas lavouras de subsistência como poderiam ser *solidões semidesérticas*? Então, era insignificante o número de pequenos produtores nessas áreas? Essa questão é de suma importância, pois, se aceitarmos a premissa das *solidões semidesérticas* a expropriação dos pequenos produtores nessas áreas teria sido quase nula. Por outro lado, recusando essa premissa – e adotando a de que seriam áreas ocupadas por pequenas lavouras de subsistência – a vertiginosa expansão da cana nos tabuleiros só poderia ter ocorrido por meio de um “xeque mate” nos pequenos produtores.

Heredia foi a pesquisadora que se aprofundou de forma mais minuciosa nessa temática. Em estudo realizado no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, que incluía pesquisas de campo na área que deu origem ao município de Teotônio Vilela, a autora se deparou com a seguinte situação:

Os pequenos produtores – inclusive os que eram proprietários – faziam uso, no passado, das parcelas localizadas fora dos limites da grande propriedade, que eram por eles denominadas “terras de hereu” ou “terras sem donos”. Os tabuleiros da Área, situados fora das grandes propriedades, eram, pelo povo do sítio, designados desse modo. [...] Nelas [nas terras dos tabuleiros] foram se instalando os pequenos produtores, e seu usufruto passou a ser transmitido de geração em geração. É, pois, precisamente porque esse conjunto de relações foi afetado que a passagem da situação anterior para a atual não significou apenas o fim do acesso a terra para aqueles que delas desfrutavam, mas, também, e fundamentalmente, a mudança nas relações sociais até então existente entre os pequenos produtores (HEREDIA, 2008, p. 60).

Nesta pesquisa, Heredia conseguiu reunir diversos depoimentos, além de outras evidências que comprovam que a expansão da cana para os tabuleiros só foi possível por meio da expropriação dos pequenos produtores<sup>34</sup>. Dentre os mecanismos de expropriação

---

<sup>34</sup> Conforme o Censo agrícola de 1920, no município de Coruripe (que faz fronteira com Teotônio Vilela) as lavouras do coco (1.217 hectares/ ha.), de feijão, milho e mandioca (1.102 ha.) ocupavam uma área plantada superior à da cana-de-açúcar (863 ha.) (HEREDIA, 1988, p. 49). Noventa anos após o Censo de 1920, a área do plantio de feijão, milho e mandioca foi reduzida pela metade (restando atualmente o equivalente a 650 ha, segundo levantamento das lavouras do IBGE em 2009), enquanto a da cana-de-açúcar cresceu vertiginosamente de 863 ha. para 52.238 ha. No tocante à produção agrícola do município de Teotônio Vilela, segundo o levantamento do IBGE sobre as lavouras (realizado 2009), a plantação de cana-de-açúcar é líder, com

identificados pela autora, destacamos os seguintes: 1) boatos de que os usineiros tomariam as terras daqueles que não tinham o documento que comprovasse a posse, resultaram em vendas de terras por um preço muito abaixo do valor de mercado; 2) as usinas compravam o lote de um herdeiro, mas, por fim, registravam como se a compra fosse da área total de todos os herdeiros; 3) aqueles que não vendiam sua terra, muitas vezes ficavam cercados por grandes propriedades e sofriam diversos tipos de pressão, que iam desde fechamento da saída da propriedade, até a invasão paulatina de parte de sua terra (Idem, 1988 e 2008).

Essas formas fraudulentas de acumulação e expropriação remetem ao conceito de “acumulação por espoliação,” proposto por Harvey ao analisar as formas contemporâneas de acumulação. Para este autor, traços característicos daquelas formas de acumulação descritas como restritas ao período da “Acumulação Primitiva do Capital” (MARX, 1985), não se extinguiriam ao longo da consolidação e expansão mundial do capitalismo, muito pelo contrário: formas de acumulação baseadas no uso de fraudes e da violência seriam intrínsecas ao capitalismo. Desse modo, Harvey nos alerta para os limites das abordagens que

relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de [Rosa de] Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é, por conseguinte, muito necessária [...]. Como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2004, p. 120 e 121).

Mecanismos de expropriação e acumulação muito semelhantes aos descritos por Heredia também ocorreram (e ainda ocorrem) em nível nacional. O período estudado por Heredia foi marcado nacionalmente pelo processo de “modernização trágica” (SILVA, 1999) da agricultura brasileira, que intensificou diversas formas de expropriação de pequenos produtores e alterou as relações de trabalho. Como demonstrou Maria Aparecida de Moraes Silva, esse processo não pode ser entendido somente como impulsionado pela lógica da acumulação do capital agroindustrial, o papel do Estado, por exemplo, foi fundamental para a sua consolidação. Por meio da análise do Estatuto da Terra (ET) e do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), a autora demonstra como estes mecanismos, que aparentemente poderiam

---

aproximadamente 1 milhão de toneladas de cana colhidas numa área plantada de 15.500 hectares. A esmagadora liderança só se torna evidente quando comparamos esses números com os dos cultivos de outros produtos: o que mais se aproxima da cana-de-açúcar é a do feijão, que ocupa apenas 200 hectares de área plantada, seguida do milho com 100 hectares e da mandioca com inexpressivos 55 hectares de área plantada.

representar algum avanço para os trabalhadores, no fundo regulamentaram a intensificação da exploração da força de trabalho (Idem). Na análise do processo de expropriação dos pequenos produtores alagoanos também não podemos negligenciar o papel desempenhado pelo Estado.

Abaixo seguem fotografias da usina Sinimbu<sup>35</sup> e da usina Seresta<sup>36</sup>, ambas estão situadas nos vales úmidos – próximas dos rios – e entre os tabuleiros. O tabuleiro é a parte alta no horizonte, plana como o horizonte.

**Figura 3: Usina Sinimbu e seus tabuleiros. Foto: Lúcio Verçoza 23-01-2011**



---

<sup>35</sup> Usina situada no município de Jequiá da Praia.

<sup>36</sup> Usina localizada no município de Teotônio Vilela.



**Figura 4: Usina Seresta entre os tabuleiros: Foto: Lúcio Verçoza – 23.01.2011.**

A incorporação das terras dos tabuleiros pelas usinas recebeu o estímulo direto do Estado, através do IAA e de diversos programas<sup>37</sup> que, nesse momento, objetivava elevar a produtividade do setor e reduzir os custos da produção. Nesse contexto, foram adotadas diversas medidas que acabaram beneficiando as principais agroindústrias canavieiras do estado, dentre estas se destacam: financiamento público para a compra de terras, melhoramento genético da cana e isenção de impostos para importação de maquinários (HEREDIA, 2008; LIMA, 2006; MELLO, 2002). Essa conjuntura possibilitou uma vertiginosa expansão dos canaviais alagoanos, sobretudo na microrregião dos tabuleiros de São Miguel dos Campos (TSM Campos), como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 1: Área de Cana em Alagoas 1970/1975/1983/1987**

Unidade: ha

<b>Alagoas / Microrregiões</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1983</b>	<b>1987</b>
Litoral Norte	25226	22606	63888	99003
Mata Alagoana	96593	113732	170731	209047
Maceió	22874	25783	48020	81919
TSM Campos	19684	60454	107793	210371

<sup>37</sup> Dentre os principais programas do Estado nesse período estão: 1) Plano de Expansão da Agroindústria Canavieira (1963); 2) Programa de Racionalização de Agroindústria Canavieira (1971); 3) Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (1971); 4) Programa Nacional do Alcool (1975). Para uma leitura detalhada dessas políticas, ver Lima (1998).

Total	164377	222575	390432	600340
-------	--------	--------	--------	--------

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 70/75/83/87 apud NOVAES (1993).

Entretanto, a consolidação da invasão da cana nas áreas dos tabuleiros não determina necessariamente o esgotamento do sistema de morada, pois, afinal, o sistema de morada poderia continuar intacto mesmo sem a presença dos pequenos produtores expropriados dos tabuleiros. Então, quais foram as principais causas do colapso do sistema de morada?

O estudo de Afrânio Garcia (1988), *Sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste*, aponta três mediações que o autor considera fundamentais para a compreensão do declínio do sistema de morada no Nordeste: 1) concorrência das usinas com os engenhos; 2) possibilidade de deslocamentos maciços para as cidades industriais; 3) organizações políticas camponesas e o novo quadro jurídico. A partir dessas mediações propostas por Garcia, analisaremos o declínio do sistema de morada em Alagoas.

No tocante à primeira mediação, a chegada das primeiras usinas em Alagoas ocorreu no final do século XIX (SANT'ANA, 1970). Apesar de as usinas terem representado uma revolução no aspecto da técnica produtiva, quando comparada aos engenhos, o mesmo não pode ser dito sobre as relações de trabalho:

A análise da trajetória de alguns trabalhadores que consideravam ter sido *moradores* no passado revela que nem sempre tinham estado ligados ao *senhor de engenho*, tendo alguns deles sido *moradores* de propriedades que pertenciam às usinas. A análise das relações sociais em ambas as situações – longe de nos levar a pensar que estávamos diante de expressões vazias de conteúdo – revela que o engenho, enquanto sistema social, permaneceu dominante mesmo depois do surgimento das usinas, e mais ainda, que as usinas instaladas na área adotaram, inclusive, o sistema de *morada* característicos do engenho (HEREDIA, 1988, p. 161, grifos no original).

A incorporação do sistema de morada pelas usinas de Alagoas ocorreu no bojo da intensa concorrência entre senhores de engenho e usineiros. As disputas não se limitavam aos aspectos de financiamento estatais; existiam duradouros embates sobre o acesso à terra, aos rios e às linhas férreas para escoar a produção<sup>38</sup> e à força de trabalho (Idem). Segundo Heredia, é por conta da resistência dos senhores de engenho no plano da maior imobilização de força de trabalho possível, que ocorre uma incorporação do sistema de morada pelas usinas em Alagoas:

---

<sup>38</sup> Heredia analisa em Alagoas um caso em que o transporte terrestre entre a usina e o rio era obrigado a passar por propriedades do engenho. Isso acarretou intenso conflito, com tentativas de cobrança de pedágios por parte dos engenhos (1988, p.164).

Uma vez que se instalaram [as usinas] em áreas de engenhos, nas quais, conseqüentemente, o acesso à terra e à mão-de-obra estava fundamentalmente sob o controle dos senhores de engenho, as usinas tiveram que acabar adotando, de fato, as relações dominantes nos engenhos como a única maneira de obter a mão-de-obra necessária. [...] Na área, a usina Sinimbu construiu casas melhores e ‘mais higiênicas’ e até escolas, como forma de incentivar os trabalhadores a nela se estabelecerem (1988, p. 170).

Sendo assim, a chegada das usinas em Alagoas não significou, num primeiro momento, o declínio no sistema de morada, mas o inverso: o sistema de morada foi reiterado. Como sublinha Heredia, “o fim dos engenhos enquanto fábricas,” constituiu-se num longo processo histórico que, em Alagoas, “demandou meio século” (Idem, p. 162). Mesmo que a concorrência das usinas com os engenhos tenha resultado em eliminação dos últimos, não podemos concluir, a princípio, que o sistema de morada estaria fatalmente extinto com o fim dos engenhos, pois, como já vimos, as usinas o adotaram. O que poderia impedir sua continuidade, como relação de trabalho hegemônica, até os dias de hoje? Em suma, a concorrência entre engenho e usina, enquanto mediação isolada, não ajuda a compreender as causas do declínio do sistema de morada.

Sobre a segunda mediação destacada, os deslocamentos em massa para cidades industriais, em especial para as do sudeste, a partir de 1940 e 1950 com as melhorias nos transportes<sup>39</sup>, teriam gerado uma alternativa de rompimento com o universo rural/privado. Para Garcia (1988), estas migrações enfraqueceram o sistema de morada, tanto no que se refere à diminuição no número de moradores em decorrência da maior concorrência pela força de trabalho, quanto no tocante à mudança de representação dos que migraram sob o sistema de morada e a luta por direitos. A migração de moradores das propriedades canavieiras para centros urbanos industriais também foi um fenômeno que ocorreu em Alagoas no mesmo período destacado por Garcia, no entanto, é difícil medir o seu impacto sobre o sistema de morada.

Retomando a terceira mediação, para Garcia, o surgimento da primeira organização política expressiva dos camponeses – as Ligas Camponesas criadas por volta de 1955 –, não estava, apenas, relacionado a uma nova representação sobre as lutas por direitos, proporcionada pelas viagens aos centros industrializados. A mudança de conjuntura, que

---

<sup>39</sup> Em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela/AL, entrevistamos uma ex-moradora que migrou para o interior paulista na década de 1950. A viagem durou 12 dias e o destino era uma fazenda de café. A entrevistada nos informou que achava a vida mais próspera em São Paulo, e que só não se fixou porque seu marido quis retornar.

propiciou uma maior possibilidade de atuação dos moradores, está intimamente ligada com a saída de um significativo número de grandes proprietários para morar nas cidades:

A situação particular desses antigos moradores tem por origem o deslocamento, para as cidades, de certos proprietários que tentaram enfrentar a decadência de seus engenhos através da reconversão de suas atividades, passando para o comércio ou para cargos administrativos e favorecendo os investimentos escolares de seus filhos. [...] A submissão direta a todo instante deixava de se materializar, o que permitia a esses moradores muito particulares exercer o controle das decisões sobre a exploração da terra e sobre a comercialização dos produtos [...] No momento em que os senhores quiseram aumentar as prestações em dinheiro, ou, retornando à propriedade e querendo controlar os trabalhos agrícolas [...] liquidando as vantagens materiais adquiridas [pelos moradores], os trabalhadores puderam apelar para os serviços de Francisco Julião, advogado residente em Recife e deputado estadual (Idem, p. 25).

Considerando esse aspecto, a concorrência entre engenhos e usinas, que resultou no deslocamento de senhores de engenho em crise para as cidades, abriu uma fissura na dominação de morada dos engenhos e fazendas decadentes. No entanto, essa mediação isolada ainda nos diz muito pouco, pois, como já vimos anteriormente, as usinas também adotaram o sistema de morada. Ela só se torna uma mediação relevante quando articulada ao surgimento das primeiras organizações políticas expressivas dos moradores. Pois, sem a decadência dos engenhos – que resultou no deslocamento de alguns grandes proprietários –, o terreno no qual foram organizadas as Ligas seria ainda mais espinhoso, as correlações de forças seriam mais adversas.

A atuação das Ligas por meio da justiça tinha um “efeito simbólico preciso: colocava no mesmo plano a palavra do morador e do senhor e materializava a existência de um poder acima do senhor” (Idem, *Ibidem*). A entrada na justiça foi acompanhada por ameaças, surras e assassinato de moradores. O risco de condenação na justiça ameaçava o capital simbólico do senhor (Idem). Apesar dessas retaliações, moradores continuavam se organizando, como no caso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), ligadas ao PCB.

No início dos anos 1960 ocorreu uma ascensão das lutas de classes no país. Foi nesse cenário de pressão por Reformas de Base, que foi votado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 2 de março de 1963. O referido Estatuto estendia alguns importantes direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais<sup>40</sup>, ou melhor, para os trabalhadores rurais

---

<sup>40</sup> Eram esses direitos fundamentais: salário mínimo, férias anuais pagas e avisos prévios.

permanentes, pois, como bem observa Maria Aparecida de Moraes Silva, os temporários não estavam contemplados. Por isso, a autora afirma que esse é um ponto

que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isto é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão dos trabalhadores da fazenda (1999, p. 64).

Esse aspecto fundamental do ETR não é ressaltado por Garcia (1988). O autor foca, sobretudo, em como a “economia da morada foi afetada” com essa legislação, “pois o que constituía seu próprio fundamento, o dom ou favor do senhor que acarretava o contradom do morador, destinado a saldar a dívida, ficou definido como uma simples contrapartida numa relação contratual” (Idem, p. 27). A substituição da noção de favor pela de direito, certamente afeta o sistema de morada. Entretanto, essa substituição não ocorre automaticamente após a aprovação da legislação. Existe uma longa e cotidiana luta para substituição da referida noção<sup>41</sup>.

No que tange mais especificamente à realidade alagoana, segundo Albuquerque, “a luta por direitos e por mudanças na estrutura fundiária, principais plataformas políticas das Ligas Camponesas, chegou a Alagoas com três décadas de atraso” (2009, p. 103). O ETR não tomou corpo no estado (Ibidem). As Ligas, que surgiram no vizinho estado de Pernambuco, e logo foram estendidas para a Paraíba, assumindo posteriormente um caráter nacional (OLIVEIRA, 2007)<sup>42</sup>, não conseguiram adentrar Alagoas. Na época de efervescência das Ligas, os trabalhadores rurais de Alagoas, “das áreas canavieiras principalmente, não desenvolveram qualquer experiência de luta organizada neste período histórico”<sup>43</sup> (LIMA, 2006, p. 119).

Para Albuquerque,

Apenas no final da década de 1980, quando a expropriação do trabalhador rural com o esgotamento do sistema de moradia atinge um grau ainda mais avançado e o êxodo alcança patamares até então inéditos, é que se dão as condições objetivas para um maior enfrentamento entre trabalhadores e patrões (Ibidem, p. 102).

---

<sup>41</sup> É válido lembrar que essa luta contava com toda a adversidade causada pelo contexto de ditadura militar no país, após 31 de março de 1964.

<sup>42</sup> Segundo Camargo (Apud OLIVEIRA, 2007, p. 108), as Ligas Camponesas atuaram nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Acre, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

<sup>43</sup> Essa é uma questão que precisa ser mais estudada, pois, nesse mesmo período, em Alagoas, o PCB tinha uma atuação expressiva nas áreas urbanas (LESSA, 2011) e estimulava a fundação de sindicatos rurais (LIMA, 2006).

Segundo Albuquerque, somente no momento de auge do declínio do sistema de moradia em Alagoas, é que se dão as condições objetivas para um enfrentamento coletivo e público. Ao falar “de maior enfrentamento”, o autor está se referindo às campanhas salariais promovidas pela FETAG/AL no final dos anos 1980 e início de 1990, que paralisaram, por alguns dias, parte dos cortadores de cana. Ainda assim, a greve dos trabalhadores rurais em Alagoas estava em grande descompasso com os movimentos grevistas de outros estados nordestinos. Após o desmantelamento das Ligas e dos sindicatos combativos durante os primeiros governos da ditadura militar, foi desenvolvida uma retomada das lutas públicas em outros estados por meio da expressiva greve dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco, em 1979 (SIGAUD, 1980; NOVAES, 1993), das mobilizações no Rio Grande Norte, iniciadas em 1982, e na Paraíba, em 1984<sup>44</sup> (MELLO, 2002).

O fim dos anos 1980 em Alagoas, além de ser um período marcado pela intensificação das expulsões de moradores, também representou um momento de pico do ingresso de moradores e ex-moradores na justiça, mais especificamente no período de 1986 a 1988 (ALBUQUERQUE, 2009). Nesse cenário de reabertura política e de Assembléia Constituinte, de campanhas salariais promovidas pela FETAG/AL e de aumento dos processos judiciais, foi ainda mais acelerado o ritmo das expulsões dos moradores. Segundo estimativas dos usineiros, que eram compatíveis com os dados oficiais do governo do Estado de Alagoas, entre 1990 e 1995 foram demolidas 40 mil casas de antigos moradores (CARVALHO, 2009, p. 95).

Em maio de 1995, o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar – AL) foi indagado por um correspondente do Jornal *Folha de São Paulo* sobre o que motivava a abrupta expulsão dos moradores. O representante dos usineiros respondeu da seguinte maneira: “A destruição das casas é loucura, mas foi a lei trabalhista que criou isso” (CIPOLA, 1995 apud QUEIROZ, 2011, p. 48). Uma das estratégias utilizadas pelos usineiros para acelerar a saída dos moradores consistia em proibir o acesso ao roçado (MELLO, 2002).

Contudo, afirmar que o sistema de moradia entrou em colapso não é o mesmo que dizer que esse foi completamente extinto. A despeito do referido colapso, a figura do morador ainda está presente nas usinas de Alagoas:

---

<sup>44</sup> Para uma análise mais aprofundada da atuação e limites dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais nesse período, ver Novaes (1993) e Mello (2002).

A partir da atual reestruturação produtiva, a atual condição de morador, mais do que uma questão semântica, designa hoje um grupo mais enxuto de trabalhadores fichados, rigorosamente selecionados e contratados pelas usinas. Gradativamente, vão sendo mais qualificados, contratados por suas aptidões, avaliados por desempenho, e estabelecendo-se novos padrões de lealdade (Idem, p. 105).

A reestruturação produtiva em curso consolidou o processo de proletarização do morador das fazendas de cana. Até mesmo o atual morador das usinas, que hoje representa um número insignificante, foi deveras reconfigurado<sup>45</sup>. Nas periferias dos aglomerados urbanos, junto com os antigos moradores, estão agora os ex-posseiros e pequenos proprietários que sofreram as consequências do processo de expropriação das terras dos tabuleiros e do roçado da morada. Muitos desses não conseguem mais trabalho na lavoura canavieira, pois não estão enquadrados no perfil de trabalhador extremamente produtivo<sup>46</sup>. Dentre os “inempregáveis” estão as mulheres, que foram excluídas das diversas etapas de trabalho nos canaviais alagoanos (plantio, tratos culturais e colheita)<sup>47</sup>. Aqueles que ainda permanecem empregados no corte manual da cana têm, ao longo das safras, a saúde degradada pelo processo de precarização e intensificação dessa atividade laboral (PLANCHEREL & QUEIROZ & SANTOS, 2011; SANTOS, 2009). Um grande número desses trabalhadores não se aposenta pelo fato de não conseguir comprovar o nexos causal entre o trabalho e o adoecimento. Ademais, os mesmos não trabalhavam com carteira assinada durante o tempo em que eram moradores. Alguns dos ex-moradores condenados à “inflexibilidade do não-emprego” (SILVA, 2004, p.42) passaram a engrossar as fileiras dos movimentos de luta pela terra. Outros vivem de pequenos “bicos” e com o auxílio dos programas de bolsas do governo federal.

É durante a transição do sistema de morada à proletarização plena, que Garcia (1988) se depara, no brejo paraibano, com os termos “sujeitos” e “libertos”. Em Alagoas, Albuquerque (2009) deparou-se com os termos “cativeiro” e “liberdade”. Esses termos representam a oposição entre a morada nos domínios da grande propriedade e na cidade. O primeiro é identificado como período de escravidão, o segundo, de liberdade.

---

<sup>45</sup> Em fevereiro de 2011, entrevistamos um cabo (fiscal) que nos informou atualmente existem cerca de 50 moradores na usina Seresta. Estes são tidos pela empresa como os trabalhadores mais confiáveis. Dificilmente são destinados ao corte da cana, em geral participam do plantio, irrigação, vigilância de máquinas e queima do canavial.

<sup>46</sup> Conforme informações colhidas em pesquisas de campo de fevereiro de 2011, em Alagoas algumas usinas demitem os trabalhadores que não alcançam a média mínima diária de 7 toneladas de cana cortada.

<sup>47</sup> Cf. depoimentos colhidos em nossas pesquisas de campo.

Todavia, em entrevista que realizamos com ex-moradores<sup>48</sup>, nem todos consideravam melhor a vida no meio urbano. Um dirigente do sindicato dos trabalhadores chegou a nos dizer que “no tempo da morada o trabalhador era feliz e não sabia”. Outro ex-morador entrevistado, que conseguiu sua casa própria com dinheiro da indenização recebida após sua saída dos domínios da grande propriedade, chegou a utilizar o termo “cativo” ao se referir ao passado. Essas leituras positivas e negativas sobre a condição de ex-morador – repletas de contradições – demonstram que a proletarização da força de trabalho “insere-se num processo longo, necessariamente histórico, pleno de meandros e sutilezas nem sempre visíveis e reconhecíveis” (SILVA, 1990, p.6).

Foi muito frequente ouvirmos o termo “os da rua” como oposição aos moradores da grande propriedade. Ser “da rua”, “da ponta de rua”, é a denominação para morador da cidade. Se buscarmos compreender o sentido da expressão “os da rua”, veremos que ainda existe por trás dessa expressão uma centralidade do rural, da morada como lugar ligado à terra, pois, a rua é lugar de passagem; é um caminho; é lugar de acesso ou saída da casa, mas nunca a morada. Portanto, ser “da rua” é ser de lugar nenhum. Se essa leitura estiver correta, ser “da rua” é ser de lugar nenhum porque as raízes de muitos “dos da rua” ainda estão fincadas na terra, e não no asfalto ou paralelepípedos.

Entrevistamos um ex-morador que atualmente é cabo (fiscal) e nos disse o seguinte:

*Entrevistado: Hoje a gente trabalha com muitos trabalhadores que já foram moradores. Às vezes começa a chover, e eles me dizem: ‘Ó Jorge, que cheiro da terra e eu sem poder plantar’. Lamenta... Eles têm vontade de plantar, mas não têm aonde. [...] Eu mesmo, me criei na agricultura e quando chove eu ainda tenho vontade também.*

No que diz respeito às formas de resistência após o colapso do sistema de morada, consideramos que existe um terreno mais fértil para enfrentamentos públicos e coletivos, mas, isto não determina necessariamente o acontecimento dos mesmos. Como veremos mais adiante, nos últimos anos tem ocorrido um número significativo de greves à revelia dos sindicatos (CANDIDO & MALAGODI, 2010). Em paralelo a essas formas de resistência de maior alcance, ocorrem ainda as “resistências miúdas” (SILVA, 2008) do cotidiano, que acontecem de modo oculto, por detrás das fulgens dos canaviais.

---

<sup>48</sup> Entrevistas realizadas em fevereiro de 2011, em Teotônio Vilela.

Mas, antes de analisarmos essas formas de resistência praticadas nos dias de hoje, devemos investigar o processo de reestruturação produtiva e os seus efeitos para o mundo do trabalho nos canaviais, pois é nesse novo cenário que as lutas são gestadas. Por isso, no capítulo seguinte, analisaremos como se processa a exploração-dominação da força de trabalho no bojo do mais recente processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira alagoana, que resultou, dentre outros fatores, em grande diminuição no número de empregos, em intensificação do ritmo de trabalho e elevação de sua produtividade.

## CAPÍTULO II

### **A reestruturação produtiva e seus efeitos sobre o mundo do trabalho nos canaviais alagoanos**

#### **2.1- Traços gerais da reestruturação produtiva**

A reconfiguração do sistema produtivo surge como uma resposta do capital à crise de diminuição nas taxas de lucro, iniciada por volta dos anos 1970. As alternativas encontradas pelo capital para tentar superar a crise resultaram em intensas mudanças nos processos de produção de mercadorias. Por meio de novas formas de gestão organizacional, acumulação flexível, mudanças na gestão da força de trabalho, reorganização tecnológica, trabalho polivalente e precarizado, aplicação de novos modelos substitutos do taylorismo/fordismo (com destaque para o toyotismo), dentre outras medidas, o processo produtivo e o mundo do trabalho sofreram mutações (ANTUNES, 1998).

No bojo das complexas medidas adotadas pelo capital em escala mundial, tentaremos destacar brevemente alguns traços que nos parecem gerais e que apontam tendências da lógica do processo de reestruturação produtiva em curso. Adotando esse caminho, corremos um grande risco de cair no simplismo, negligenciando aspectos fundamentais da reestruturação produtiva. Mas, por outro lado, temos que reconhecer os limites do nosso texto, que se propõe a analisar o processo de exploração-dominação da força de trabalho nos canaviais alagoanos.

Seguindo a proposta descrita acima, o depoimento de Satochi Kamata nos revela alguns dos traços mais gerais da reestruturação produtiva em curso:

não é tanto para economizar trabalho mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% de 'movimentos desperdiçados' são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização da Toyota é a história da redução de trabalhadores e esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores, alcança surpreendente aumento na sua produção. Todo tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção. (KAMATA, apud ANTUNES s.d.)

Ainda que esse traço não seja exclusivo do toyotismo, pois, essa preocupação também estava presente no taylorismo e no fordismo, podemos inferir desse relato que o principal segredo do sucesso do toyotismo foi efetivar ainda mais essa meta de diminuição dos postos

de trabalho, aliada com o aumento da sua produção. Por meio de uma reengenharia no processo produtivo e de gestão da força do trabalho, o toyotismo demonstrou ao capitalismo que o caminho para tentar superar a crise era “enxugar a empresa” e apostar na acumulação flexível. O custo dessas transformações para o mundo do trabalho foi muito alto. A intensificação da exploração da força de trabalho, do aumento de trabalho precarizado, terceirizado, temporário, informal e do desemprego estrutural, tornou a classe trabalhadora ainda mais heterogênea e complexa. Esse processo vem sendo amplamente analisado pela sociologia, chegando ao ponto de ser proposto um conceito ampliado de classe, que Antunes (1998) denominou de “a classe-que-vive-do-trabalho”.

A reestruturação produtiva em curso assume um caráter global. Todavia, é importante sublinhar que ela também é marcada por singularidades em cada país e em cada ramo industrial. As tendências gerais apontadas acima podem assumir diferentes feições em distintos processos produtivos, ou no mesmo processo produtivo de diferentes localidades. Por isso, as tendências gerais nos servem apenas como parâmetros da direção que o processo produtivo adota mundialmente.<sup>49</sup>

Na agroindústria canavieira brasileira o processo de reestruturação atingiu diversas fases do processo produtivo, desde a parte agrícola até a parte industrial. Na fase de produção agrícola, que é nosso principal foco<sup>50</sup>, ocorreram transformações diversas no preparo do solo, no plantio, no trato da cultura, na colheita e no transporte da cana. Dentre algumas alterações de ordem científica, que não deixam de alterar também o processo de trabalho, podemos citar: o investimento em melhoramento genético, que elevou a produtividade da cana e o prolongamento de sua vida útil, resultando num menor número de replantios; a irrigação que hoje ocupa grande parte do canavial; os avanços de produtos químicos no combate a pragas e ervas daninhas; a mecanização no plantio e na colheita e outras inovações que, “sem sombra de dúvidas, aumentaram a produtividade do trabalho e diminuíram a quantidade de trabalhadores empregados.” (SILVA, 2004, p. 33)

Além dos impactos causados no mundo do trabalho pelo avanço tecnológico, ocorreram também mudanças de gestão da força de trabalho que contribuíram

---

<sup>49</sup> Graça Druck (2009) demonstra bem essa afirmativa ao estudar a temática da terceirização no Brasil. O seu trabalho aborda o tema da reestruturação produtiva sob a ótica de “processos de caráter mundial, mas que apresentam especificidades em cada país” (Idem, p.225).

<sup>50</sup> A agroindústria é resultado da fusão da agricultura com a indústria. Embora o enfoque da presente investigação esteja na análise do processo de exploração-dominância da força de trabalho na parte agrícola, não podemos considerar a agricultura como algo dissociado da indústria, uma vez que o processo de produção das mercadorias derivadas da cana-de-açúcar depende de ambos os ramos. Ou seja: no caso da agroindústria, agricultura e indústria são ramos imbricados, e essa característica nunca deve ser negligenciada quando da análise de qualquer etapa do processo produtivo do setor.

significativamente para o aumento da produtividade do trabalho e diminuição dos postos de trabalho (NOVAES, 2007).

Com base em Carvalho (2000), podemos afirmar que o recente processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira em Alagoas teve como marco fundamental o início da década de 1990, mais precisamente no contexto da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Diante da desregulamentação estatal, as usinas de Alagoas foram obrigadas a se reestruturar produtivamente para sobreviver à forte concorrência intercapitalista, marcada por um grande atraso das usinas alagoanas (em termos de produtividade) quando comparadas às do sudeste.

Sobre as várias mudanças ocorridas no setor para garantir sua sobrevivência, Carvalho afirma que as usinas adotaram a linha do “aumento da produtividade, somado ao aproveitamento econômico dos recursos subutilizados, mudanças na estrutura administrativo-gerencial, alterações no perfil de financiamento e na base tecnológica” (2000, p. 45).

Consideramos importante lembrar que as recentes transformações analisadas por Carvalho (2000) foram construídas sobre as bases de um processo de modernização da agroindústria canavieira, iniciado embrionariamente por volta de 1950 (ANDRADE, 1994; LIMA, 2001). Como já foi mencionada anteriormente, a referida modernização garantiu a expansão do plantio de cana-de-açúcar e acarretou, aos poucos, o declínio do sistema de morada, característico das relações de dominação dos engenhos banguês e que ainda predominava nas usinas. Os trabalhadores que eram moradores com roçado foram sofrendo paulatinamente um processo de proletarização plena, marcado pela falta de acesso à terra e, conseqüentemente, pela venda da força de trabalho como único meio de sobrevivência. A intensificação desse processo ocorreu no fim dos anos 1970 e chegou ao auge no fim dos anos 1980 e início dos 1990 (ALBUQUERQUE, 2009).

Foi assentada nessas alterações, que a agroindústria canavieira de Alagoas pôde se reestruturar doravante, garantindo a sua competitividade. Mudanças tecnológicas e de gestão da força de trabalho na recente reestruturação foram realizadas com o mesmo objetivo geral da reestruturação produtiva em nível global: reduzir os postos de trabalho, ao mesmo tempo em que se eleva a produtividade<sup>51</sup>.

Quanto à efetivação dessa meta na agroindústria canavieira, os dados levantados por Mello são claros:

---

<sup>51</sup> Reconhecer essa semelhança de objetivos não significa afirmar automaticamente que sejam idênticos os métodos para atingir esses fins. Como já foi assinalado anteriormente, existem particularidades na reestruturação produtiva da agroindústria canavieira.

Assim, durante a década de 90, a usina Coruripe, a maior em atividade atualmente no nordeste, localizada nos “tabuleiros” alagoanos pertencentes ao Grupo Tércio Wanderley, através de equipes de trabalho crescentemente monitoradas por recursos da informática, dobrou a moagem de cana e reduziu o número de empregos em torno de 30%. (MELLO, 2002, p. 99)

A lógica que move a reestruturação produtiva é a de diminuir os custos, em geral, da produção, ao mesmo tempo em que a produtividade deve ser elevada. A diminuição dos custos é conseguida, não somente pelas inovações tecnológicas que diminuem os postos de trabalho e aumentam a produtividade do trabalhador, mas, também, pela intensificação direta da exploração dos trabalhadores que ocupam as escassas vagas do processo produtivo. Nesse contexto, o trabalho, que já era superexplorado torna-se ainda mais. O trabalho precário vivencia o tempo da “precarização do precário” (PLANCHEREL & ALBUQUERQUE & MELO, 2010).

## 2.2- O processo de exploração-dominação nos canaviais

Os sinais da intensificação da exploração do trabalho evidenciam-se desde o processo de seleção dos trabalhadores a serem empregados no corte da cana. Com a recente reestruturação produtiva da agroindústria canavieira alagoana, iniciada após o fim do IAA (CARVALHO, 2000), a capacidade produtiva tornou-se um dos principais critérios adotados pelas usinas do estado<sup>52</sup>. A propósito, a citação parcial do estudo de Novaes torna-se valiosa:

Para serem selecionados pela usina, os candidatos terão que cortar no mínimo dez toneladas de cana/dia. Caso contrário eles serão demitidos. Geralmente essa “poda” se faz até sessenta dias após a admissão. O sistema de seleção funciona dessa maneira. Sem nomear a usina, relato um caso que observei. A Usina X contratou cinco mil trabalhadores no início da safra. No primeiro mês calculou-se o rendimento médio dessa turma. No caso analisado, foram descartados dois mil trabalhadores, que não conseguiram alcançar a média. No segundo mês, o mesmo procedimento se repete, agora com três mil trabalhadores. Nessa etapa, foram “podados” mais mil trabalhadores que tiveram uma produção inferior à média da turma. Assim, os dois mil trabalhadores, altamente produtivos, selecionados nesse processo, conseguiram realizar o *quantum* de produção dos cinco mil trabalhadores

---

<sup>52</sup> Nesse estudo, destacamos o critério da capacidade produtiva, porém, este não é o único critério adotado na seleção. Como constatamos em entrevista com trabalhador residente no município de Teotônio Vilela, existem também critérios políticos operacionalizados por meio de listas de *persona non grata*. Essa prática de intimidação e exclusão, que busca moldar o perfil político do trabalhador, foi explicitada na seguinte frase do entrevistado sobre os critérios de seleção: “o computador acusa quem tem a carteira limpa na Justiça do Trabalho”. Os trabalhadores com “carteira suja” (os que enfrentam os interesses do patrão) não são contratados. Ademais, existe também o critério de assiduidade; entrevistados nos informaram que o limite de faltas na usina Seresta (instalada em Teotônio Vilela) é de 10 dias, aqueles que ultrapassam essa marca não são empregados na safra seguinte.

que iniciaram a safra. Esses trabalhadores selecionados chegam a cortar até vinte toneladas de cana/dia e manter uma média mensal entre 12 e 17 toneladas dia (NOVAES, 2007b, p. 171-172).

Aparentemente, a diminuição do número de trabalhadores ao longo da safra poderia ser explicada por outro caminho, pois, a diminuição progressiva da área de canaviais à medida que as canas vão sendo processadas pela usina resultaria numa baixa crescente de demanda por corte de cana ao longo da safra. Porém, quando investigamos mais profundamente a validade dessa hipótese, concluímos que ela não se confirma. A diminuição do número de trabalhadores ao longo da safra não pode ter como causa a diminuição logicamente crescente da área dos canaviais, isso porque a quantidade de cana moída pela usina ao longo dos meses da safra não sofre bruscas oscilações. Ou seja, a usina trabalha em um nível próximo de sua capacidade máxima do início ao fim da safra, o que gera uma média estável na quantidade de canas cortadas e moídas ao longo dos meses da safra. Os relatórios quinzenais do Sindaçucar-AL (2009) comprovam essa afirmativa: ao analisarmos a quantidade de cana moída pela usina Coruripe na safra 2007/2008, concluímos que, nos meses de safra, a média de tonelada de cana moída é estável, decaindo bruscamente apenas na última quinzena.<sup>53</sup>

Consideramos importante transcrever a longa citação de Novaes (2007), mesmo não se tratando de uma usina de Alagoas, pois, nela, a racionalização do método de seleção e a sua lógica estão explícitas. O objetivo é contratar o mínimo de trabalhadores e por meio deles produzir o máximo possível. Esse mínimo de trabalhadores selecionados deve ser dotado de habilidade e resistência física máxima para atingir as metas fixadas pelo capital agroindustrial<sup>54</sup>. Assim, o princípio de mínimo nos gastos com o trabalho e elevação máxima da produtividade é efetivado.

---

<sup>53</sup> Os relatórios quinzenais sobre a produção das usinas, obtidos no site do Sindaçucar –AL (2009), demonstram a estabilidade na quantidade de cana moída ao longo da safra. Para ilustrar, destacamos as seguintes informações: na usina Coruripe, entre os dias 30/09/2007 e 15/10/2007 (início da safra), foram moídas 230.356 toneladas de cana; entre os dias 15/12/2007 e 31/12/2007 (metade da safra) foram moídas 254.964 toneladas de cana e na penúltima quinzena da safra, entre os dias 29/02/2008 e 15/03/2008, foram esmagadas 224.478 toneladas de cana. Os relatórios detalhados de toda a safra apresentam discrepâncias numéricas somente na última quinzena da safra, quando ocorreu uma oscilação brusca entre os dias 15/03/2008 e 31/03/2008. Nesse período, a usina moeu apenas 70.109 toneladas de cana. Dados detalhados de toda a safra estão disponíveis em [www.sindaçucar-al.com.br](http://www.sindaçucar-al.com.br).

<sup>54</sup> Um trabalhador, em entrevista realizada no dia 11 de abril de 2009, no município de Teotônio Vilela, nos deu a seguinte informação referente às exigências de média mínima de tonelada de cana cortada por dia: “Na Seresta, 4 ou 5 toneladas consideram baixo, se não produzir mais do que isso botam pra fora”. Na safra 2010/2011 essa média mínima foi ainda mais elevada, pois, conforme entrevistas realizadas em fevereiro de 2011, a média mínima da usina Seresta passou para 7 toneladas diárias. Adiante veremos porque a média mínima de toneladas diárias em Alagoas é bem menor do que em São Paulo.

Pelo exemplo acima, também podemos visualizar como se processa o desemprego estrutural, pois, os trabalhadores que não atingem a média estipulada de produção diária estão condenados à “inflexibilidade do não-emprego” (SILVA, 2004, p.42). Muitos dos dois mil que conseguiram cumprir as metas serão, num futuro breve, descartados, pois, o grau de intensidade do trabalho exigido desgasta prematuramente a força de trabalho, deixando sequelas, não somente pelo desemprego, mas no corpo e na vida dos trabalhadores.

Esse método de seleção significa somente o primeiro método, isto é, o que determina quem será empregado. Os trabalhadores que vencem esse funil encontram no processo de trabalho uma gama de outros métodos do capital agroindustrial canavieiro com basicamente o mesmo viés: elevar a produtividade do trabalho e diminuir ao máximo os custos com o trabalhador.

Ao analisar o processo de reestruturação produtiva na usina Coruripe, em Alagoas, Padrão (1997) faz a seguinte afirmativa acerca dos motivos de diminuição dos postos de trabalho:

Com efeito, segundo diferentes narrativas, se no final da década de 80 a empresa empregava, nos períodos de safra, cerca de 6.000 trabalhadores, a partir do chamado “enxugamento da folha” este número foi reduzido para cerca de 2.800. É evidente que a incorporação de equipamentos tecnológicos à base de produção foi importante neste processo. No entanto, não é este o fator ressaltado nas narrativas da gerência, e sim a introdução de formas consideradas racionais de “maximizar o trabalho”, cujos pontos centrais teriam sido, por um lado, a implementação, no decorrer dos últimos anos, de uma rigorosa política de seleção, através da qual somente seriam incorporados à empresa trabalhadores dotados de um certo perfil produtivo; e, por outro, de uma não menos rigorosa “política educativa”, destinada à formação de um “novo trabalhador”, o que efetivamente teria lugar a partir da introdução de múltiplos aparatos de controle e disciplina da mão de obra (1997, p. 138-139).

Podemos inferir do estudo de Padrão (1997) que o termo “maximizar o trabalho” significa intensificar a exploração do trabalho, pois, a referida “maximização” implica elevação da produtividade do trabalho e aumento do trabalho excedente. Como aponta a mesma citação precedente, a intensificação da exploração do trabalho no corte da cana não ocorre somente por meio do método de seleção; existem ainda outros métodos que Padrão denominou como “política educativa”, a qual objetiva formar um “novo trabalhador”.

A formação deste “novo trabalhador” é impulsionada, tanto por medidas de caráter coercitivo, quanto por métodos que objetivam a “geração de consentimento” (Idem, p. 141). No bojo do segundo método, Padrão destaca a “implantação de um sistema de premiações através do qual se concedem periodicamente incentivos materiais e simbólicos” (Idem, p.141) aos trabalhadores com assiduidade e produtividade mais elevadas. Essa prática, além de

estimular o aumento da produtividade, também induz os trabalhadores a competirem entre si, a enxergar o trabalhador ao lado como adversário na busca da recompensa prometida. Em nossas entrevistas com trabalhadores canavieiros residentes nos municípios de Teotônio Vilela/AL e Branquinha/AL, constatamos que esse método não é apenas utilizado pela usina Coruripe. Sobre essa temática, um cabo da usina Seresta nos concedeu as seguintes informações<sup>55</sup>:

*Pesquisador (P): Existe atualmente premiação para quem corta mais cana.*

*Entrevistado (E): Têm usinas por aí que tem hoje umas premiações diferentes. Cada usina é de um jeito. Aqui na usina [Seresta] o primeiro lugar ganha mil reais. Depois, os vinte...*

*P: Abaixo do primeiro?*

*E: Os dezenove, abaixo do primeiro, cada um recebe quinhentos [reais]. Depois desses aí... o melhor, já tirando esses! O melhor de cada fazenda<sup>56</sup> recebe duzentos e cinquenta [reais]. Os prêmios da Seresta são esses aí: mil, quinhentos, duzentos e cinquenta reais.*

*P: E o senhor percebe se isso estimula o trabalhador a procurar cortar mais?*

*E: Estimula. Por esse prêmio de mil [reais] e de quinhentos [reais] o pessoal corre atrás. [...] Nós temos aqui essa turma de elite lutando por esse prêmio. Toda semana sai uma folha com os vinte melhores. Ai eles olham, e dizem: “Esse aqui não me acompanha não, se me acompanhar tem alguma coisa errada.”*

*P: Tem uma espécie de competição entre eles?*

*E: Exatamente. Tem essa competição.*

*P: Está em quanto a média do campeão atualmente?*

*E: Já faz duas semanas que eu não pego, porque esse campeão não está na minha turma. Porque agora eu estou mais no plantio. Por isso eu não estou sabendo quanto está a média nessa semana, mas deve ser em cima de dezoito toneladas [diárias]. [...] É muita coisa, não é? Você ter essa média... Os que estão lutando por isso, eles têm de quatorze [toneladas] acima ... de treze [toneladas] acima.*

Esse relato revela como as premiações podem estimular a competição entre os trabalhadores e a elevação da média diária de cana cortada. Os trabalhadores nos informaram, ainda, que, dentre os prêmios fornecidos pelas usinas alagoanas, estão cestas básicas, bicicletas, fogões e rádios.

---

<sup>55</sup> Entrevista realizada em fevereiro de 2011 no município de Teotônio Vilela.

<sup>56</sup> As turmas da Seresta são responsáveis pelo corte da cana em diferentes áreas, essas áreas distintas são denominadas de fazendas.

A ideia de “geração de consentimento” refere-se exatamente à capacidade desses métodos em induzirem o trabalhador a se autoimpor uma intensidade de trabalho que seja a mais elevada possível. Então, o trabalhador corta o máximo de cana possível porque quer? Ora, é óbvio que o cortador de cana não faz isso por querer e/ou por gostar, pois, como se sabe, existe uma coerção intrínseca à condição de trabalhador assalariado. A ideia de “consentimento” quer indicar a ausência de uma máquina ou feitor que determine o ritmo de trabalho porque, diferentemente do trabalhador que recebe por tempo de trabalho, o trabalhador do corte da cana é remunerado por produção.

Historicamente, o trabalho agrícola é remunerado por produção. Praticamente todas as culturas utilizam esse método em algumas de suas fases (DIEESE, 2006, p. 22). O salário por produção, empreitada ou tarefa “são uma única coisa, ou seja, referem-se ao salário por peças” (SILVA, 1999, p.86).

No salário por produção, o trabalho não se mede por sua duração direta, senão pela quantidade de produtos na qual o trabalho se condensa durante determinado período de tempo. Por esse método, o capitalista obtém “uma medida inteiramente determinada para a intensidade do trabalho” (MARX, 1985, p. 140).

Como a intensidade e qualidade do trabalho são controladas mediante o próprio produto, grande parte da supervisão do trabalho torna-se supérflua. Além disso, essa forma de salário “se torna fonte mais fecunda de descontos salariais e de fraudes capitalistas” (Idem, p.140).

Sobre como esse método de remuneração induz o trabalhador a empregar maior força de trabalho, Marx afirma o seguinte:

Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois, com isso, sobe seu salário diário ou semanal. (Idem, p.141)

Assim, o trabalhador, na esperança de aumentar o salário, que depende da quantidade de mercadorias produzidas, se autoimpõe uma elevação do ritmo de trabalho de forma dupla, podendo, inclusive, ser combinada: intensificando ao extremo a aplicação de sua força de trabalho, por meio da produção do máximo de quantidade possível de peças dentro de um tempo determinado e/ou estendendo ao máximo a sua jornada de trabalho. Nas duas formas ocorre elevação do trabalho excedente, ambas resultantes do maior esforço do trabalhador. No caso do corte da cana não é possível o trabalhador estender por vontade própria a sua jornada

de trabalho, pois quem determina a quantidade de cana que será moída por dia não é ele, mas o departamento técnico da usina<sup>57</sup>. Estender a jornada após atingir o *quantum* diário de cana a ser processada resultaria em prejuízo para a usina, já que a cana, após ser cortada, perde rapidamente o seu teor de sacarose.

Enquanto no clássico filme *Tempos modernos*, de Chaplin, vemos a impactante imagem do operário que tem seu ritmo de trabalho condicionado à velocidade da esteira rolante, enquanto no toyotismo as luzes indicam o ritmo a ser trabalhado, no salário por produção, o trabalhador se auto-impõe um ritmo mais intenso possível para tentar elevar o seu salário.

Outro aspecto do salário por produção, destacado por Silva (1999), é que nele a divisão entre o trabalho necessário e o trabalho excedente é ainda mais camuflada. O salário por produção torna mais dissimulado o trabalho excedente porque, “além de conter o princípio de igualdade, contém também os de justiça. Aqueles que trabalham mais recebem mais” (SILVA, 1999, p.108). O princípio da “igualdade” está presente na troca de mercadorias entre trabalhador (força de trabalho) e capitalista (dinheiro). O de “justiça” está presente na idéia de “ganho o quanto trabalho”, como se o valor do salário fosse idêntico ao valor produzido pelo trabalho ao longo do mês.<sup>58</sup>

Ainda sobre a característica que o salário por peça tem de elevar a intensidade e extensão do trabalho, achamos válido transcrever a observação que até Malthus foi capaz de fazer, ainda em meados do século XIX:

Confesso que vejo com desgosto a grande difusão da prática do pagamento por peça. Trabalhando realmente duro, durante 12 ou 14 horas por dia, ou durante qualquer período mais longo, é demais para o ser humano. (MALTHUS, apud MARX, 1985, p.143)

Nos canaviais brasileiros, até a década de 60 e 70 predominava o pagamento por feixe de cana. Nesse modelo, deveriam ser amarradas de 18 a 20 canas para formar um feixe <sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> Fatores como a capacidade de moagem diária da usina e ponto de maturação dos canaviais interferem diretamente nesse cálculo.

<sup>58</sup> Esse pensamento expressou-o muito bem um amigo meu. Na época, éramos alunos da mesma escola de ensino médio e discutíamos a exploração do trabalhador no capitalismo. Ele defendia a posição de que era justo existirem diferentes classes sociais. Diante disso, recorri à situação dos cortadores cana, tentando convencer o colega a mudar de opinião. Para minha surpresa, ele saiu-se com a seguinte frase: “Mas se o cara for um bom trabalhador pode cortar muita cana e ganhar um bom dinheiro. O cara fica pobre se for preguiçoso e não quiser trabalhar”. O tom de sua voz tinha uma pitada de ironia, ao mesmo em que era marcada por sinceridade na crença do princípio da “justiça”. Essa crença é muito antiga, já estava presente no velho ditado: “Preguiça não faz casa de sobrado”.

<sup>59</sup> Entrevistamos, no município de Branquinha/AL, um trabalhador desempregado, de 52 anos de idade, que havia trabalhado nesse sistema. O entrevistado denominou de trabalho “por cento”, que significa 100 feixes de

(SILVA, 1999, p. 90). Com o avanço tecnológico, os guinchos mecânicos foram incorporados para acelerar o transporte das canas para as usinas e o pagamento por feixe perdeu o posto de predominante. Atualmente, o pagamento é por metro (ou braça)/tonelada. Apesar das particularidades de cada forma, ambas são salários por produção, pois, o salário está condicionado à quantidade de cana cortada.

Diferentemente do salário por peça estudado por Marx (1985) e por Malthus, no qual o trabalhador detinha o conhecimento da quantidade de peças que produziu na jornada de trabalho, podendo, portanto, calcular o seu salário pela multiplicação da quantidade de peças produzidas pelo valor pré-estabelecido da unidade de peça<sup>60</sup>, no caso do corte da cana o trabalhador não detém o controle exato da quantidade produzida e do valor pago por ela. Isto porque quem faz a medição da metragem cortada no fim do dia são os encarregados da usina (denominados como cabos, fiscais de turma, apontadores, dentre outras denominações), sendo, na maioria das vezes, fraudulenta essa medição, pois, a forma de medir é imprecisa<sup>61</sup> e os “erros” sempre tendem a diminuir o que efetivamente foi cortado (ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE, 2005, p. 9). Por esse aspecto, no pagamento por feixe as fraudes tendiam a ser menores.

Além da incerteza e falta de controle quanto à medição da cana cortada, ainda existe o desconhecimento do preço que será recebido pelo metro, pois o cálculo que converte o metro em toneladas e que, portanto, determina o preço do metro, é feito por técnicos da usina. Conforme entrevista realizada com um trabalhador canavieiro da usina Seresta, em Alagoas, muitas vezes o trabalhador conhece o valor do metro apenas no final do dia de trabalho, sem ter controle nenhum sobre o cálculo feito pela usina.

Se o salário por produção já tem por característica intensificar a produtividade do trabalho, quando o trabalhador não tem controle da quantidade produzida e do valor que receberá por seu trabalho, essa característica tende a ser ampliada.

Ao estudar essa questão, Francisco Alves faz a seguinte constatação:

---

cana, contendo cada feixe aproximadamente 23 canas (esses dados demonstram as singularidades locais). Perguntado se preferia o pagamento “por cento” ou o por metro/tonelada, ele afirmou preferir o segundo, porque o “por cento” fazia o trabalhador perder muito tempo amarrando e carregando os feixes.

<sup>60</sup> Para facilitar a visualização dessa afirmativa fizemos o seguinte exemplo: o valor pago ao trabalhador por uma gravata produzida é três reais; se o trabalhador produziu dez unidades em um dia, ao fim do dia o trabalhador sabe que receberá 30 reais.

<sup>61</sup> Em Alagoas, a cana cortada é medida por uma unidade de comprimento chamada braça, que equivale a 2,20 metros. O instrumento utilizado para medir é uma vara com uma braça de comprimento. Em nossas entrevistas com trabalhadores canavieiros foi comum ouvir comentários sobre a existência de fraudes na medição.

No caso da cana [o pagamento por produção] é mais perverso ainda, pois o ganho não depende apenas dos trabalhadores, mas de uma conversão feita pelo departamento técnico das usinas. (2006, p.93)

Diante desse descontrole do trabalhador em relação ao *quantum* de canas que efetivamente foram cortadas durante a jornada de trabalho – que resulta, conseqüentemente, em imprevisibilidade da quantia em dinheiro que será recebida pela venda da sua força de trabalho –, foi criado em Cosmópolis/SP o sistema de “quadra fechada”. Esse sistema objetiva evitar fraudes mediante o controle do sindicato sobre a pesagem da cana e sobre o cálculo de conversão do metro em tonelada<sup>62</sup>. No entanto, como demonstrou a pesquisa de Guanais (2010), essa experiência tem diversos limites. Ademais, não elimina o caráter perverso do salário por produção: de induzir o trabalhador a se autoimpor um ritmo de trabalho que seja o mais intenso possível.

Essa forma de remuneração tem a capacidade de fazer coincidir o interesse do usineiro com o interesse imediato do trabalhador (de elevar a intensidade do trabalho). Obviamente, não podemos desconsiderar os interesses antagônicos entre o trabalhador do corte da cana e o usineiro, pois, quanto maior a extração de mais-valia da força de trabalho do cortador de cana, maior a acumulação de capital do usineiro. Portanto, a coincidência de interesses mencionada acima é limitada à condição específica analisada, considerando a perspectiva imediata do trabalhador.

Um segundo tipo de método adotado pelo capital agroindustrial canavieiro consiste em “práticas de controle coercitivo” (PADRÃO, 1997, p. 142) que objetivam disciplinar e controlar a força do trabalho de acordo com os padrões de trabalho e qualidade exigidos. Enquanto os métodos de “geração de consentimento” prometem “prêmios”, as práticas de controle coercitivo anunciam punições para aqueles trabalhadores que não se enquadram no perfil exigido pela usina.

Um sistema rígido no padrão do corte da cana vem sendo exigido com a finalidade de proporcionar “aumento do rendimento da cana, além da redução na impureza mineral e perda da matéria-prima” (GUIMARÃES *et al.*, 2008). Essas preocupações com o rendimento

---

<sup>62</sup> “*Quadra fechada* funciona da seguinte forma: antes de iniciar o trabalho, a cana de uma quadra inteira (de um talhão inteiro) é medida para se saber quantos metros lineares de cana existem nela. Depois disto, se inicia o trabalho e os trabalhadores passam a cortar toda a cana existente naquela quadra. Terminado o corte, toda a cana cortada é colocada num caminhão e levada para a balança da usina. Depois de ser realizada a pesagem, encontra-se a quantidade de toneladas de cana por metro linear existente naquela quadra, através da divisão do peso da cana pela quantidade de metros lineares da quadra. Após encontrar a relação tonelada/metro (ou quilo/metro), insere-se nela o valor do preço da tonelada (o qual já foi definido no Acordo Coletivo de Trabalho), para se descobrir o preço do metro linear de cana.” (GUANAIS, 2010, p. 87). Nesse sistema, essas etapas devem ser acompanhadas por representantes dos sindicatos.

industrial da cana alteraram aspectos do processo de trabalho e do controle e disciplina da força de trabalho. Como pudemos notar em entrevistas com trabalhadores residentes em Teotônio Vilela/AL e Branquinha/AL<sup>63</sup>, existe uma exigência relativamente recente<sup>64</sup> de cortar “toco dentro da terra, palha afastada da esteira e o ponteiro tirado no ar”. Esses três padrões técnicos de trabalho são apresentados e exigidos pelo cabo logo nos primeiros dias de trabalho. “O toco dentro da terra” consiste em cortar a cana rente ao chão para evitar perda de sacarose<sup>65</sup>. “A palha afastada da esteira” significa arrumar a cana cortada em local bem afastado das palhas para que os guinchos recolham apenas a cana, evitando o processamento de minerais e vegetais indesejáveis. “O ponteiro tirado no ar” é a parte superior da cana (ponta), que deve ser cortada uma a uma e em um local preciso, a fim de evitar prejuízos no teor de sacarose.

Essas mudanças, ao mesmo tempo que aumentam a produtividade industrial da cana, tendem a diminuir a produção do trabalhador, pois este terá de gastar muito mais energia e tempo com movimentos que buscam produzir uma cana cortada inserida em determinado padrão de qualidade imposto pela usina. A imposição dessa exigência é acompanhada por um aumento do controle do processo de trabalho e da disciplina por parte do capital agroindustrial canavieiro. Caso constatado o não cumprimento do padrão exigido, daí segue-se uma série de punições que, segundo relato de alguns trabalhadores, pode variar desde descontos salariais à suspensão de dias de trabalho.<sup>66</sup>

Outro mecanismo adotado, que interfere diretamente no processo de trabalho e na exploração da força de trabalho, diz respeito ao número de fileiras (ou ruas)<sup>67</sup> de cana que o trabalhador terá de cortar. Para entendermos como é estruturada a dimensão do espaço físico destinado a cada trabalhador no corte da cana, a descrição de Alves (2007, p.30) nos serve como uma ilustração precisa:

O processo de trabalho no corte de cana consiste, desde a década de 1970, perdurando até hoje, no fato de o trabalhador cortar toda a cana de um retângulo, com 8,5 metros de largura, contendo cinco ruas de cana (linhas em que é plantada a cana, com 1,5 metros de distância entre elas), por um comprimento que varia de trabalhador para trabalhador. Esse pequeno retângulo, contido no retângulo maior,

<sup>63</sup> Realizamos a entrevista de Branquinha em maio de 2009, enquanto as entrevistas de Teotônio Vilela ocorreram em abril de 2009 e em fevereiro de 2011.

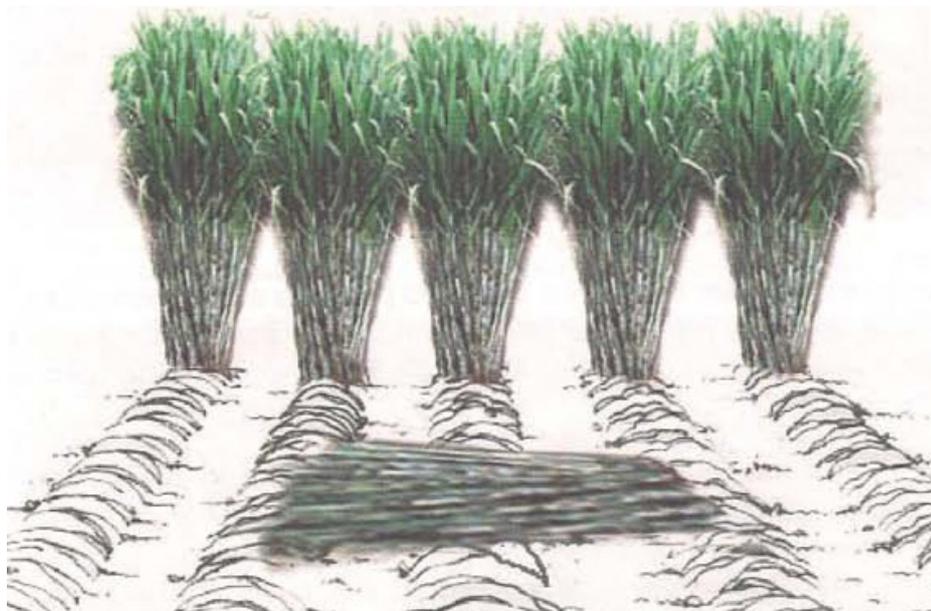
<sup>64</sup> Conforme entrevista com o cabo (fiscal), a usina Seresta adota essas exigências desde 2000/2001. Essa entrevista foi realizada em fevereiro de 2011 em Teotônio Vilela.

<sup>65</sup> Um trabalhador de Branquinha/AL nos relatou que o cabo exigia esse padrão sob os seguintes termos: “Quero andar por aqui e pisar no chão como se não tivesse havido uma cana”. Perguntamos se ele conseguia cumprir integralmente essa exigência; respondeu-nos ele ser impossível.

<sup>66</sup> Segundo trabalhadores entrevistados, após quatro suspensões o trabalhador é demitido.

<sup>67</sup> No universo social canavieiro as fileiras de cana são chamadas de ruas ou carreiras de cana.

que é o talhão, é chamado de eito pelos trabalhadores. O comprimento do eito varia, pois depende do ritmo de trabalho e da resistência física de cada trabalhador. Portanto, trata-se de um retângulo de cana com área variável, porque o comprimento é verificado, ao final do dia, quando o trabalho é concluído. É o comprimento do eito que será o ganho diário de cada trabalhador. Portanto, o que este receberá pelo dia de trabalho é o comprimento do eito, medido em metros multiplicado pelo valor do metro.



**Figura 5: Eito de cinco ruas. Fonte: SENAR, 2009, p.45.**

A descrição de Alves é precisa e didática, porém, as cinco fileiras de cana que compõem o eito de trabalho nem sempre foram padrão, nem mesmo no estado de São Paulo, no período entre 1970 até a atualidade. A emblemática greve de Guariba, em 1984, relembra esse importante detalhe. Segundo as palavras do próprio presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, o principal motivo da greve, que assumiu proporções que a fazem ser lembrada até hoje, foi “que os trabalhadores se negaram a continuar trabalhando no sistema de sete ruas” (ZÉ DE FÁTIMA *apud* GRAZIANO, 1997, p.84).

A redução do número de ruas também foi um dos pontos de reivindicação das históricas greves da região de Leme. Carlita da Costa, que era uma das líderes das greves da região de Leme de meados dos anos 1980 e fundadora do sindicato de trabalhadores rurais de Cosmópolis, relata como foi o início de sua participação nas greves e cita a importância dessa reivindicação:

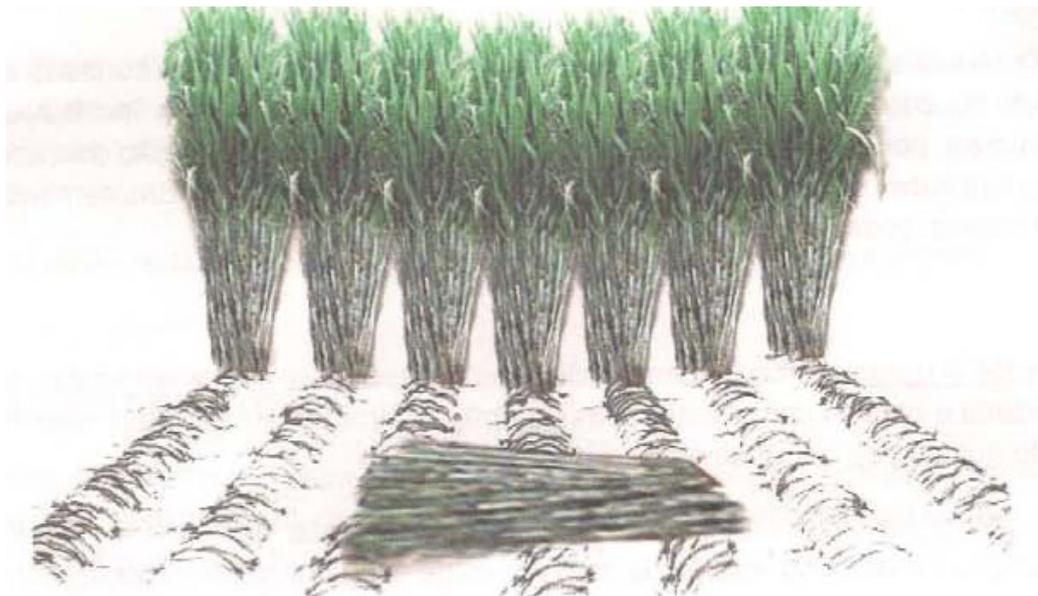
*Carlita Costa: [...] Estava uma onda de greve daqui, dali, em 1986. Um dia, a gente estava descendo para trabalhar, eu sentava no primeiro banco assim perto do motorista. Primeiro banco eu sentava. Aí veio um aviso da Usina. Oh! Desvia o ônibus porque estão em greve e estão*

*parando aqui na ponte. Falaram para o Nilo bater ficha, que ele era o nosso motorista. Desvia o ônibus. Eu escutei ele falar, sai o carrinho, o Nilo já ia desviar, eu falei: Nilo você não vai desviar coisa nenhuma não, não é você que está cortando sete ruas. Você vai tocar esse ônibus para lá onde está o povo parando, sim, ou você toca ou eu quebro o vidro de seu ônibus agora. Ai a turma já começou a gritar, ali já demos o primeiro grito* (Entrevista gentilmente concedida e realizada por Maria Aparecida de Moraes Silva e por Jadir Damião Ribeiro, em 2006. Grifos nossos).

Em ambas as greves essa reivindicação acabou sendo vitoriosa e, após as greves, o sistema de sete ruas foi abolido e o oito passou a ser composto novamente por cinco ruas. O fato de Alves ter descrito o oito como contendo cinco ruas, sem mencionar sequer possíveis variações, indica que provavelmente, em São Paulo, o oito de cinco ruas, se não for a única forma de oito, é a esmagadoramente predominante. O estudo do DIEESE sobre as convenções coletivas da categoria canavieira revela que, em São Paulo, as convenções dos anos 1989, 1995 e 2005 determinam que o oito deve ser composto por cinco ruas (DIEESE, 2006, p. 26). Isso é um sinal de que as greves de Guariba e de Leme devem ainda manter-se vivas na memória dos usineiros daquela região.

Mas, por que uma alteração aparentemente insignificante no processo de trabalho gerou uma luta de classes de grandes proporções entre os trabalhadores e os usineiros? Investigaremos primeiro por que o sistema de sete ruas interessa aos usineiros. Sobre essa questão, Graziano (1997, p. 60) argumenta, apoiado em Gebara e Baccarin, o seguinte:

Com o corte de cana em sete ruas, as vantagens do ponto de vista do usineiro se multiplicam. Em primeiro lugar, devido à forma como é recolhida e transportada para o caminhão, a cana é recebida sem impurezas, permitindo economia com a lavagem, além de maior rendimento industrial. O espaçamento entre as “bandeiras” é menor do que no método da cana amontoadada e, portanto, em menos metros lineares de cana se colhe a mesma quantidade com consumo de combustível menor. A redução calculada no trânsito de máquinas é de 28,6%; com isto, os gastos com combustível podem ser reduzidos em 40%, além das evidentes vantagens quanto à compactação do solo.



**Figura 6: Eito de sete ruas. Fonte: SENAR, 2009, p.46.**

A partir da citação de Graziano, podemos inferir que as principais vantagens do sistema de sete ruas para os usineiros são o melhor rendimento industrial oriundo da diminuição de impurezas e a economia de gastos e tempo no transporte da cana. A base dessas vantagens está na seguinte questão: quando se aumenta o número de ruas que formam o eito, amplia-se o tamanho do eito e, conseqüentemente, ocorre uma diminuição da quantidade de eitos por hectares. Como cada trabalhador deve arrumar todas as canas cortadas na fileira central do eito, no sistema de sete ruas as canas cortadas ficam mais concentradas e em um número menor de fileiras por hectares. Esse detalhe economiza o tempo de trabalho das máquinas carregadeiras que transportam a cana para os caminhões. Além disso, a redução no número das fileiras de canas amontoadas faz com que a distância entre as respectivas fileiras seja maior, decorrendo disso uma maior proteção da cana contra as impurezas derivadas da arrumação e do transporte.

Agora, precisamos descobrir por que o sistema de sete ruas não interessa aos trabalhadores. Para isso, recorreremos à seguinte observação feita por Graziano (Idem, p. 62):

Para o trabalhador, a introdução do sistema de sete ruas significou a intensificação do seu trabalho. De fato, os cortadores de cana têm que jogar as canas de uma distância de 3,0 m maior (1,5 m de espaçamento para cada rua), o que representa um dispêndio de energia maior e, ainda assim, com uma redução de sua capacidade de corte, variando entre 20% e 40%, segundo as estimativas dos próprios usineiros. Com o maior desgaste proporcionado pelo sistema e pelo rendimento menor ao final do dia de trabalho, o trabalhador volante tem buscado a incorporação de elementos da família na empreitada a fim de completar a tarefa.

A citação acima demonstra que no eito de sete ruas o dispêndio de energia do trabalhador é maior. Isto ocorre porque a ampliação da largura do eito impõe ao trabalhador uma maior distância entre as canas cortadas e o local em que elas devem ser amontoadas (o centro do eito). Esse fator, ao mesmo tempo que aumenta o gasto de energia física do trabalhador, reduz a sua remuneração por estar condicionada somente ao *quantum* de canas cortadas. Se considerarmos que a perda na produção do trabalhador varia entre 20% e 40%, como sugere Graziano, apoiado nas estimativas dos usineiros, chegamos à conclusão de que ocorre uma grande perda salarial com esse sistema.

É válido ressaltar que, ao falarmos em perdas de produção do trabalhador, estamos nos referindo somente à produção de canas cortadas, pois é ela que condiciona o salário do cortador de cana. Mas, como vimos anteriormente, para o capital, o trabalho no sistema de sete ruas torna-se mais produtivo, pois, além de elevar a produtividade industrial e reduzir os custos com as máquinas de transporte, amplia a extração de mais-valia.

Entrevistamos trabalhadores que afirmaram já ter cortado cana em Alagoas em eitos não somente com sete ruas, mas também com nove<sup>68</sup> e até com onze ruas<sup>69</sup>. Achamos válido transcrever um trecho da entrevista que realizamos em julho de 2009 com um trabalhador residente no conjunto Denisson Menezes, que fica localizado próximo ao *campus* da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió. No momento da entrevista, esse trabalhador estava desempregado, pois era entressafra, mas o mesmo já trabalhou em diversas usinas de Alagoas e também em algumas de outros estados. Morar na capital não o impede de trabalhar no corte, pois existem ônibus alugados por usinas próximas para transportar a turma de trabalhadores do conjunto Denisson Menezes. Abaixo, segue parte da entrevista no tocante à quantidade de ruas no eito:

*Pesquisador (P): São quantas ruas de cana?*

*Entrevistado (E): São sete. Agora têm muitas usinas que são nove.*

*P: Tem usina com nove?*

*E: É.*

---

<sup>68</sup> A convenção coletiva dos trabalhadores canavieiros de Alagoas para a safra 2010/2011 (anexo), estipula que os eitos devem ter o limite máximo de sete ruas, com um espaçamento de 1,10 metros entre elas. Entretanto, como demonstram os depoimentos dos trabalhadores entrevistados, esse acordo não é cumprido. Segundo informações concedidas por um cabo, os eitos de sete ruas na usina Seresta têm o espaçamento de 1,40m e os de nove ruas têm o espaçamento de 1m. Portanto, os eitos continuam sendo mais largos do que os de cinco ruas com espaçamento de 1,50 metros.

<sup>69</sup> Não sabemos exatamente como são os eitos de onze ruas, pois, como veremos mais adiante, eles não são compostos simplesmente das ruas de cana padrão. O trabalhador entrevistado nos informou que existiam “carreiras duplas”, o que dificultou a visualização de como seria esse eito.

*P: A [usina] Santa Clotilde está com quantas?*

*E: A Santa Clotilde é nove, onze...*

*P: Chega a onze?!*

*E: É porque tem carreira dupla. Carreira dupla são duas pertinho da outra.*

*P: O senhor cortou com nove aonde?*

*E: Em Vitória mesmo eu cortei com nove. Na usina Seresta, cortava com onze carreiras.*

*P: Na Seresta com onze?*

*E: É.*

*P: E para o trabalhador, é melhor com quantas ruas?*

*E: Rende mais nas braçagens. Mas o esforço é maior, porque fica muito distante para jogar a cana.*

*P: Mas se o senhor pudesse escolher a quantidade de ruas... Era melhor quantas?*

*E: Cinco carreiras.*

Desse trecho da entrevista podemos extrair duas conclusões: que nas usinas de Alagoas os eitos são drasticamente maiores que os de São Paulo,<sup>70</sup> e que os eitos acima de cinco ruas tornam o trabalho do cortador de cana ainda mais degradante. O próprio entrevistado justifica a segunda conclusão: “o esforço é maior, porque fica mais distante para jogar a cana”.

O “eito gigante” de Alagoas é um dos fatores, senão o principal, que explica a exigência de índices de toneladas de cana tão desiguais entre as agroindústrias canavieiras paulistas e as alagoanas. Como já vimos anteriormente, enquanto a média diária mínima de toneladas exigidas para empregar o trabalhador em São Paulo é de dez toneladas, chegando a doze toneladas após as podas dos primeiros meses, em Alagoas esse índice chega a sete toneladas em algumas usinas. Ou seja, em Alagoas é exigida uma média consideravelmente menor do que aquela exigida em São Paulo. Entrevistamos um trabalhador que afirmou fazer uma média de doze toneladas diárias quando trabalhou no Mato Grosso; já em Alagoas a sua média ficava entre sete e nove toneladas. O motivo, segundo ele, seria a diferença na qualidade da cana<sup>71</sup> e o terreno mais plano<sup>72</sup> em Mato Grosso. Na época da entrevista ainda

---

<sup>70</sup> Essa afirmação que compara os eitos de Alagoas com os de São Paulo foi fundamentada pela descrição do eito, feita pelo artigo de Alves (2007) e por informações do DIEESE (2006), ambas já mencionadas anteriormente.

<sup>71</sup> Por ser um produto agrícola, a cana está sujeita a fatores como o clima, variedade genética, produtividade do solo, luminosidade, tempo de maturação, dentre outras variáveis, que a tornam um produto que apresenta muitas variações. Dentro dessas variações, os tipos de cana apresentam diferentes graus de dificuldade para o trabalho do seu corte. Para o trabalhador, a melhor cana é aquela que possibilita uma maior produção de toneladas cortadas. Por isso, fatores como o peso e posição da cana são fundamentais para definir como é uma cana de

não suspeitávamos que o número de ruas do eito exercesse influência direta sobre a quantidade de toneladas cortadas, por isso, não exploramos essa questão na entrevista. Ainda assim, essa discrepância de média de toneladas entre São Paulo e Alagoas não poderia ser justificada somente pela qualidade da cana e do relevo, por mais que esses fatores tenham relevância.

O fato de a média de toneladas diárias dos trabalhadores canavieiros em Alagoas ser aproximadamente metade da paulista não significa que os trabalhadores da agroindústria canavieira de São Paulo trabalhem mais do que os de Alagoas, nem demonstra que em São Paulo a exploração do trabalho seja mais intensa. Como já vimos, com os “eitros gigantes” o capital agroindustrial canavieiro rebaixa o salário do trabalhador, ao mesmo tempo em que eleva o dispêndio de energia do trabalho para obter aumento da produtividade industrial e de transportes. Com os “eitros gigantes”, o trabalho torna-se, ao mesmo tempo, mais produtivo para o capital e menos remunerado para o trabalhador.

Se, de acordo com a estimativa dos próprios usineiros, a taxa de redução na média de toneladas no corte da cana em eito de sete ruas, quando comparados aos de cinco fica entre 20% a 40% (GRAZIANO, 1997), quanto será a média de redução com o eito de nove ruas? Se nos guiarmos pela estimativa que os usineiros fizeram sobre o sistema de sete ruas, seria no mínimo 40%. Porém, existe um fator que não pode ser desconsiderado: incluir mais duas ruas no eito de sete ruas vai exigir um grau de esforço para o trabalhador muito maior do que aquele que ocorre quando são incluídas mais duas ruas no eito de cinco ruas. Isto porque, no primeiro caso, o centro do eito onde deve ser jogada a cana se torna muito mais distante. Ou seja, o peso da inclusão de mais duas ruas, no primeiro caso, é muito maior do que no segundo. Com esse raciocínio, almejamos demonstrar que o número da estimativa de perda de toneladas no corte, quando ocorre o aumento de cinco ruas para sete não pode ser igual à estimativa de quando se eleva de sete ruas para nove, pois, neste último caso, as perdas são ainda mais amplificadas.

Em Alagoas, além dos fatores “eitros gigantes”, qualidade mais baixa da cana e incidência de algumas áreas de canaviais em relevos acidentados, ainda encontramos a vara.

---

qualidade para o trabalhador. Isso, tanto porque, no caso de a cana ser muito leve, ou quando a cana é “bisada” (assim entendidas aquelas que tendo atingido suas condições ideais para o corte, tenham ficado pendentes de uma safra para outra) (DIEESE, 2006, p. 27), exige-se mais desgaste físico do trabalhador para atingir um determinado valor de tonelada, quanto porque a “cana em pé” (mais ereta) facilita a agilidade no corte quando comparada à “cana deitada” (mais distante da posição vertical). Portanto, esses fatores tendem a aumentar ou diminuir a produção do trabalhador.

<sup>72</sup> Apesar de atualmente os tabuleiros (local de terras planas) serem as principais áreas de cultivo de cana em Alagoas, ainda persiste o plantio de canaviais localizados em áreas com relevo acidentado. O corte de cana em relevos inclinados dificulta o trabalho do cortador de cana, acarretando queda da sua produção.

A vara é o instrumento utilizado por usinas de alguns estados do Nordeste para medir a metragem das canas cortadas.<sup>73</sup> Diferentemente do compasso, instrumento utilizado para fazer a metragem de canas cortadas em São Paulo (DIEESE, 2006), que dificulta fraudes por marcar o chão no momento da medida,<sup>74</sup> a vara é um instrumento de medida mais impreciso, que amplia a possibilidade de fraudes por prever saltos que podem subtrair metros que foram efetivamente cortados (ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE, 2005, p. 9). É nesse “pulo da vara” que o usineiro dá mais um “pulo do gato”.

O trabalhador que entrevistamos no conjunto Denisson Menezes,<sup>75</sup> após comentar as fraudes decorrentes da falta de controle do trabalhador sobre a pesagem que converte o metro cortado em tonelada,<sup>76</sup> fez o seguinte comentário, quando perguntado sobre a medição das canas cortadas:

*Pesquisador (P): E na medição das braças com a vara? O cabo também...*

*Entrevistado (E): Ai, ali pronto. Ali é que tem o que a gente conhece por roubo. Ali é que tem o roubo. Porque ele vai aqui medindo, e aí ele chega aqui com a mão e vai empurrando [nesse momento o trabalhador fazia gestos imitando o movimento que o cabo faz para empurrar a vara durante a medição]. Ali, cada vez mais que ele empurra a mão para frente, o trabalhador tá perdendo.*

*P: Ai a vara come metros que o trabalhador cortou?*

*E: Aquilo ali vai ficar para a empresa. Ai, se chega a uma distância que vamos dizer... se passar uma trena pelo chão...*

*P: Retinha...*

*E: Retinha. E disser aqui dá sessenta braças... sessenta metros, vamos dizer. Ai quando ele [o cabo] mede naqueles sessenta, só deu sabe quanto? Quarenta e cinco ou cinquenta. Você perdeu quanto? Se deram quarenta e cinco, você perdeu quanto para sessenta? Perdeu quinze. Não é?*

*P: É.*

---

<sup>73</sup> Segundo informações do DIEESE, “algumas usinas do Nordeste já adotam o compasso, mas, de forma geral, ainda se usa a vara” (DIEESE, 2006, p.22). A convenção coletiva dos trabalhadores canavieiros de Alagoas (em anexo), estipula que o instrumento de medição pode ser a vara ou o compasso. Em entrevistas com os trabalhadores canavieiros, fomos informados de que, em Alagoas, o instrumento de medida adotado pelas usinas é somente a vara.

<sup>74</sup> O compasso é um instrumento de medida com 2 metros de largura e pontas de ferro “para não ‘pular’ no chão e diminuir o rendimento do trabalho” (DIEESE, 2006, p.22). Por isso, o compasso é um instrumento mais preciso quando comparado com a vara.

<sup>75</sup> Realizamos essa entrevista em julho de 2009.

<sup>76</sup> Esse tipo de fraude na pesagem costuma ocorrer pelo fato de o trabalhador não ter controle sobre a pesagem, que na grande maioria das vezes é feita sem a sua presença. A fraude na pesagem não é endêmica de Alagoas. A literatura que investiga essa temática em São Paulo aponta essa mesma prática fraudulenta.

*E: Quem está perdendo é o trabalhador. Além do trabalhador perder no peso, na braçagem, perde na medição.*

A prática frequente de não contabilização de metros cortados, que o trabalhador entrevistado denominou como roubo, é uma das várias formas encontradas pelo capital agroindustrial canavieiro de Alagoas para extrair cada vez mais mais-valia. Como demonstra o depoimento acima, a ampliação do trabalho excedente não ocorre somente mediante o aperfeiçoamento dos métodos de dominação-exploração que intensificam o trabalho do assalariado canavieiro, a fraude é também um expediente muito utilizado. Essa pilhagem praticada pelos usineiros demonstra que a *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2005) não está baseada somente nas formas ardilosas e violentas de obtenção do direito privado sobre a terra, matas, rios e aquíferos (como foi visto no Capítulo I); no descumprimento da legislação ambiental e trabalhista<sup>77</sup>; e no saque aos cofres públicos<sup>78</sup>. Pois, essa agroindústria espolia até a mercadoria força de trabalho, logo a única mercadoria que cria valor. Mas, antes de nos aprofundarmos nessa questão, retomaremos o tema da organização do trabalho, pois nele ainda existem variações que estão intimamente relacionadas com o processo de dominação-exploração dos assalariados nos canaviais.

Vimos que no corte da cana exige-se “toco dentro da terra, palha afastada da esteira e o ponteiro tirado no ar”. Além desses três padrões técnicos, exige-se ainda que o trabalhador corte o eito igualado, pois afundar o eito é uma prática proibida em algumas usinas de Alagoas<sup>79</sup>. Mas, o que significa eito igualado e eito afundado? Vejamos a explicação da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis:

*Carlita Costa: Você pega 5 linhas [ruas] de cana, aí você levando as 5 ruas juntas. Você anda em ziguezague. Por quê? Porque você corta a 5ª e tem que cortar a 1ª, sempre ao mesmo tempo levando as 5 ruas. Esse é um eito igualado. Afundar no eito que jeito que é? Você vai cortando 3 ruas de cana e deixando 2 para trás, aí depois você vem igualando no retorno. Essa é a forma da gente falar até nas reivindicações, igualando as demais no retorno. Quando você faz isso, você trabalha em linha reta, então você vai as 3 ruas, mas você não anda em ziguezague. Você dá passos do lado, mas, não é aquela coisa que faz isso. Você vai aqui e aqui. As 5 ruas você tem que*

---

<sup>77</sup> Sobre o descumprimento da legislação trabalhista pelas usinas de Alagoas, ver Queiroz (2011).

<sup>78</sup> O fatídico “acordo dos usineiros” é um exemplo emblemático disso. Para mais informações sobre o “acordo dos usineiros”, ver o livro *A crise que vem do verde da cana* (LIMA, 1998) e o terceiro capítulo da dissertação de mestrado de Lima (LIMA, 2001).

<sup>79</sup> De acordo com informações concedidas por um cabo da usina Seresta em entrevista realizada em 29 de outubro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

*fazer um ziguezague. Sabe. Essa é o eito igualado, e afundar no eito é isso.* (Entrevista gentilmente concedida e realizada por Maria Aparecida de Moraes Silva e por Jadir Damião Ribeiro, em 2006. Grifos nossos).

Dessa explanação podemos inferir que o eito igualado tende a ser mais desgastante para o trabalhador, pois, como o corte das ruas deve ser executado de modo sincrônico, o trabalhador caminha lateralmente a todo instante (avançando sempre em “ziguezague”). Já com o eito afundado, as duas últimas ruas podem ser cortadas depois, assim, o trabalhador corta essas duas últimas ruas caminhando em linha reta. Mas por que os usineiros teriam interesse em proibir o corte com o eito afundado? O seguinte trecho da entrevista que realizamos com um dos cabos da usina Seresta é elucidativo<sup>80</sup>:

*Pesquisador (P): Quando o cortador de cana abre o eito, ele é obrigado, na Seresta, a cortar todas as ruas ao mesmo tempo?*

*Entrevistado (E): Todas as ruas.*

*P: É o que se chama eito igualado? Por que ele tem que cortar o eito igualado?*

*E: Por dois ou três motivos. Primeiro: se leva os eitos tudo igual, o carregamento, estando perto, já leva [as canas para a usina] a partir de umas 8h, 9h; se a cana é deitada, evita deixar a cana pegada, porque corta tudo e vai jogando para trás, então, para levar as ruas todas... é para não deixar toco e nem cana enganchada...*

*P: Quando ele fica cortando só um lado, o cabo tem que chamar a atenção?... Como é?*

*E: Antes de começar a moagem, leva todos para uma sala para mostrar os direitos deles e os deveres... aí já diz que não pode fazer o telefone<sup>81</sup>, não pode levar metade [eito afundado]... Aí, lá mesmo, eles já são educados pra ver como vai fazer.*

Do primeiro motivo destacado pelo entrevistado, podemos concluir que: 1) a proibição do eito afundado decorre da busca de diminuição do tempo ocioso das máquinas e dos trabalhadores envolvidos no transporte da cana (já que, com o eito igualado, a cana pode ser transportada imediatamente após o corte); 2) a obrigatoriedade do eito igualado tem o intuito de evitar perdas de sacarose, pois, quanto maior for o tempo de espera para o processamento da cana cortada, menor será o seu teor de sacarose. Esses ganhos de produtividade no

---

<sup>80</sup> Entrevista realizada em 29 de outubro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

<sup>81</sup> Segundo Silva (2008, p. 31), telefone é como costuma ser denominada a “ação de não cortar uma ou duas ruas de cana, voltando depois de mais ou menos 40 m para igualar o eito. Esta prática possibilita a repicagem de ponteiros ou pés na esteira ou nos montes, provocando perda de produção.”

transporte e no processamento industrial da cana são decorrentes, mais uma vez, do maior dispêndio de energia dos canavieiros (em razão da caminhada em ziguezague).

No âmbito do segundo motivo explicitado pelo depoente, encontra-se o objetivo de facilitar a vigilância e o controle do cabo sobre o trabalhador e sobre a qualidade do seu trabalho. Isto porque, com o eito igualado, o trabalhador não pode camuflar-se por trás das ruas de cana que ainda não foram cortadas. Desse modo, o cabo tem a possibilidade de visualizar mais claramente as tarefas que estão sendo executadas. Ademais, o contato visual permite que o cabo controle, mesmo a distância, os trabalhadores que estiverem “tomando uma fuga”.<sup>82</sup>

Ao analisar o trabalho nos canaviais de uma usina localizada em São Paulo, Laet (2011, p.101) encontrou uma organização do trabalho com outra nuance:

[...] os trabalhadores utilizam a estratégia de demarcar uma metragem linear pela parte da manhã, cortando três ruas sem parar até obter um *quantum* de metros pré-estabelecido para cortar no dia. Desta forma eles conseguem assegurar previamente uma quantia de corte para ganhar uma diária cheia, caso não façam isso, vem outro trabalhador e demarca o território, não sobrando assim cana para outros trabalhadores, mas a ordem da usina e dos fiscais é de levar três ruas a cada 30 metros, mas isto não acontece na prática.



**Figura 7: Eito afundado numa usina paulista: o trabalhador corta três ruas de cana, as outras duas ruas da esquerda serão cortadas posteriormente. Fonte: Laet (2011, p.102).**

<sup>82</sup>“Tomar uma fuga” significa descansar; fugir do trabalho. Escutamos esse termo durante algumas das entrevistas que realizamos com os trabalhadores canavieiros em Teotônio Vilela.

A passagem acima indica que nessa usina a prática de afundar o eito é autorizada sob certas condições: 1) trabalhador deve cortar três ruas até atingir 30 metros; 2) depois ele tem que retornar para igualá-lo; 3) esse padrão deve ser repetido sucessivamente até o final do eito. Mas, na prática, os trabalhadores da referida usina descumprem essas exigências. Eles igualam o eito somente após cortarem as canas por uma longa distância. Mas por que nessa usina o eito afundado é permitido? Obviamente, não é um caso de caridade. O relato de um trabalhador entrevistado por Laat (Ibdem, p.102) ajuda a compreender essa questão:

*“Se eu não for mais longe, com estas cinco ruas eu não consigo cortar mais cana no dia, pois tem outro trabalhador vindo na minha direção e ele vem trazendo três ruas só..., aí eu não ganho a minha diária”.*

Esse depoimento revela que a prática de afundar o eito, inserida no contexto de pagamento por produção, também pode instigar o trabalhador a ver o outro cortador de cana (que vem na contramão do seu eito) como adversário na disputa pelo aumento salarial. A imagem dos trabalhadores golpeando o facão em sentidos contrários transmite uma mensagem atroz: “para que um trabalhador receba mais dinheiro no fim do mês, outro trabalhador tem que receber menos”. Nesse contexto mais imediato, a busca pelo aumento do salário ocorre na esfera individual, e não na coletiva (por meio da luta de uma classe contra a outra). Paradoxalmente, essa busca mais imediata possível pela elevação do parco salário, que se materializa por meio de uma corrida<sup>83</sup> frenética pelo aumento da produção de canas cortadas, acaba contribuindo para rebaixar ainda mais o valor da força de trabalho dos canavieiros, pois amplia o trabalho excedente. Essa característica perversa não é exclusiva dos locais em que se corta afundando o eito, apesar das diferentes nuances da organização do trabalho, as características gerais permanecem sendo as mesmas.

Na usina Seresta, mesmo com a prática do eito igualado, o trabalhador pode adentrar o eito que inicialmente foi destinado a outro. Seguem abaixo trechos de uma entrevista<sup>84</sup> com um trabalhador canavieiro que ilustra bem essa questão:

---

<sup>83</sup> Diante do fato de os trabalhadores executarem o corte no mesmo eito e em direções opostas, Laat (2011, p. 102) faz um paralelo com a situação dos maratonistas: “A maratona começa em uma disputa pelo território, e termina em uma disputa consigo mesmo para ir até onde o corpo aguentar.”

<sup>84</sup> A referida entrevista foi realizada em 10 de outubro de 2009, no município de Teotônio Vilela

*Pesquisador (P): Eu queria que o senhor me explicasse ... no caso o cortador tem nove filas [ruas] de cana, né? Nove carreiras [ruas] e quantas braças ao longo?*

*Entrevistado: Olha, a braçagem varia de acordo com o próprio trabalhador. Vamos supor... você pega num lote de cana que existe cem braças corridas. Então, se você tiver a capacidade de tirar aquelas cem braças, você vai tirar aquelas cem braças, se você só tem a capacidade de tirar a metade, colocam pessoas na sua frente e daí por diante.*

*P: Mas acontece de o cabo já dar aquela medida certa: cinquenta braças, sessenta braças?...*

*E: Sim, acontece.*

*P: Mas o senhor falou que depende das condições do cortador?*

*E: Depende da condição do trabalhador, porque cada trabalhador, você sabe que todo ser humano não é igual. Então um tem mais disposição, outro tem menos. Uns trabalham mais, outros trabalham menos ... então, são feitas rolagens né? Que a gente chama, aqueles que trabalham mais, cortam mais durante o dia ficam em determinado lugar. Aquele que corta menos fica em outro lugar. E daí por diante.*

*P: Então o cabo tem que conhecer a produção de cada trabalhador, pra dar essas medidas certas?*

*E: Nos primeiros dias ele vai observando, isso já na primeira semana, ele passa a observar pra ver qual trabalhador rende mais, o que rende menos, e daí por diante.*

*P: Então pode acontecer do trabalhador ter sessenta braças, ou mesmo no lote de cem braças cortar aquelas mesmas cem?*

*E: Pode acontecer. E dali de repente pegar até em outro canto depois. Varia de pessoas pra pessoas.*

Também entrevistamos<sup>85</sup> um cabo que confirma essa prática:

*Entrevistado (E): [...] um trabalhador termina de cortar seu eito às 14h, outro vai terminar só 15h40, e o cabo quer sair 15h. Então ele pega esse que já terminou [mais cedo] e bota lá na frente para poder adiantar o trabalho. Aí, nesse caso, o trabalhador acha ruim, porque, ao invés dele ganhar R\$ 40,00, acaba ganhando só R\$ 30,00.*

[...]

*Pesquisador (P):[...] e aquele [trabalhador] que tirou 80 [braças] muito mais rápido que os outros?*

*E: Ele vai tirar mais outros tantos, vai aumentar a produção dele, né; ele tirou rápido, aí vai tirar mais daqueles que ficaram com a marimba, os que adoeceram ou os que ficaram cansados... ele [o trabalhador mais produtivo] vai lá e tira.*

---

<sup>85</sup> Entrevista realizada em 29 de outubro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

O primeiro depoimento revela que os cortadores são distribuídos em rolagens, que é a denominação utilizada para as diferentes categorias de eitos. Cada rolagem implica uma metragem específica de comprimento dos eitos. Geralmente, numa turma composta, em média, por cinquenta trabalhadores, existem três rolagens, a saber: 80, 60 e 50 braças<sup>86</sup>. Para os cortadores de cana mais produtivos são destinadas as rolagens de 80 braças, aqueles que estão na média da turma ficam em eitos de 60 braças, os menos produtivos trabalham em uma rolagem de 50 braças – equivalente, mais ou menos, à média mínima diária (7 toneladas). Portanto, os cabos determinam previamente o comprimento dos eitos a partir do histórico da produção de cada trabalhador. Com as rolagens são criados grupos no interior da turma. Os trabalhadores são impelidos a cortar, no mínimo, a metragem de cana previamente determinada. Aqueles que não conseguem, os que deixam a “marimba” (canas que ainda não foram cortadas), são adjetivados como “marimbeiros”<sup>87</sup>. Dos relatos acima ainda podemos inferir que os trabalhadores que terminam rapidamente o seu eito podem *invadir* o eito do “marimbeiro”. A *invasão*, nos casos em que o trabalhador daria conta de concluir o eito sozinho, causa insatisfação, pois, “ao invés dele ganhar R\$ 40,00, acaba ganhando só R\$ 30,00”. Mas a insatisfação não decorre somente disso, pois ser “marimbeiro” é ser o antípoda do “bom cortador de cana”, e isso acarreta maiores riscos de desemprego na próxima safra.

A divisão da turma por rolagens não é somente um mecanismo de controle da usina (mediado pelo cabo) sobre os trabalhadores, nem apenas mero controle do talhão (mapeado a partir da cartografia do cruzamento de dados da biografia laboral de cada trabalhador), ela é também uma investida para estimular o autocontrole do trabalhador diante das exigências do trabalho estranhado. É válido sublinhar que não nos referimos aqui ao controle do trabalhador sobre a conversão das braças em toneladas, e das toneladas em salário; muito menos nos referimos ao controle do trabalhador sobre aquilo que é produzido, mas a algo inverso: um autocontrole compatível com as exigências externas de produção, conduta e expectativas. É uma investida para que o trabalhador seja o fiscal de si próprio. Ninguém precisa lembrá-lo da sua baixa produção: a rolagem de 50 braças já denuncia a sua condição de “marimbeiro”. No caso do trabalhador que está na rolagem de 80 braças, descer para a de 60 evidencia para si e para a turma que ele já não é mais o mesmo de antes. A rolagem segue rolando para frente as hierarquias do talhão: cada um sabe claramente qual é a sua posição no interior da turma.

---

<sup>86</sup> As rolagens podem variar de comprimento, pois variações da cana e da topografia influenciam diretamente a capacidade produtiva do trabalhador. Portanto, nem sempre as rolagens são de 80, 60, e 50 braças.

<sup>87</sup> A palavra “marimbeiro” talvez seja uma derivação do verbo *marimbar*, que, segundo o dicionário Aurélio, significa: “Lograr, burlar, enganar, embair. Andar à toa, vaguear, vagar, vagabundear, vagabundar. Não ligar a mínima importância a.”

Mesmo executando o mesmo trabalho, mesmo ocupando a mesma posição no processo produtivo, ocorre o estranhamento do trabalhador: o trabalhador enxerga o outro trabalhador como um estranho.

Esses apontamentos seguem o mesmo sentido da análise de Silva (1999, p. 202) sobre a realidade dos canaviais paulistas:

Como já foi analisado, o controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam o nível de produtividade, a qualidade do corte, a medição da cana cortada, o registro da quantidade cortada por trabalhador. Forma-se, assim, a força produtiva do trabalho social. É a combinação das forças reguladas pelo tempo. Essa combinação ocorre graças aos mecanismos de controle no próprio processo de trabalho. Da mesma forma que a matéria-prima (cana) é controlada técnica e cientificamente, portanto, socialmente, os trabalhadores são submetidos a uma dura disciplina. O manejo rápido do facão permite um corte rápido e ordenado. A postura ideal é conseguida no pico da safra, em geral. Neste momento completa-se a fase de treinamento do corpo, desaparecem as dores da coluna, “a gente se acostuma”. O mecanismo de controle externo acaba sendo introjetado pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em autocontrole, deixando de ser um controle de atos para ser do próprio indivíduo. Isto é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do “bom cortador de cana”, aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo dessa média sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados. Pelo jogo desta quantificação, os aparelhos disciplinares hierarquizam, mediante a emulação, os “bons” e os “maus” indivíduos.

Essa análise demonstra como nos canaviais a exploração e a dominação estão imbricadas, sendo impossível a primeira se realizar sem a segunda e vice-versa. Ambas são indissociáveis no processo de formatação do “bom cortador de cana”, pois não se trata apenas de um trabalhador com alta capacidade produtiva, ele deve ser ainda um “sujeito moral”, “impregnado de valores ideológicos (burgueses e individualistas), tais como: crença na justiça, tendência ao ‘bom mocismo’, crença na interferência no próprio destino, princípios de lealdade, honestidade, capacidade de adiar recompensas, autoestima” (SILVA, 1999, p. 204).

No universo canavieiro alagoano, os trabalhadores migrantes são vistos pela gerência da usina como “os mais produtivos e disciplinados” (PADRÃO, 1997, p.140). Eles migram do sertão alagoano e pernambucano para trabalhar na região da zona da mata durante os seis meses de safra (de setembro a março). Nesse período, a maior parte deles habita os alojamentos localizados nos domínios das usinas, a outra parte reside em casas alugadas nas cidades canavieiras.

Os trabalhadores “da rua” (os do lugar) também costumam identificar os sertanejos como os mais produtivos:

*Os mais fracos tiravam 40 braças [...] Os bons, bonzão, tiravam 80 braças [...] Os sertanejos se “aforçam” muito para ganhar mais dinheiro, não pegam sombra. Não se importam com o sol quente na cara nem com quentura, passam da hora de comer. O negócio deles é ganhar dinheiro, não se importam de morrer não. A gente, não. Tem uns que tiram 70, 80 reais no dia quando a gente tira 20 contos.*<sup>88</sup>

Os termos “fraco” e “bonzão” indicam uma divisão valorativa entre os trabalhadores. O “bonzão”, aquele com maior produtividade, está relacionado, em geral, aos trabalhadores do sertão. A maioria dos trabalhadores “da rua” explicam a produtividade mais elevada dos migrantes a partir da representação do sertanejo como um “povo sofrido”, “que aguenta a seca e o sol quente”, “que deve em seis meses juntar dinheiro para o ano todo”, e que por isso “não se importam em morrer”. Já os sertanejos costumam estereotipar “os da rua” como preguiçosos e “marimbeiros”. Além da hierarquia entre os trabalhadores no interior de cada turma, ainda existe a hierarquia entre as diferentes turmas: a dos sertanejos (“bonzões”) e a dos “da rua” (“fracos”).

Cabe ainda indagar: por que o sertanejo é considerado um “bom cortador”? Teria alguma relação com a pobreza, o clima do sertão ou a ausência de medo da morte? Ora, hipóteses como essas não contribuem em nada, pois carecem de concretude e ainda reforçam os estereótipos alimentados pela gerência das usinas. Abaixo, seguem alguns apontamentos embrionários sobre o que motiva a alta produtividade dos sertanejos (PLANCHEREL & ALBUQUERQUE & VERÇOZA, 2011):

- 1) [Os sertanejos] tornam-se triplamente explorados: como assalariados nos canaviais, como “locatários” dos alojamentos, à medida que a usina desconta mensalmente de seus rendimentos um valor pela “moradia”, e como trabalhadores domésticos, posto que preparam suas próprias refeições após o retorno dos canaviais, lavam seus utensílios domésticos e suas vestimentas e ganham “prêmios” os que mantiverem mais higiênicas suas instalações (dormitórios);
- 2) em sendo cotidiana e matutina e arrematada e transportada, por prepostos da usina, de seus alojamentos aos canaviais, iniciam sua atividade laboral mais cedo (cerca de uma hora antes) que os canavieiros “da rua” e, em geral, o término de sua jornada de trabalho é posterior a dos canavieiros “da rua”, prolongando-se assim uma jornada de trabalho que amplia a exploração da força de trabalho sob a produção da mais valia absoluta;
- 3) por meio do critério de divisão das turmas, que separa os trabalhadores sertanejos dos “da rua”, estimula a fragmentação dos trabalhadores, servindo como mais um

---

<sup>88</sup> Entrevista realizada em abril de 2009 no município de Teotônio Vilela.

mecanismo adotado pelo capital agroindustrial canavieiro para dificultar ações de resistência construídas pelo conjunto dos trabalhadores canavieiros.

Esses apontamentos demonstram que o sertanejo tende a ser mais produtivo, não por um motivo inato, mas, em decorrência de métodos que prolongam a sua jornada de trabalho e que ainda transferem renda para os usineiros mediante o aluguel dos alojamentos. Ademais, o absenteísmo tende a ser menor, pois os alojamentos ficam situados longe das cidades. O usineiro tem interesse direto em continuar afirmando que o sertanejo é “o bom cortador” por sua qualidade inata, pois, com isso “os da rua” são rebaixados, são adjetivados como fracos e “marimbeiros”. Assim, a hierarquia e a rivalidade entre os trabalhadores são incorporadas a serviço do capital agroindustrial canavieiro.

Ainda que o corte da cana seja a atividade que emprega o maior número de trabalhadores nos canaviais, não podemos desconsiderar outros diversos trabalhos relacionados ao preparo do solo, plantio, controle de pragas e ervas daninhas e o transporte da cana. Afinal, a matéria prima que será processada nas usinas é produzida por meio da articulação do trabalho de distintas categorias, tais como: trabalhadores do plantio, da irrigação<sup>89</sup>, trabalhadores do fogo, bombeiros, *bituqueiros*, *treladores* de reboque<sup>90</sup>, tratoristas, *guincheiros*<sup>91</sup> e caminhoneiros.

Começamos então analisando o trabalho dos *bituqueiros*, pois, como veremos adiante, esta atividade em Alagoas tem características que a tornam extremamente imbricadas no trabalho do transporte. Entrevistamos um *ex-bituqueiro* que descreve o trabalho na *bituca* do seguinte modo:

*Pesquisador: Como é a atividade do bituqueiro?*

*Entrevistado: A atividade do bituqueiro é catar os restos das sementes [cana] que ficam. Antigamente as máquinas [o guincho mecânico que recolhe as canas cortadas] trabalhavam só de noite, e os bituqueiros iam de dia catar a cana e fazer aqueles montinhos, para só depois as máquinas catar. Mas hoje não, é tudo no pé... no pé da máquina. A máquina vai... e a gente vai acompanhando ela e catando a cana. A gente pega aquele restante de cana e coloca noutra esteira*

---

<sup>89</sup> São os trabalhadores responsáveis pela irrigação e pela aplicação de vinhaça nos canaviais.

<sup>90</sup> Os *treladores* de reboque são os responsáveis pelo engate e desengate do reboque em tratores e caminhões. Essa atividade é extremamente perigosa porque os *treladores* devem ficar próximos dos tratores e caminhões inclusive em horários noturnos. Eles ainda acumulam a tarefa de aparar as canas que escapolem dos reboques, para isto é utilizada uma foice amarrada numa longa vara.

<sup>91</sup> Os *Guincheiros* (ou operadores de carregadeira) são aqueles que operam o guincho mecânico (ou máquina carregadeira) utilizado para recolher as canas cortadas.

*[fileira de canas cortadas]. [...] Porque não tem como você jogar o resto de cana na frente [da máquina] para a máquina pegar de novo, porque ela está em movimento [...].*

*P: E vocês trabalham quantas horas por dia na bituca?*

*E: Hoje se trabalha oito horas, mas antigamente eram 12. No tempo que eu trabalhei eram 12 horas.*

*P: E tem momento de descanso?*

*E: Na bituca, não.*

*P: Então, na bituca são oito horas direto?*

*E: O descanso é quando a máquina para. A máquina parou, não tem carregamento, aí pode descansar. Mas se a máquina tiver em trabalho, não tem descanso não. Mas antigamente era melhor. Porque ela trabalhava direto e depois você ia lá, sem ter máquina nenhuma. Era só ir catar. E ninguém trabalhava de noite, era só pelo dia. A máquina trabalhava a noite todinha [...] Quando chegava a turma era só catar e fazer os montinhos para a máquina ir catar depois. [...] Agora esse problema da pessoa trabalhar junto com a carregadeira [máquina] causa muitos acidentes. Por isso que agora é 8 horas. Com 12 horas dava muito acidente. A máquina passava por cima dos trabalhadores.*

*P: Você já viu acidentes no seu turno?*

*E: No meu turno, não. Mas já vi colegas meus acidentados. É que a máquina vai na esteira de cana, se ela sair do prumo ela tem que dar uma ré que é para pegar de novo. Aí o cara está catando, não vê, aí a máquina passa por cima.*

A partir desse longo depoimento que descreve com ricos detalhes algumas das recentes mudanças na *bituca*, podemos fazer algumas considerações sobre as novas configurações do trabalho nesta atividade. A primeira diz respeito às mudanças decorrentes do fato de o trabalho ser atualmente executado simultaneamente ao trabalho das máquinas: 1) o ritmo de trabalho ficou mais intenso, pois passou a ser determinado pelo ritmo do guincho mecânico; 2) o trabalho se tornou mais produtivo e reduziu os níveis de perda de sacarose, visto que quanto maior a demora no processamento da cana cortada, menor será o teor de sacarose da cana; 3) o trabalho se tornou extremamente perigoso, sobretudo nos turnos da noite, em razão de os *bitucueiros* trabalharem “no pé da máquina”.

Portanto, a redução da jornada de trabalho na *bituca*, que aparentemente poderia representar um grande avanço, veio acompanhada por mudanças draconianas que transformaram o trabalho do *bitucueiro* em mero apêndice das máquinas. Como ressaltou o entrevistado, até os momentos de descanso ficam à mercê do ritmo da máquina. A elevação do ritmo de trabalho tornou o trabalho mais produtivo ao mesmo tempo em que fez crescer o

dispêndio de energia do trabalhador. Porém, esses elementos ainda não são suficientes para que possamos apreender as particularidades desse trabalho em Alagoas.

Um estudo recente sobre o trabalho nos canaviais paulistas demonstra que a elevação das médias mínimas exigidas no corte da cana excluiu as mulheres dessa atividade. Esse fato fez com que as mulheres fossem deslocadas para outras atividades, sendo elas atualmente maioria nas turmas da *bituca*, catação de pedras, perdas e plantio. Esta pesquisa também constatou que os homens empregados no corte da cana, em geral, consideram essas atividades como sendo mais desprestigiadas (SILVA, 2011). Todavia, os depoimentos colhidos em nossas pesquisas de campo revelaram uma realidade bem diferente em Alagoas. Vejamos o seguinte trecho da entrevista com o cabo da usina Seresta:

*Entrevistado: Olhe, os bituqueiros... quem procura a bituca são pessoas mais jovens. Porque não é qualquer jovem que tem coragem de passar aí na rua com uma enxada ou um facão. Qualquer trabalho feito honestamente dignifica o homem, mas o corte da cana e a limpa de mato, para o pessoal jovem, é muito difícil. Porque para arrumar uma namorada, pra ela dizer: “está cortando cana ou limpando...” ela não quer. Olhe, com o cortador de cana, e com a pessoa que limpa o mato, existe esse preconceito grande. Já com o bituqueiro, mesmo ganhando menos, não existe esse preconceito. Se perguntarem aonde você trabalha, e você responder: “na bituca”. Pronto, está tudo bem. O bituqueiro, além de realizar um trabalho que o pessoal acha que tem mais prestígio, porque na verdade não tem, ele ali tem a chance de aprender. Tem usina... eu não sei se todas, mas na Seresta, aquele bituqueiro mais inteligente, aquele que se esforça... Quem são os bituqueiros da Seresta? A maioria são os filhos dos operadores...*

*Pesquisador: Então, a bituca é uma espécie de cursinho para quem quer ser operador de máquina ou tratorista?*

*E: Exatamente! Por isso eles não pegam qualquer pessoa... pra bituca se não tiver pelo menos..., pra entrar hoje na bituca tem que ter pelo menos o segundo grau. [...]*

*P: Então o interesse de quem entra na bituca é se tornar operador?*

*E: É. 90 por cento já vão com o intuito de aprender alguma coisa. [...] Vamos dizer que a usina vai pegar [empregar] 150 bituqueiros, chegam 400 a 500.*

*P: Querendo se empregar?*

*E: É. Porque ele é um serviço que não tem discriminação, que tem possibilidade de ‘subir’ [de ascender na empresa]. Então tem uma entrevista ... passa lá pela psicóloga. Depois tem uma ficha para preencher. A maioria fica na redação. [...] Então, aquele bituqueiro que está prático, ele vai para o trator ou para a máquina. E aquele tratorista ou operador, vai para o caminhão. [...] Se você entrevistar hoje os motoristas da usina Seresta, 80 por cento vieram da bituca.*

Esse depoimento revela que o trabalho na *bituca* em Alagoas tem características deveras diferentes daquelas que ocorrem nos canaviais paulistas. Além do trabalho em Alagoas ser mais perigoso e exigir um ritmo de trabalho mais intenso dos *bituqueiros* (pois, diferentemente da atividade *bituca* em São Paulo, esse trabalho em Alagoas é realizado “no pé da máquina” e inclusive com jornadas de trabalho noturnas), ainda encontramos neste estado o predomínio absolutamente esmagador da força de trabalho masculina nesta atividade. Mas por que em Teotônio Vilela/AL os trabalhadores atribuem um certo prestígio à *bituca*, enquanto em São Paulo é o inverso? Por que em São Paulo predomina o trabalho feminino nesta atividade, enquanto na referida usina alagoana não existe sequer uma *bituqueira*<sup>92</sup>? A partir da fala do entrevistado podemos extrair ao menos duas razões para o intrigante prestígio da *bituca* alagoana: 1) por não ter o estigma do facão ou da enxada; 2) por existir a perspectiva de ascensão na empresa. No entanto, como é possível atribuir prestígio a um trabalho tão mal remunerado, árduo e perigoso? Seria por que os *bituqueiros* alagoanos estariam apenas a um passo de um emprego bem remunerado, confortável e seguro?

Seria um ledor engano imaginar que os trabalhos dos tratoristas, *guincheiros* e caminhoneiros estariam livres das agruras do “i-mundo” (SILVA, 2009a) do trabalho nos “eitos gigantes”. Seguem abaixo passagens da entrevista realizada com trabalhadores *guincheiros*:

*Pesquisador: As usinas ainda plantam muito em grotas [áreas muito íngremes]?*

*Entrevistado: Planta. É porque os terrenos das usinas estão “meio pouco”, aí eles estão aproveitando aquelas “meia banda”. É porque as terras planas não estão dando conta.*

*P: Eu passei em frente à usina Sinimbu, lá tem ladeiras muito inclinadas...*

*E: Eu já tirei muita cana ali. Quando eu saí daqui fui para lá... meu teste foi ali naquela ladeira.*

*P: Com a máquina [carregadeira de cana]?*

*E: Sim. Eita, meu Deus! Ali é “caba” ruim, não tem “rim” que agente. Ali o cara tem que ser experiente, a máquina é boa, mas se o cara não for experiente ele “se passa”... termina morrendo.*

*Até com uma Bell [máquina carregadeira projetada para áreas de encosta que é muito utilizada no Nordeste] termina morrendo se não for experiente. Eu passei seis anos ali.*

---

<sup>92</sup> Conforme informações colhidas em pesquisas de campo, as mulheres em Alagoas também não conseguiram suportar as metas mínimas exigidas no corte da cana. A usina Seresta emprega aproximadamente 1.200 trabalhadores no corte da cana, sendo que desse total apenas três são mulheres. No entanto, em Alagoas as mulheres não foram absorvidas pela atividade da *bituca*. Isso, além de revelar uma das particularidades desse trabalho em Alagoas, ainda demonstra que as relações de gênero são alteradas de acordo com as lógicas de acumulação do capital.

*P: Então o cara que não é experiente capota ali?*

*E: O “caba” [cara] morre.*

*[...]*

*P: Você já viu alguém tombar a máquina?*

*E: Já, menino! Um camarada que morou aqui atrás estava com cinco anos de máquina, cinco anos de operador. Ai ele disse: “Eu já virei cinco vez, com cinco anos de operador”. [...]*

*P: E ele se machucou?*

*E: Não. Ele pulava! Quando a máquina ia virando ele pulava. Ele teve sorte, só quebrou a perna uma vez.*

As narrativas acima evidenciam os constantes riscos de acidentes nessa atividade. Os declives das profundas grotas e vales da região Nordeste exigem que o operador seja dotado de extrema perícia, pois qualquer erro pode ser letal. As áreas mais íngremes dessas encostas se assemelham a locais de treinamento para amantes de escalada, como demonstra o vídeo: *Carregadeiras Bell de Cana-de-Açúcar (2007)*<sup>93</sup>. Os riscos de acidentes de trabalho são ainda mais amplificados em decorrência do método de remuneração adotado no setor de transporte, porque este estimula intensificação do ritmo de trabalho:

*Pesquisador (P): O caminhoneiro está recebendo mais ou menos quanto?*

*Entrevistado (E): Uns R\$1800. E o guincheiro é R\$1200.*

*P: E o do trator?*

*E: É a mesma coisa. Porque é a mesma produção de oito centavos por tonelada.*

*P: E é por produção?! Eles medem a produção pelo peso do caminhão quando entra na usina?*

*E: É.*

Abaixo, transcrevo um trecho do meu diário de campo:

*Segue o treminhão, ou “tremiado”<sup>94</sup>, em direção à usina. Abandona a estrada de terra e come o asfalto da BR 101 com uma carga de aproximadamente 100 toneladas de cana<sup>95</sup>. Os três reboques, prestes a transbordar em cada curva, vão estalando por onde passam para que os transeuntes mais desatentos notem aquele disparate. Toda aquela cana se transformará em açúcar, vai abastecer o*

---

<sup>93</sup> Este pequeno vídeo está disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.youtube.com/watch?v=5pZCT2julG0>

<sup>94</sup> Conforme denominação adotada por um trabalhador entrevistado em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

<sup>95</sup> De acordo com informações colhidas em pesquisas de campo, o treminhão suporta aproximadamente 100 toneladas de cana.

*mercado internacional por meio dos navios que saem do porto de Maceió. A cana produzida vai embora em forma de açúcar, enquanto o trabalhador que a produziu continua em Teotônio Vilela na forma de bagaço.*



**Figura 8: Treminhões em trecho alagoano da BR 101. Foto: Lúcio Verçoza 30-10-2011.**

### **2.3- O “canguru” e outras sequelas da superexploração da força de trabalho**

Nos canaviais existem duas grandezas proporcionais: quanto maior o grau de exploração da força de trabalho, maior será a seqüela física e mental no trabalhador. A safra acaba, mas as sequelas ficam. Diante do desgaste físico intrínseco ao corte manual da cana, Alves (2007, p.33) chega a comparar o preparo físico exigido nesta atividade ao exigido dos atletas de maratona. Segundo o autor:

O conjunto das atividades realizadas por um cortador de cana exige desgaste de energia que pode ser comparado ao desgaste de um atleta corredor fundista. O corredor de longas distâncias tem desgastes e necessidades de energia diferentes de um corredor velocista, que necessita de explosão. Os cortadores de cana com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, tão necessária aos velocistas. Predominam trabalhadores de pouca massa muscular, corpo seco, com pouca gordura e muita resistência física, que são características corporais de corredores fundistas. Para os cortadores de cana é fundamental a resistência física, necessária para a realização daquele conjunto de atividades repetitivas e exaustivas, realizadas a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, por um período que varia de 8 a 12 horas de trabalho diário.

Essa descrição evidencia a insalubridade e o alto nível de desgaste físico requerido no corte da cana. Vejamos agora um trecho da entrevista<sup>96</sup> que realizamos com um pequeno agricultor, dono de uma pequena propriedade rural em Major Izidoro, município do sertão de Alagoas, que, várias vezes, durante a safra da cana migrou para a zona da mata alagoana para trabalhar no corte da cana. Por meio desse trecho da entrevista podemos continuar o paralelo que Alves fez entre o cortador de cana e o atleta.

*Pesquisador (P): Quando o senhor estava lá cortando cana, sentia alguma moléstia... tontura?*

*Entrevistado (E): Não. O que eu sentia às vezes era escurecimento de vista. Mas isso aí era besteira, era comum, né. [um pequeno riso]*

*P: Não era dos agrotóxicos?*

*E: Não sei. Mas não dava pra cair não, né. Dava só aquele escurecimento de vista.*

*P: Ou o sol quente?*

*E: É.*

*[...]*

*P: Quando o senhor tinha escurecimento da vista, o que o senhor fazia?*

*E: Eu ficava parado um pouquinho e passava, né. Depois, quando passava, eu continuava a trabalhar.*

Será que um atleta de maratonas ou de outras provas de longa distância considera comum ter escurecimento de vista? Talvez isso possa ocorrer durante uma competição que exija o limite do corpo, mas certamente o escurecimento de vista não faz parte do cotidiano do atleta. Os treinamentos não podem exigir diariamente o limite máximo do corpo, pois isso levaria a um baixo rendimento durante as provas. No caso do corte da cana, não existem treinos, todo dia de trabalho é dia de prova, ou melhor, de provação. O estresse físico que é evitado no atleta, através de um treinamento balanceado e de uma dieta especial, no caso do corte da cana não pode ser evitado. Para garantir o salário, que é determinado por produção, é preciso ultrapassar o limite do corpo todo dia, e na maioria das vezes em condições de insegurança alimentar.<sup>97</sup> Nos canaviais, é uma maratona por dia de trabalho durante pelo menos seis meses ao ano. Como o corpo pode passar por isso sem marcas?

O trabalhador entrevistado ainda que afirme, com certo orgulho, que o escurecimento da vista era frequente, mas que para ele isso era “besteira”, nega que o duro trabalho no

---

<sup>96</sup> A referida entrevista foi realizada no dia 11 de julho de 2009, na zona rural no município de Major Izidoro.

<sup>97</sup> A pesquisa realizada por Carla Santos (2009) demonstrou que a maior parte dos trabalhadores canavieiros entrevistados encontrava-se em condições de insegurança alimentar.

canavial tenha deixado sequelas em seu corpo. Como explicar a saúde de ferro desse homem de trinta e oito anos que já foi safrista no corte da cana várias vezes, e que, segundo ele, cortava uma média entre oito e doze toneladas diárias, dependendo da qualidade da cana? Ou este trabalhador é um fenômeno da resistência física, ou omitiu alguma sequela física decorrente do “serviço pesado” (SANTOS, 2009). Por que ele nos omitiria isso?

Um dos caminhos para compreender esse orgulho que o faz revelar a dureza do trabalho através da frase “é besteira escurecer a vista”, e que ao mesmo tempo o faz esconder as sequelas que esse trabalho duro deixa no corpo, esteja no personagem Fabiano, de *Vidas Secas*<sup>98</sup> (RAMOS, 2005). Se partirmos dessa perspectiva, veremos que o orgulho em mostrar que o trabalho é duro somente existe porque o orgulho maior está em mostrar que ele é mais duro do que o trabalho. Dessa maneira, faz sentido esconder marcas que demonstram a superioridade do trabalho alienado sobre o trabalhador

Dejours, que se deparou diversas vezes com a omissão da doença e do sofrimento durante suas pesquisas, analisa essa problemática como uma das “estratégias defensivas” dos trabalhadores pauperizados, que o autor denomina como “subproletariados”:

Seja em relação à prática médica ou à pesquisa a respeito da saúde, uma primeira observação se impõe de imediato. A reticência maciça em falar da doença e do sofrimento. Quando se está doente, tenta-se esconder o fato dos outros, mas também da família e dos vizinhos. É somente após longas voltas que se chega, às vezes, a atingir a vivência da doença, que se confirma como vergonha: bastou uma doença ser evocada para que, em seguida, venham numerosas justificativas, como se fosse preciso se desculpar. Não se trata de culpa no sentido próprio que refletiria uma vivência individual, e sim de um sentimento coletivo de vergonha: “Não é de propósito que a gente está doente”. Maciçamente, com efeito, emerge uma verdadeira concepção de doença própria ao meio. Concepção dominada pela acusação. Toda doença seria de alguma forma voluntária: “Se a gente está doente, é porque é preguiçoso”. “Quando a gente está doente se sente julgado pelos outros”. Acusação cuja origem não se conhece claramente, acusação pelo grupo social no seu conjunto. Essa atitude em relação a doença pode ir muito longe: “Quando um cara está doente, acusam esse cara de passividade”, e se ele se afunda mais na doença e no sofrimento, é porque ele quer e porque ele cede à passividade. A associação entre a doença e a vagabundagem é característica do meio [...] (DEJOURS, 1992, p. 29 e 30).

Faz sentido esconder a doença e o sofrimento porque esses fatores estão associados ao parar de trabalhar, ao desemprego. Isso acarreta não só maior dificuldade de sobrevivência do trabalhador e de sua família, mas, também, na vergonha de ser acusado de vagabundo ou

---

<sup>98</sup> Para ilustrar, achamos pertinente transcrever um pequeno trecho que revela um dos polos da contradição na autoimagem que Fabiano constrói:

– *Você é um bicho, Fabiano.*

*Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades.* (RAMOS, 2005, p.19)

preguiçoso. Em atividades laborais que exigem um elevado dispêndio de energia articulado com altíssimas metas de produtividade, estar doente é sinônimo de estar caminhando no fio do facão e à beira do desemprego, é estar prestes a ser cortado.

Aqueles que não conseguem mais trabalhar em decorrência do adoecimento, ficam em uma situação parecida com a do personagem *Gregor Samsa* no livro *A Metamorfose* (KAFKA,1997): que dedicou a maior parte do seu tempo de existência ao trabalho – para possibilitar a reprodução de sua própria existência e de seus familiares –, e que, ao ficar incapacitado para o trabalho, é visto como um outro ser (um “monstro”) que é responsável pela desgraça e pela vergonha da família, um “monstro” que deve ser escondido dos vizinhos, é como um estorvo para *outrem* e para si. O próprio *Gregor Sansa* também enxerga a sua metamorfose a partir dessa ótica, apesar dele não ter o mínimo controle sobre ela (deixar de trabalhar não foi uma escolha), ele ainda se sente responsável por sua condição de improdutivo. A vergonha que os outros sentem dele resulta em uma vergonha de si, por não ser mais fisicamente capaz de trabalhar.

Outros trabalhadores que entrevistamos relataram algumas das sequelas deixadas pelos métodos de exploração-dominação da força de trabalho. Foram muitos os que falaram de dores na coluna e de outras sequelas no corpo. Porém, o que mais nos chamou atenção foi o “canguru”. O fato de “canguru” ser uma palavra consolidada no vocabulário dos trabalhadores canavieiros de Alagoas indica que ocorre com frequência.<sup>99</sup> Ela é uma palavra ressignificada: o “canguru” dos trabalhadores canavieiros não significa o animal australiano, porém uma sequela do excesso de trabalho. Nas usinas paulistas ele também é comum, entretanto, lá tem outro nome: os trabalhadores o conhecem como “birôla” (SILVA et al, 2006). O “canguru” ou “birôla” foi descrito por um médico de Jaboticabal, entrevistado por Novaes (2007a, p. 107-108), da seguinte forma:

Quando o trabalhador é submetido a uma carga de trabalho e seu físico não está acostumado, e se ele estiver debilitado ou se for portador de uma doença preexistente, uma cardiopatia, ele pode ter morte súbita se submetido a trabalho excessivo com sudorese. A transpiração excessiva provoca perda de eletrólitos, de sais do organismo. Se você pegar a camisa de um trabalhador ela chega a estar branca por causa da perda de sais. A câibra é o primeiro sintoma de quando você tem distúrbios hidroeletrolítico. A câibra é o acúmulo de ácido lático na musculatura. Ele fica todo contorcido, parece um possuído. Pra você ter uma ideia, é quase como uma convulsão. E dói, dói muito aquilo. Um jogador de futebol, um atleta preparado, quando tem câibra ele é substituído. Imagine um trabalhador rural que se submete a uma rotina dura de trabalho. O tratamento correto é a hidratação com soro fisiológico. Existem usinas agora que fornecem um pó para misturar na

---

<sup>99</sup> Plancherel, Queiroz e Santos (2010), também apontam que o “canguru” é algo que ocorre amiúde nos canaviais alagoanos.

comida para algumas perdas de vitaminas e proteínas. Eu nunca presenciei uma morte súbita por decorrência de distúrbio hidroeletrólítico, de câibra. Geralmente, a pessoa chega morta no pronto-socorro.

Esse processo de câibras que domina todo o corpo e que pode levar até a morte<sup>100</sup> foi descrito pelo médico de forma técnica, mas, ao mesmo tempo, compreensível para um leigo. Foi também mencionada por um dos trabalhadores entrevistados,<sup>101</sup> da seguinte forma:

*Pesquisador (P): O senhor já viu alguém desmaiar, ou ir para o hospital e morrer?*

*Entrevistado (E): Oxe, já vi muito!*

*P: Já viu falecer também? Em decorrência do esforço?*

*E: Dos tempos em que eu trabalhei só vi um.*

*P: Faleceu?*

*E: Faleceu, ele...*

*P: Caiu no corte?*

*E: Deu um negócio lá no serviço e levaram ele para o hospital. Quando ele chegou lá, morreu.*

*P: Foi aonde isso?*

*E: Isso aí foi na usina Seresta.*

*P: Em que ano? Há quanto tempo atrás, mais ou menos?*

*E: Tá com a faixa de uns dezoito anos. Por aí assim. Só foi quando eu vi. Agora, gente desmaiar assim, já vi um bocado.*

*P: Como é que chama quando desmaia?*

*E: Aí quando desmaia diz: “chega que o ‘canguru’ pegou ali o rapaz”. Já deu em mim esse tal de “canguru”.*

*P: Já deu “canguru”?*

*E: É um tipo de fraqueza que dá na gente, e chega câibra por todos os cantos. As usinas não fornecem ao cara um “suquinho”, é... potente assim de limão. Um negócio assim e outro. Eles não querem saber de nada, eles só querem a safra dele terminada.*

*P: Quando deu o “canguru”, o senhor fez o quê?*

*E: Fica lá no chão caído e pronto.*

*P: Não foi para o posto não?*

*E: Não. Eu não fui para o posto, não. Porque às vezes fica em um canto meio longe da usina, aí às vezes o rádio não chega, não tem ninguém ali para avisar.*

*P: Nem mandaram ambulância?*

---

<sup>100</sup> Segundo o médico de uma usina alagoana, entrevistado em fevereiro de 2011, o “canguru” pode resultar em “morte, porque é um distúrbio hidroeletrólítico, e isso mexe com as células, que são as unidades fundamentais, e se não for atendido, hidratado e não tiver repostos esses eletrólitos, pode acontecer” o óbito.

<sup>101</sup> Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2009, no conjunto Denisson Menezes.

*E: É. Aí o “canguru” ali, ele dá e depois vai saindo de novo.*

*P: Aí o senhor se recuperou lá mesmo?*

*E: É, me recuperei no serviço mesmo.*

*P: Mas voltou a trabalhar depois do “canguru”, no mesmo dia?*

*E: Não. Voltei mais não. Porque não aguentava mais não. Passei dois dias sem trabalhar.*

Esses casos de “canguru” que se multiplicam nos “eitos gigantes” são desencadeados pelo excesso de trabalho impulsionado pelos métodos de exploração da força de trabalho, que induzem o trabalhador a imprimir um ritmo muito intenso. Um trabalhador nos relatou que quem vivencia esse processo generalizado de câibras costuma encolher os braços junto ao corpo, de tal forma, que se assemelha a posição das patas do canguru australiano. Para o entrevistado o nome “canguru” decorre dessa trágica e surreal semelhança: “O animal se torna humano e o humano animal” (MARX, 2008, p. 181). Caso o trabalhador sobreviva ao “canguru”, ainda terá de enfrentar outras sequelas que permanecem no corpo e na mente.

Entrevistamos um trabalhador desempregado no município de Branquinha/AL<sup>102</sup> que, aos 52 anos de idade, já não servia mais para os usineiros. No tempo em que ele foi útil ao capital agroindustrial canavieiro, fazia uma média de 7 a 9 toneladas diárias em solo alagoano. No Mato Grosso, chegava a fazer 12 toneladas em média, pois, segundo ele próprio, o terreno e a qualidade da cana eram melhores. Começou a trabalhar com 8 anos de idade, ainda no sistema de feixes. Sua trajetória é marcada por ser “permanentemente temporário” (PLANCHEREL, ALBUQUERQUE & MELO, 2010) e com muitos momentos em que havia uma “permanente migração temporária” (SILVA, 2004, p.59). Chegou a trabalhar como safrista em Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e São Paulo, podendo ser comparado a um caminhoneiro que “mora no mundo e passeia em casa” (SANTOS, 2004, p. 285). Durante alguns anos cortava cana na safra de Alagoas e migrava, no mesmo ano, para cortar em outros estados. Esse entrevistado já trabalhou em dez usinas de Alagoas, tanto com carteira assinada, quanto como clandestino.

Atualmente, esse trabalhador encontra-se desempregado “por conta do desmantelo<sup>103</sup>”. Mostrou-me a cicatriz do corte do facão acima do joelho, mas não foi esse o referido “desmantelo”, visto estar sarado há muito tempo. O motivo de estar “encostado” (desempregado), afirma o entrevistado, era a hérnia de disco. Esse trabalhador que já cortou

---

<sup>102</sup> Entrevista concedida ao autor em 21/5/2009.

<sup>103</sup> O termo “desmantelo” provavelmente derive da expressão “estar desmantelado”, que pode significar desconjuntado, desajeitado ou desarranjado. No fundo, o sentido empregado pelo entrevistado foi o de fisicamente arruinado.

cana das 5 horas às 21 horas, iluminado por farol de trator e caminhão no término da moagem, conclui sua entrevista dizendo: “hoje o que eu tenho é doença”.

O prefácio do belo romance *Homens e Caranguejos*, escrito por Josué de Castro em 1966, constrói uma metáfora impactante sobre a exploração do trabalho nos canaviais nordestinos:

Foi o que viram, assustados e sem compreender bem todo o drama, os meus olhos de criança. Pensei, a princípio, que a fome era um triste privilégio dessa área onde eu vivia – a área dos mangues. Depois verifiquei que, no cenário da fome do nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra da promessa que atraía os homens vindos de outras áreas de mais fome ainda. Da área da seca e da área da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem: reduzindo tudo a bagaço.

Podemos afirmar que, atualmente, essa brilhante metáfora é ainda mais válida. O cortador de cana, após trabalhar durante alguns anos em níveis altíssimos de produtividade, vai tendo a sua força de trabalho prematuramente desgastada. A produtividade de um trabalhador experiente ao longo do tempo vai diminuindo, enquanto as exigências por maiores taxas de produtividade vão paralelamente aumentando. Quando o trabalhador não suporta mais manter os níveis de produtividade exigidos pela agroindústria canavieira, é porque a sua força de trabalho já perdeu “sacarose”. Assim como a cana esmagada que não serve mais para a extração do açúcar e do álcool porque já deu o que tinha de dar, a força de trabalho desgastada prematuramente é descartada, descartada após ter dado toda a mais-valia que tinha de dar, dispensada somente após virar um bagaço. Assim como sempre são garantidas novas canas para a próxima safra, são também garantidos novos braços, força de trabalho nova para suportar os níveis de intensidade exigidos pelos métodos de superexploração da força de trabalho. Se o trabalhador pode ser comparado à cana, os métodos de exploração-dominação da força de trabalho podem ser comparados à moenda.

Entretanto, por mais que essas metáforas sejam uma forma literária de abordar a questão, não podemos nos esquecer de uma diferença importante, sob o risco de provocarmos uma grande confusão: a cana é uma mercadoria, mas o trabalhador, não. A única mercadoria do trabalhador assalariado é a sua força de trabalho; é da venda dessa mercadoria que o trabalhador sobrevive (MARX, 1980). A agroindústria canavieira depende da cana, assim como depende do trabalhador, mas a cana não pode rebelar-se, o máximo que ela pode fazer para prejudicar o usineiro é produzir pouca sacarose. Entretanto, o trabalhador do corte da cana pode parar a produção do açúcar e álcool em plena safra, pode lutar pelo controle sobre a

sua produção e remuneração, pode frear os métodos de exploração da força de trabalho e reduzir a taxa de mais-valia. Na melhor das possibilidades, junto com outros trabalhadores da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1998), pode lutar e conquistar o fim da propriedade privada dos meios de produção, pode abolir as classes e a exploração do homem pelo homem. A cana não pode destruir a moenda que a esmaga, mas o trabalhador, sim.

## CAPÍTULO III

### **A resistência dos trabalhadores canavieiros contra os efeitos da exploração-dominação**

#### **3.1- Os “trabalhadores desenquadrados”, o roçado das fendas e as greves**

Para analisarmos as mais recentes formas de resistência dos trabalhadores canavieiros em Alagoas, consideramos importante retomar passagens de escritos de Marx e Engels que julgamos serem fundamentais para compreender a relação dialética entre a realidade objetiva e as possibilidades de ação dos sujeitos históricos:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2002, p. 21).

A doutrina materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação, de que os homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são precisamente modificadas pelos homens e que o próprio educador tem que ser educado (MARX & ENGELS, 2009a, p.124).

Essas passagens sinalizam uma ruptura com as concepções do materialismo vulgar e da filosofia idealista alemã: a primeira interpretava os homens como meros produtos da realidade objetiva; a segunda considerava a realidade objetiva como simples produto das ideias<sup>104</sup>. Na concepção teórico-metodológica formulada por Marx e Engels, os homens e mulheres são compreendidos como produtos da realidade objetiva ao mesmo tempo em que a realidade objetiva é compreendida como produto da atividade dos homens e mulheres. Em suma: o ser social é encarado como produto e produtor da realidade objetiva e da história. Desse modo, não existe uma separação mecânica entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, ambos estão dialeticamente articulados. As possibilidades de atividade humana para modificar uma dada realidade social são determinadas pelos limites objetivos dessa mesma realidade. No entanto, as transformações não ocorrem por um movimento automático

---

<sup>104</sup> Diante do escopo do nosso trabalho, simplificamos ao máximo as concepções do materialismo vulgar e da filosofia idealista alemã. Para uma análise mais aprofundada ver: *A ideologia Alemã* (MARX & ENGELS, 2009b) e *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* (LÊNIN, 2001).

das forças produtivas, pois “as circunstâncias são precisamente modificadas pelos homens”, por sua *práxis*.

É a partir desses pressupostos que Thompson formula o conceito de *experiência*. Para o autor

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que *experimentam* suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa *experiência* em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes), agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1981, p.182, grifos nossos).

Conforme sublinha Silva (2009b, p. 108), afirmar “que a experiência é resultante da imbricação da ação dos sujeitos e das estruturas sociais existentes é o mesmo que admitir que as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias.” Para a autora, no conceito proposto por Thompson, a experiência é tratada pela consciência e pela cultura dos homens e mulheres, “que diz respeito à reelaboração, ressignificação de sentimentos, maneiras de pensar, de ser e de agir a partir do mundo social em que se vive” (Ibidem). O que nos interessa reter do conceito de experiência é que, nele, a resistência dos canavieiros pode ser compreendida como um processo presente no cotidiano e inserida em relações sociais determinadas.

Como já foi analisada no capítulo anterior, a reestruturação produtiva da agroindústria canavieira aprimorou os métodos de controle, disciplinamento e exploração da força de trabalho. No entanto, a efetivação desse recrudescimento da exploração-dominação da força de trabalho não se realiza sem obstáculos, os trabalhadores resistem, ainda que sujeitos a uma correlação de forças extremamente favorável ao capital.

Iniciaremos investigando como os trabalhadores reagiram diante do mais recente padrão técnico exigido no corte da cana que, ao aumentar a produtividade agrícola e industrial da matéria-prima, tende, paralelamente, a diminuir a produção do trabalhador e a rebaixar o seu salário (que é determinado somente pelo *quantum* de cana cortada).<sup>105</sup> Além disso, a imposição dessas exigências é acompanhada por um aumento do controle do processo de trabalho e da disciplina por parte do capital agroindustrial canavieiro. Caso constatado o não cumprimento do padrão exigido, existe o risco de o trabalhador ser punido, e, como veremos

---

<sup>105</sup> Esse padrão técnico no corte da cana foi analisado durante o segundo capítulo da presente dissertação.

mais adiante, nos casos mais extremos o trabalhador pode não ser contratado na safra seguinte.

Mas será que o risco de punição acarreta cumprimento à risca dos padrões exigidos? Em caso de não cumprimento dessas normas preestabelecidas, quais as táticas utilizadas pelos trabalhadores para evitar punições? Os trabalhadores que burlam os padrões estão sujeitos a quais punições? Para elucidar essas questões, achamos válido recorrer aos seguintes trechos da entrevista com um cabo (fiscal) e recrutador de trabalhadores da usina Seresta<sup>106</sup>:

*Pesquisador [P]: Começou a partir de que ano isso [exigência de novos padrões no corte da cana]?*

*Entrevistado [E]: Começou... foi lentamente. Mas firme mesmo... firme mesmo, nós estamos aí com uns dez anos. A Seresta está com uns dez anos. Outras usinas estão com menos. [...] Quando a gente apertava um trabalhador aqui... assim, quando o trabalhador não se **enquadrava** aqui, ele ia s'imbora para [usina] Guaxuma.*

*P: E no começo foi difícil [exigir o novo padrão de corte da cana]?*

*E: Ah, muito difícil! Muito difícil...*

*P: Como era a reação dos trabalhadores?*

*E: A reação era demais [os trabalhadores argumentavam]: “Rapaz, nós, toda vida cortamos desse jeito. As usinas moíam e faziam muito açúcar, faziam muito dinheiro, e agora por que isso?”*

*P: Tinha muita confusão na época?*

*E: Muita confusão... foram perdidos milhões ou trilhões de sacos de açúcar. Só não fazia demais, mas o toco era aqui ó, toco alto. Perdia uma tonelada de cana por hectare [...] Naquela época, era uma tonelada e duzentos por hectare [de cana que não era moída], e hoje nós baixamos para sessenta quilos, porque tem uma análise também [...] Era toco alto, não tinha limpeza, despontamento. Quem comandava a mão-de-obra queria era manter a usina moendo: produção. Mas hoje é diferente: é produtividade hoje. Quer dizer: ter quantidade e qualidade.*

*[...]*

*Entrevistado (E): Todas as turmas têm um “maceteiro”. Quando eles não encontram jeito eles desistem.*

*Pesquisador (P): Mas quais são as técnicas que eles utilizam para tentar ludibriar...*

*E: Primeira, é fazer o toco alto [não cortar a cana rente ao solo] na carreira [rua] do meio.*

*P: E depois cobre?*

*E: E depois cobre [com as canas cortadas]. Outros não deixam a cana atravessada, deixam ela no comprido e depois cobrem com as outras... bem cobertinha...*

---

<sup>106</sup> Entrevista realizada em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

P: Como é no comprido?

E: Por exemplo: A linha da carreira de cana é pra lá, então tem que cortar e deixar ela assim; atravessada [no sentido transversal a carreira de cana] para a carregadeira de cana pegar.

P: Entendi. Todas na mesma posição.

E: Eles aqui saem derrubando elas retas. Por cima bota outras atravessadas que fica tão bem feito que não dá pra ver [as que estão por baixo na posição fora do padrão exigido].

P: Mesmo um cabo experiente pode ser enganado?

E: Pode. Porque às vezes é uma pessoa que não lhe deu problema nenhum. Aí você nem desconfia.

P: E qual é o problema que causa?

E: A carregadeira pega a cana que está atravessada e a que está no comprido fica. Aí os bituqueiros sofrem... fica muita cana. Então, em toda turma a gente encontra esse tipo de gente. O que é que a gente faz: no outro dia se a gente está perto... Nós temos uma chamada de pessoas por ordem. Então amanhã eu já sei por aquele carregadeiro que tirou. Então a gente chama aquela pessoa, e diz: olhe o que você fez. Ele diz: “Rapaz, eu não faço um serviço desses”. Aí eu digo: “Vamos olhar aqui a frequência: José, Sebastião, Antônio, Pedro: quarto eito”. Aí ele diz: “Rapaz, estou envergonhado, viu. Eu não sei como eu fiz isso”. Mas ele fez consciente, sabe? Então a gente vai eliminando.

P: Um trabalhador que faz isso com frequência, o que acontece quando ele te procura na próxima safra em busca de emprego na sua turma?

E: Olhe, infelizmente aquele que me dá mais trabalho durante uma moagem... se ele me der trabalho em quinze dias, num mês, e eu consegui deixar ele no padrão, no outro ano ele é bem vindo. Mas aquele [que não se encaixa no padrão] que vem no outro ano, eu sabendo que vou ter o mesmo trabalho... Eu não digo a ele que não vou pegar a carteira dele porque ele fez aquilo, mas aí eu digo: “Rapaz, infelizmente está completo já. Agora se surgir uma vaga eu sei o seu endereço e vou buscar. Mas não me espere, se aparecer outro você pega”. Então a gente faz isso, porque quando você passa uma moagem... Pronto, eu hoje tenho um que me dá trabalho nessa safra [...].

P: O trabalho que ele lhe dá é qual? É trabalhar fora da norma?

E: Hoje ele faz bem feito, e amanhã ele faz malfeito. Ele começa o eito bem feitinho e amanhã ele faz malfeito. Então ele está assim **desenquadrado**. Dá trabalho. Nós já estamos com cinco... completando cinco meses no dia onze, e infelizmente eu não consegui...

P: Mudar a conduta dele...

E: Não. Não dá pra mudar não. Esse na próxima... [nesse momento o entrevistado balança a cabeça com um sinal de negativo] É só trabalhar esses seis meses com ele. Ele é assim: ele caça uma coisa pra fazer errado. Ele diz assim: “ Realmente se fosse outro cabo já tinha me botado pra fora. Mas de agora em diante vou trabalhar direitinho.” Mas passa uma semana e ele erra novamente.

*P: Ele é novo, ou já é um trabalhador experiente?*

*E: Ele já é um cara experiente. É que ele quer mesmo caçar um jeito... uma facilidade. Por que veja só: o trabalho malfeito tem mais produção. No bem feito o trabalhador faz menos.*

Decidimos transcrever esses longos trechos da entrevista porque deles podemos extrair uma descrição da dominação e da resistência como processos que se efetivam no dia-a-dia do trabalho no eito. A chegada da exigência de novos padrões de corte da cana não foi bem aceita pelos trabalhadores. Como afirma o entrevistado, a sua consolidação se deu lentamente, uma vez que os trabalhadores não lidavam docilmente com o novo processo de trabalho. As reclamações dos trabalhadores eram constantes durante os primeiros anos. Para não se submeterem aos novos padrões de produtividade, alguns cortadores de cana procuravam emprego em usinas que ainda não tinham redefinido o processo de trabalho. Mas, aqueles que permaneciam na usina e não cumpriam o novo padrão do corte da cana, estavam sujeitos a descontos salariais e ao grande risco de serem “eliminados” (não serem contratados na safra seguinte). Essas formas de punição, que afetam diretamente a reprodução social dos trabalhadores, foram fundamentais para consolidar o novo padrão de produtividade.

Porém, isso não implica supor que os trabalhadores tenham ficado completamente “enquadrados” pelas novas normas. Como frisado no início desse capítulo, os trabalhadores experimentam essa situação determinada por *ourem* (é uma determinação externa, não foram os trabalhadores que escolheram esses novos padrões de produtividade e acumulação) e reelaboram essa experiência em sua consciência e, em seguida, agem sobre essa situação determinada.

Aqueles que o cabo denomina como “maceteiros”<sup>107</sup> ou “desenquadrados” são precisamente os trabalhadores que, mesmo sabendo dos riscos de severas punições, optam por burlar o padrão técnico exigido no corte. Mas essas ações individuais de boicote ocorrem dentro de certos limites de possibilidades determinadas pela própria condição de assalariado: o boicote não pode ser efetuado de modo integral, pois acarretaria demissão. Nessas circunstâncias, os “trabalhadores desenquadrados” descumprem o padrão dentro do limite de que o mesmo aparente estar sendo cumprido. Desse modo, tanto o boicote ocorre de modo incompleto, quanto o padrão exigido não se materializa por inteiro. Essa forma de resistência é eficaz somente enquanto ela não for notada pelos fiscais, enquanto não seja percebida como forma de resistência.

---

<sup>107</sup> O termo “maceteiro” é derivado da palavra macete, e neste caso é empregado para adjetivar os trabalhadores mais indisciplinados.

Por isso, a “atividade desenquadrada” ocorre preferencialmente no centro do talhão e na rua central (do meio) do eito. A escolha do primeiro lugar decorre de sua localização afastada das rodagens<sup>108</sup> e, portanto, mais longe dos olhos dos cabos e de outros superiores. Já a preferência pela rua central deve-se à possibilidade de as canas “mal cortadas” serem encobertas (camufladas) pelas das outras ruas, no momento de arrumação da matéria-prima cortada.

As “práticas desenquadradas” que nos foram mais relatadas, tanto pelos trabalhadores “da rua”, quanto pelos sertanejos, são: deixar os tocos altos na rua do meio; arrumar a cana cortada no sentido paralelo ao das ruas (isso dificulta o transporte das carregadeiras); não cortar todas as ponteiros da cana; tombar as canas com os pés (desse modo, ela continua ligada à raiz); picar a cana em vários pontos (geralmente ocorre quando o eito tem canas deitadas). Esse tipo de prática, que também é realizada amiúde nos canaviais paulistas<sup>109</sup>, foi denominada, por Silva, como “resistência miúda”, que é aquela que “ocorre nos poros do sistema de dominação e exploração” (2008, p.31).

Ações como essas estariam no bojo do que Scott denominou de “formas cotidianas de resistência” que consistem em: “ ‘fazer corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca” (SCOTT, 2002, p.12). A falsa submissão é um elemento importante, pois mesmo quando a “resistência miúda” (SILVA, 2008) é identificada pelo cabo, o trabalhador nega veementemente: “*Rapaz, eu não faço um serviço desses*”. Quando em seguida são apresentadas evidências difíceis de refutar, o trabalhador admite o seu “desenquadramento”, mas, ainda assim, continua fingindo submissão: “*Rapaz, estou envergonhado, viu. Eu não sei como eu fiz isso*”. Todavia, o cabo, muitas vezes, sabe que a ação foi proposital, como demonstra o final do relato do entrevistado: *Mas ele fez consciente, sabe? Então a gente vai eliminando*.

É válido ainda apreender a reação do cabo ao identificar aqueles que executam sistematicamente o corte fora dos padrões, visto que a dominação também se processa de modo dissimulado. Vejamos o que diz o cabo-recrutador para o “trabalhador desenquadrado” que procura emprego na safra seguinte: “*Rapaz, infelizmente tá completo já. Agora, se surgir uma vaga [na turma de cortadores de cana] eu sei o seu endereço e vou buscar [a carteira de trabalho]. Mas não me espere, se aparecer outro, você pega*”. Assim como os trabalhadores “resistem de modo miúdo” e sem declarar que estão resistindo, o cabo pune, “elimina” sem declarar que está “eliminando”. Mas por que ele esconderia o real motivo da não contratação?

---

<sup>108</sup> Como são localmente denominadas as estradas de terra nas quais circulam os ônibus e máquinas.

<sup>109</sup> Conforme Silva (1999 e 2008) e Cover (2011).

Para compreendermos essa atitude dissimulada, consideramos importante retomar a análise de Silva:

Ao exercê-las [funções de supervisão e controle], os feitores [ou cabos] veem-se envolvidos numa rede de relações entre trabalhadores e patrões, que os levam a ser os “recheios de sanduíches”, aqueles pressionados tanto de um lado quanto do outro. Pode-se perceber que a situação produzida no bojo destas relações reflete a contradição social existente entre as classes, assim como a resistência dos trabalhadores. Tempo e disciplina no trabalho (Thompson, 1979) são dois pilares básicos, que sustentam os mecanismos de exploração. Aos seus executores cabem as tarefas de transformar estes trabalhadores em força de trabalho. Ao fazê-los, encontram a reação destes. É nesse embate existente nas profundezas dessas relações que vão sendo geradas a consciência e as formas de resistência (SILVA, 1999, p. 129).

Feitorar implica a aquisição de um saber, que passa pela aprendizagem do processo de trabalho, que pode ser transmitida por outros feitores e pelo (re)conhecimento das pessoas. (Re)conhecer cada um, homem, mulher, mocinha, mulher casada, jovem, homem, adulto, saber de seus problemas é um ato muito importante, é um ato que exige “habilidade” em lidar com as pessoas. A interiorização da dominação, sob o regime do trabalho livre, exige do capital uma organização hierárquica do trabalho que produza e reproduza mecanismos de disciplina. Entretanto, tais mecanismos não são unilaterais. Eles são produzidos no seio das contradições entre as duas forças – a dos patrões e a dos trabalhadores. Rompidos os modelos de dominação pessoal vigentes no momento anterior, a criação das figuras do empreiteiro, que “quebra galhos”, da empreiteira, “que sabe dos problemas das mulheres”, do feitor, que “não manda o nervosinho para o escritório”, não deve ser interpretado apenas *vis-à-vis* o comando da empresa, como também o processo da aceitação-negação da dominação. (Ibidem, p.135)

A análise acima traz à tona elementos fundamentais para compreender a ambiguidade intrínseca à condição de cabo. A primeira diz respeito à posição do cabo no processo produtivo, visto que ele está situado no seio das contradições e conflitos de interesses da relação capital e trabalho. Ele é um assalariado que supervisiona e garante o disciplinamento de outros assalariados. Por isso, o mesmo deve ser dotado de extrema habilidade para lidar com o processo de “aceitação-negação da dominação”, deve ser capaz de fazer permanentemente a leitura das relações de poder no interior da turma, não só para cumprir as tarefas básicas de suas atribuições (que essencialmente é de garantir a efetivação dos interesses dos usineiros no processo de trabalho), mas, também porque o seu cargo (e poder) está sempre ameaçado, pois, afinal, ele também é um assalariado e está sujeito ao desemprego.

É por causa desse conjunto de fatores que, em determinadas circunstâncias, o cabo pune como se não estivesse punindo, cobra como se não estivesse cobrando. A dominação não se concretiza apenas pela força (como uma “tropa de choque” pronta para reprimir a qualquer custo quando a ordem está ameaçada), ou pelo “poder da caneta” que tem o cabo, ela

também é construída nas relações dissimuladas do cotidiano, como demonstra o trecho da entrevista abaixo<sup>110</sup>:

*Pesquisador: Têm casos de trabalhadores que ficam muito tempo descansando?*

*Entrevistado: Têm.*

*P: E você tem que chegar junto?*

*E: Tenho que chegar junto... e saber falar, sabe? [...] Então a gente tem que acordar o trabalhador, chega pertinho [nesse momento o entrevistado bate palmas], o caba [o trabalhador] acorda. “Tava dormindo?” “Eu tava dormindo. Que horas é?” “Tal hora” “Eita, rapaz dormi tanto.” Eu digo: “Eu vi o senhor dormindo, eu vou olhar, talvez ele adoeceu,” Eu sei que ele não adoeceu. Ai ele diz: “Não, Seu Geraldo, eu estou bom. Mas agora eu vou trabalhar”.*

A dissimulação está em acordá-lo como se fosse para o seu próprio bem. O sono interrompido para que o trabalho não cesse é apresentado ironicamente em forma de preocupação e cuidado com a saúde. Como para um bom entendedor meia palavra (ou palavra com o sentido invertido) basta, o trabalhador, em seguida, regressa à labuta. Continuar dormindo resultaria em noites ainda mais insones até a (não)contratação na próxima safra. Consideramos necessário realizar essa breve imersão nos procedimentos do cabo porque é impossível compreender a resistência dos trabalhadores desvinculando-a do processo de dominação-exploração. Afinal, é nesse pantanoso terreno que a mesma é gestada.

As práticas de resistências cotidianas vão para além do corte fora do padrão, incendiar os canaviais também é um instrumento muito utilizado pelos trabalhadores. Abaixo segue transcrito um trecho de uma entrevista<sup>111</sup> que revela como são realizadas essas ações:

*Entrevistado (E): [...] Esse pessoal que vai estar desempregado vai incendiar a cana, porque hoje já incendeia. Aquelas pessoas que estão lá fora do padrão, que não entra na usina, que está fora da média, ele já incendeia a cana.*

*Pesquisador (P): Como o senhor sabe que são eles?*

*E: Porque eles deixam vazar.*

*P: Mas eles têm interesse que a usina saiba que são eles?*

*E: Tem não, porque muitas usinas pegam e aí o castigo é grande.*

*P E fazem o que [como castigo]?*

*E: Olha... tem usina que até mata; a Seresta eu não sei se já fez isso, mas eu já vi sendo pego, ela prendeu, mas não fez o pior.*

---

<sup>110</sup> Entrevista realizada em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

<sup>111</sup> Essa entrevista foi realizada em novembro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

*P: Geralmente, é o pessoal que não está trabalhando que faz isso... esses incêndios...*

*E: Exatamente.*

*P: Ou não atingiram uma média ou se envolveram numa greve e foram demitidos... O prejuízo é grande para a empresa?*

*E: Muito grande, porque queima aquela cana que não está no ponto de corte, ainda vai ter três meses ou quatro para ela poder ficar madura.*

*P: Está aumentando o número de incêndios criminosos?*

*E: Está sim, cada dia está aumentando. Nós temos aí cinco bombeiros trabalhando direto apagando o fogo...*

*P: Onde ... na Seresta?*

*E: Sim, os cinco carros.*

*P: Tem os vigias do canavial também, não é?*

*E: Tem os vigias, mas os incêndios são programados.*

*P: Como?*

*E: Eles usam vela ou corda...*

*P: Corda?*

*E: Olha, uma corda desse tamanho aqui... Eles limpam, colocam fogo aqui e a palha fica aqui, ele passa umas três horas pra poder chegar.*

*P: É como uma bomba relógio.*

*E: É, e aí eles fogem do local e ficam só esperando... aí ela vai queimando bem devagar.*

*P: E com a vela, como é?*

*E: Com a vela funciona mais rápido.*

*P: Não dá tempo de eles correrem.*

*E: É, eles pegam uma palha, colocam ela em cima da palha, aí botam fogo e vão embora, mas ela queima rápida, mas às vezes o vento apaga e deixa a prova.*

*P: Deixa prova como?*

*E: Fica aquele material da vela.*

*P: Na Seresta teve quantos incêndios nessa safra?*

*E: Tivemos uma média de um por dia.*

*P: Não acredito! Todo dia tem incêndio!*

*E: É, quando não tem num dia, no outro dia tem dois.*

Como foi visto no primeiro capítulo, os incêndios com o objetivo de causar prejuízos para as usinas é uma prática antiga. No entanto, o relato acima revela que nos últimos anos, essa prática tem ocorrido com mais frequência, chegando atualmente à média de um incêndio por dia nos canaviais da usina Seresta. Se os executores dessas ações forem identificados, o

*castigo é grande.* Segundo o entrevistado, pode-se chegar ao extremo da eliminação física: o assassinato. Por isso, quem incendeia secretamente o canavial, cria mecanismos que possibilitam a fuga muito antes das primeiras labaredas anunciarem a queimada para os fiscais. Esses mecanismos são as velas ou cordas, que, ao serem queimados antes das canas, permitem uma fuga sob menores riscos. Ainda assim, os riscos são altos. Existem equipes de fiscais que fazem rondas nos canaviais e que identificam focos de incêndios do alto de torres.



**Figura 9: Torre de vigilância dos canaviais. Foto: Lúcio Verçoza – 20-5-2011.**

A pesquisa de Alves (1991) também aponta incidência de queimadas com caráter semelhante nos canaviais paulistas. Segundo o autor, a ameaça de incêndio teve um importante papel durante a greve de Guariba:

A ameaça de incêndio aos canaviais é, sem dúvida, um dos métodos de intimidação aos usineiros de grande poder, inclusive a presteza do governo e dos patrões em apressarem a realização de negociações [durante a greve de Guariba] pode ser creditada a este artifício. Porque, para que o incêndio seja controlado a tempo, antes de queimar muitos talhões, é necessário mobilizar cortadores para que a cana queimada não se estrague. Estando os trabalhadores em greve, os usineiros não conseguem cortadores e a cana se perde. Se, por outro lado, os usineiros não conseguem mobilizar a turma de controle de incêndios a tempo, este pode se estender para talhões de cana nova, ainda não madura para o corte e calcinar também a soca, tornando muitos talhões improdutivos por, pelo menos dois anos, que é o tempo médio de maturação da cana (Idem, 1991, PP. 136 e 137).

Alves demonstra que a ameaça de queima de canas fora do ponto de maturação pode fortalecer os trabalhadores durante uma greve. Porque, “estando os trabalhadores em greve, os usineiros não conseguem cortadores e a cana se perde”<sup>112</sup>. Portanto, as queimadas, nessa circunstância específica, podem ser um eficaz instrumento de luta. Mas os “incêndios sabotadores” não ocorrem apenas durante as greves, em linhas atrás vimos que ele é realizado diariamente em Alagoas. O nosso depoente afirma que os responsáveis por esses incêndios não são os grevistas, mas os trabalhadores canavieiros desempregados. Como interpretar essas ações? Compreendemos esses atos como indignação e revolta, exteriorizadas em forma de chama, e a capacidade de indignar-se é fundamental, pois sem indignação não há resistência.

Mas, ainda assim, cabe indagar: quais são os ganhos reais dos trabalhadores ao promover ações como essas em situações sem greve? É certo que acarreta prejuízos para os usineiros, mas não resulta em elevação dos salários, em abertura de novos postos de trabalho, em diminuição dos “eitos gigantes”... em suma, as degradantes condições de trabalho permanecem intactas. O corte fora do padrão, mesmo sendo uma resistência extremamente limitada, diminui efetivamente o dispêndio de energia do canavieiro para cortar determinado *quantum* de cana. Portanto, não traz somente prejuízos para usineiro, existe uma pequena economia de força do trabalhador que reduz minimamente (em um nível quase microscópico) o grau de exploração-dominância. O cerne da questão é: as queimas diárias são armas apontadas para as canas (mercadoria), e não para as relações que produzem a cana e o trabalho degradado. Esse tipo de prejuízo (que sequer arranha a superexploração da força de trabalho) pode ser muito interessante para outros usineiros no bojo da concorrência intercapitalista desse setor agroindustrial<sup>113</sup>, mas, essencialmente pouco contribui para os trabalhadores no conflito entre o capital e o trabalho.

No que tange a outras formas de resistência fora da jornada de trabalho, encontramos resquícios de roçados que sobrevivem no limbo dos canaviais, nas “bocas de grotas”. Abaixo, segue um trecho de entrevista com um trabalhador canavieiro que reside na cidade de Teotônio Vilela e planta numa terra próxima do perímetro urbano:

*Pesquisador (P): O senhor, hoje em dia, está plantando em uma terrinha aqui perto? O senhor já plantava naquela época [da entrevista anterior, realizada em 2009], não é?*

---

<sup>112</sup> Conforme o relato oral de um engenheiro de produção, a cana queimada, que espera mais de 48 horas para ser cortada, perde aproximadamente 50% do seu teor de sacarose.

<sup>113</sup> Por isso, consideramos pertinente a hipótese de que essa prática não seria executada exclusivamente pelos trabalhadores, o incêndio pode ser um dos expedientes nas disputas entre os usineiros.

Entrevistado (E): *É. É no mesmo canto. Eu sempre venho plantando um negocinho lá embaixo.*

P: *A terra está no seu nome, ou do fazendeiro?*

E: *É de um rapaz que mora aí na rua [na cidade].*

P: *Ele cedeu para não deixar a terra parada?*

E: *É, porque tem um velhinho lá que trabalha há muitos anos. Aí ele arrumou essa terrinha para a gente trabalhar lá. Aí nós estamos lá trabalhando.*

P: *Tem quantos hectares?*

E: *A terra do cara mesmo? Do dono?*

P: *Não, a que vocês usam?*

E: *Ah é pouca terra. Só é uma **boca de grot**a mesmo que tem ali. Lá onde eu trabalho, a minha, se der, é só duas tarefas e meia [0,75 hectares].*

P: *Dá quanto tempo daqui para lá de bicicleta?*

E: *De pé a pessoa gasta uma hora.*

P: *O senhor vai a pé?*

E: *Não, eu vou de bicicleta.*

P: *De bicicleta dá uns vinte minutos?*

E: *Não gasto vinte minutos. Porque é descendo daqui pra lá, agora de lá para cá o cara gasta quase meia hora, porque é subindo.*



**Figura 10: Roçado na “boca de grot”: cana no tabuleiro, enquanto o milho, macaxeira, batata, feijão e banana, em algumas grotas. Foto: Lúcio Verçoza – 30-10-2011.**



**Figura 11: Abrigo no roçado das fendas dos canaviais: bicicletas no centro. Foto: Lúcio Verçoza – 30-10-2011.**

As fotos acima captaram o roçado do referido entrevistado. Na primeira, veem-se no alto, terras planas cobertas pelos canaviais, são os tabuleiros que foram expropriados pelos usineiros, como foi analisado no primeiro capítulo. Para outros tipos de cultivos restaram somente pequenos trechos de terras muito íngremes (as grotas), mesmo assim, esses pequenos refúgios nas fendas dos canaviais estão constantemente ameaçados pelo pasto para gado.

Na segunda imagem, foi fotografado o abrigo para repouso. Ele é feito de paredes e teto de varas amarradas com cipó, a lona que cobre o teto garante a sombra. Nota-se que as bicicletas foram estacionadas no interior do abrigo. Um observador mais atento percebe ainda detalhes como os paralamas, os bagageiros e o cadeado que prendem as bicicletas às varas. Isso não é por acaso, em meio à precariedade e à carestia do transporte coletivo, a bicicleta é um bem precioso que é cuidado com zelo. A importância da bicicleta na vida de trabalhadores pauperizados foi retratada de modo belo e genial no filme *Ladrões de Bicicletas*<sup>114</sup>.

Os poucos trabalhadores “da rua” que conseguiram preservar o vínculo com a terra executando o trabalho para si, estão inseridos em uma realidade objetiva que torna secundário o trabalho nos roçados: 1) o tamanho do roçado é muito reduzido e, conseqüentemente, a produção é insuficiente para garantir a sobrevivência do trabalhador e de sua família; 2) o assalariamento nas usinas consome muito tempo e energia, dificultando a realização do

<sup>114</sup> Filme do Neo Realismo italiano, dirigido por Vittorio de Sica em 1948.

trabalho para si durante a safra da cana; 3) a ausência de posse da terra significa risco de abandono imediato do roçado por meio de uma decisão unilateral do proprietário<sup>115</sup>.

Mesmo com todos esses fatores que limitam as potencialidades do uso do roçado, ele ainda pode ser considerado importante para enfrentar as agruras da sobrevivência. Isso não se limita à possibilidade de alento imediato da fome nos dias mais ásperos, nem pela possibilidade dos produtos do roçado, ainda que escassos, serem vendidos ou trocados na feira de Teotônio Vilela<sup>116</sup>, que acontece aos domingos. A outra questão está relacionada àqueles trabalhadores “da rua” que se sentem desenraizados da terra, e que só conseguem encontrar o elo com o seu passado e, portanto, com sua história, ao regressar ao roçado.



**Figura 12: A feira de Teotônio Vilela. Foto: Lúcio Verçoza – 20-02-2011.**

É importante frisar que essas ações individuais dos cortadores, analisadas até aqui, não são as únicas práticas que objetivam combater (ou minimizar) os efeitos da exploração-dominação da força de trabalho nos eitos, pois, nas últimas safras, os trabalhadores canavieiros de Alagoas também realizaram a “atividade desenquadrada” de modo coletivo, por meio de paralisações e greves.

<sup>115</sup> O caso do trabalhador entrevistado exemplifica bem isso, ele entregará a terra (0,75 hectares) em breve para o proprietário, que irá expandir o pasto.

<sup>116</sup> Conforme o relato de trabalhadores entrevistados.



**Figura 13: Resistência coletiva dos trabalhadores canavieiros. Fonte: portal de notícia: Alagoas 24 horas em jun./2009 Apud Candido e Malagodi (2010)**

De acordo com Candido e Malagodi (2010, p. 11),

durante as safras do corte de cana em 2007/2008 e 2008/2009, o Estado de Alagoas presenciou o surgimento de reações espontâneas dos trabalhadores canavieiros, como o fechamento da BR 101, uma resposta às condições de exploração do trabalho, situação jamais vista na história desse Estado.

Antes de problematizarmos as ações “espontâneas” e como elas se processam, achamos válido investigar uma questão que é anterior: será que mobilizações desse tipo jamais foram vistas na história de Alagoas? Para tentarmos elucidar minimamente essa indagação, é necessário recuar um pouco mais na história.

Como foi mencionado anteriormente, para Albuquerque:

Apenas no final da década de 1980, quando a expropriação do trabalhador rural com o esgotamento do sistema de moradia atinge um grau ainda mais avançado e o êxodo alcança patamares até então inéditos, é que se dão as condições objetivas para um maior enfrentamento entre trabalhadores e patrões (2009, p. 102).

No primeiro capítulo, constatamos que são escassos os relatos de conflitos públicos envolvendo trabalhadores canavieiros durante o período em que as relações de morada eram hegemônicas em Alagoas. Quando Albuquerque afirma que ocorreu “maior enfrentamento” somente no ápice do declínio do sistema de morada, ele refere-se às campanhas salariais promovidas pela FETAG/AL no final dos anos 1980, que resultou em paralisação de alguns trabalhadores canavieiros no estado (Idem).

Entretanto, seria um grande equívoco superestimar essas ações pioneiras em Alagoas, pois, as campanhas tiveram um alcance extremamente limitado:

Em 1987, quando a Contag e as federações do Nordeste, após vários encontros regionais, optaram pela realização da campanha salarial unificada para a região, acreditando em vantagens econômicas e ganhos políticos, a maioria dos dirigentes sindicais da Fetag-AL ficou contra a realização da campanha, mesmo através da Lei da Greve.

Realizada sob o slogan “Um Milhão de Trabalhadores Unidos na Campanha Salarial”, a campanha foi débil na base territorial alagoana, justamente onde já existia a maior concentração de trabalhadores da cana da região [Nordeste], evidenciando o baixo grau de mobilização rural local. Dos 52 sindicatos das áreas canavieiras, apenas 15 atenderam à convocação, de modo que as atividades só foram efetivamente paralisadas em poucos engenhos [fazendas].

Assim, além de tardias e limitadas, as campanhas salariais em Alagoas, como formas de mobilização, estiveram muito longe de corresponder a “eventos espetaculares”. O pouco de adesão ao movimento pode ser atribuído muito mais ao próprio grau de exploração e das precárias condições de trabalho do que efetivamente a alguma eficácia da organização sindical (MELLO, 2002, p. 170 e 171).

Essa mobilização tem um caráter muito distinto das atuais, pois ainda que o real motivo da adesão esteja “muito mais no próprio grau de exploração e precariedade das condições de trabalho do que na eficácia da organização sindical,” ainda assim, a referida mobilização foi convocada pelos sindicatos, o que sequer ocorre atualmente.

O mais espantoso é que esse período pode ser considerado como sendo o mais “combativo” da história dos sindicatos rurais alagoanos. Nos anos 1990 foram formadas ações de oposição sindical por militantes ligados à CUT e à CPT, no entanto, essas forças políticas não obtiveram êxito. Paulatinamente, o foco desses setores de oposição foi sendo desviado para a luta pela terra. O movimento sindical dos trabalhadores rurais de Alagoas, que desde a sua gestação era avesso às lutas, continua sendo “controlado, em grande parte, por líderes comprometidos com o patronato local e as elites políticas conservadoras”. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 103).

A avaliação de Mello (2002, p. 168) sobre o papel da FETAG segue a mesma linha da leitura de Albuquerque:

A rigor, a Fetag-AL nem sequer incorporou efetivamente a luta pelos “direitos”, ficando em boa medida ausente do cumprimento das conquistas dos trabalhadores em troca de benefícios em favor das trajetórias pessoais de seus dirigentes no jogo político local.

Realizamos uma entrevista<sup>117</sup> com um presidente de sindicato dos trabalhadores rurais que está na diretoria da entidade desde o final dos anos 1980. Abaixo segue o relato das mudanças na prática sindical ao longo de sua carreira como dirigente da entidade:

*Entrevistado: Hoje a gente se reúne em Maceió. A gente passa o período todinho aqui na região, e no final a gente vai pra Maceió pra formar a minuta, pra discutir os direitos... tudo. E lá tem... quando eu comecei no movimento mesmo, ia negociar e era uma confusão tão grande lá no MT [Ministério do Trabalho]. A gente levava sanfona, apito, triângulo, era uma zoeira pra poder a gente chegar em algum acordo, né?! Aí, com o tempo foi mudando. O negociador, um “cara” mais prestativo lá ...muitas vezes a gente negocia na própria sede da gente lá em Maceió, na FETAG. O que antigamente não queria ver de jeito nenhum o sindicato. Agora os patrões vão lá e negociam lá. A última agora foi lá no sindicato do açúcar [sindicato dos usineiros].*

Essas transformações na forma de negociar nos foram relatadas como se fizessem parte de um processo natural, sendo, inclusive, consideradas verdadeiras conquistas, enquanto, na realidade, mostram a cooptação dos sindicatos pelos usineiros. Afirmamos isso, pois, as negociações mencionadas acima não dizem respeito ao cumprimento da legislação trabalhista, muito menos estão sendo negociadas reivindicações de uma greve. Trata-se da Convenção Coletiva de Trabalho, que não é divulgada entre os trabalhadores e que, como vimos no segundo capítulo, tem pontos que são descumpridos. Para Mello (2002, p. 169 e 170), no fundo, os termos do “acordo” pouco interessam, uma vez que também está “implícito o não cumprimento, tanto pela inexistência de pressão dos dirigentes como pelo desconhecimento da base”.

Essa breve incursão no histórico das (in)ações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Alagoas, demonstra que, se as greves dependessem da iniciativa dessas entidades, elas não aconteceriam. Desse modo, não é difícil compreender por que as recentes ondas de paralisações e greves ocorrem à revelia desses sindicatos. Quando os sindicatos de trabalhadores rurais tentam dirigir a greve que já foi deflagrada, muitas vezes, os trabalhadores reagem de modo enérgico e indignado, podendo chegar ao ponto de o carro do

---

<sup>117</sup> Realizamos essa entrevista em 24 de fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

sindicato ser apedrejado.<sup>118</sup> Isso explicita cristalinamente o grau de descrédito e ilegitimidade dessas entidades que, em tese, deveriam representar os trabalhadores rurais. Seguem abaixo depoimentos de dois trabalhadores que participaram da greve da usina Seresta<sup>119</sup>:

*Pesquisador: Quando o sindicato foi lá na greve, o senhor estava presente?*

*Entrevistado: Nós estávamos tudo lá. Chegaram... mas os sertanejos não quiseram conversa com eles não. Porque eles não acertam nada também. Se eles fossem conversar, eles queriam era só enganar. Aí veio um de São Miguel. Conversaram um pouco com eles, mas eles não quiseram acerto com eles em nada.*

*Pesquisador (P): E o sindicato estava junto lá [na greve]?*

*Entrevistado (E): Estava lá. Eles ficaram lá dizendo que a gente tinha direito, mas que não ia ser dado pela empresa!*

*P: Então eles desmobilizaram a greve?*

*E: Não, porque disseram que ali não tinha jeito, que ia ser difícil, eles tinham medo do que podia acontecer.*

O primeiro depoimento revela que o trabalhador entrevistado não considera o sindicato como aliado, pelo contrário, “eles queriam só enganar”. O relato do segundo entrevistado confirma que foi essa a postura dos sindicalistas de Teotônio Vilela, de forma que, quando eles afirmaram que “nada ia ser dado pela empresa”, estavam sugerindo que a greve não teria razão de existir, que ela seria puramente desgaste para os trabalhadores.

Conforme apontaram Candido e Malagodi (2010), nas safras de 2007-2008 e 2008-2009 também ocorreu um expressivo número de paralisações. As reivindicações foram diversas, destacando-se: contra a fraude no sistema de pesagem da cana; pela redução da média diária mínima de toneladas de cana cortadas; pelo aumento do preço da tonelada; contra o atraso do pagamento de salário, dentre outras (QUEIROZ, 2011, p. 74 e 75).

Na safra 2010-2011, as greves e paralisações dos trabalhadores canavieiros foram ainda mais intensas, sendo que a principal reivindicação desse período foi pelo fim do contrato safrista (ou por tempo determinado). Essa forma de contrato, que é prevista em lei, não permite o acesso do trabalhador ao aviso prévio, a multa rescisória de 40% e ao seguro desemprego. Com isso, tanto os usineiros pagam menos tributos, quanto o Ministério do

---

<sup>118</sup> Conforme o relato oral de um dirigente da Comissão Pastoral da Terra, que presenciou essa cena durante uma paralisação de trabalhadores canavieiros em uma rodovia alagoana.

<sup>119</sup> A referida greve ocorreu em janeiro de 2011. As entrevistas foram realizadas em fevereiro de 2011.

Trabalho economiza recursos que seriam destinados para o seguro desemprego. Das 24 usinas de Alagoas, 16 adotaram o contrato safrista naquela safra<sup>120</sup>. Segundo um dirigente da FETAG-AL, ocorreram mais de 20 greves e paralisações durante a moagem de 2010-2011, sendo que 13 dessas bloquearam rodovias.

Em fevereiro de 2011 pudemos conversar com trabalhadores da usina Seresta e Guaxuma<sup>121</sup>, em ambas, os cortadores de cana haviam entrado em greve nesta safra. Na primeira empresa a greve durou dois dias<sup>122</sup>; na segunda, foram cinco dias<sup>123</sup>. A principal reivindicação das duas greves foi pelo fim do contrato safrista. As duas ações também ocorreram à revelia dos sindicatos, apesar de os sindicatos tentarem dirigir a greve após sua deflagração, como demonstra o depoimento do sindicalista sobre a greve na Seresta<sup>124</sup>:

*Pesquisador (P): Mas, vocês dialogaram com os trabalhadores [durante o bloqueio da BR]?*

*Entrevistado (E): A gente dialogou, mas com os “caras” não tem conversa, não. Teve tenente da polícia lá...com educação, tentando de todo jeito que podiam e não conseguiram.*

*P: E se procurasse conversar com alguma liderança, um representante, não tinha não?*

*E: Não tinha porque...tinha um cara lá que tava liderando, mas era negócio de segundos, lideraram “vamos fazer?- Vamos” quando partia lá dos fundos e diziam que “não vai”, aí desmanchava tudo. Foi o dia todo assim nessa “peleja”.*

*P: Não tinha como encontrar quem tava dirigindo a greve?*

*E: Não, ali não teve não.*

*P: Não havia identificação?*

*E: Não, nem o pessoal do setor de negociação...não tinha não.*

*P: Por isso que demora tanto [para desbloquear a estrada]?*

*E: Por isso que demora!*

*P: Mas é uma forma deles se prevenirem pra não ficar marcado...*

*E: É, exatamente!*

Portanto, a “ausência” de líderes públicos não significa necessariamente ausência de lideranças entre os trabalhadores canavieiros. Em nossas entrevistas com os cortadores de cana, foi comum escutar o termo “os cabeças”, que seriam aqueles com maior capacidade de persuasão e disposição para enfrentar os usineiros, deixando clara a existência de líderes.

---

<sup>120</sup> Essas informações foram colhidas no site da FETAG-AL: <http://www.fetagal.org.br/>

<sup>121</sup> A usina Guaxuma fica localizada no município de Coruripe, que faz fronteira com Teotônio Vilela.

<sup>122</sup> Durante os dias 6 e 7 de janeiro de 2011.

<sup>123</sup> Entre os dias 8 e 12 de fevereiro de 2011.

<sup>124</sup> Entrevista realizada em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

Porém, a liderança exercida de modo oculto foi um meio encontrado para tentar minimizar a repressão, tanto da greve como um todo, quanto sobre os líderes. Por isso, os trabalhadores se organizavam de um modo que aparentasse desorganização. A aparente falta de tática para negociar também era uma tática:

*P: Como foi que o pessoal resolveu parar os trabalhos?*

*E: Nós chegamos lá no serviço e começamos a trabalhar. Aí chegou um trabalhador mesmo de moto, avisando que era para parar todo mundo. Os “caras” vinham doido de pedra para arrebentar tudo. Aí pronto: nós “paramos” tudo.*

*P: Alguém tentou continuar trabalhando?*

*E: Ninguém não. Mas eu sei que ajuntaram os carros [ônibus] tudinho num canto só e fomos s'imbora.*

*P: Todos os ônibus?*

*E: Desceram todos para usina.*

*P: Foram para a porta da Seresta?*

*E: Foi. Os carros [ônibus] pararam no pátio da usina. Aí... eu pensei que eles iam fechar a usina mesmo lá, mas não, voltaram para pista. Aonde tinha pau... tudo eles arrocharam no meio da pista e tocaram fogo. Só se via a fumaça. Pararam tudo.*

*P: Isso foi mais ou menos em que horário?*

*E: Foi logo de manhã. Por volta dumas dez horas.*

*P: E chegou gente da usina para negociar logo?*

*E: Os “caba” [pessoal] da usina nem perto chegou.*

*P: E a polícia Federal chegou que horas?*

*E: Primeiro chegou a polícia daqui. Os caras botaram logo para lavrar [correr]: “Ninguém quer conversa com vocês não: desaba”. Aí eles subiram a ladeira de novo. Depois chegou o BOPE. O BOPE ficou só de longe, viu que o povo tinha razão, não é? Ficou tudo de longe, nem perto chegou.*

*P: Vocês estavam com as ferramentas de trabalho, facão...*

*E: É... A maioria lá estava tudo de facão.*

*P: Ninguém queria nem chegar perto. E o BOPE ficou só olhando?*

*E: Ficaram lá só de fora olhando. Depois chegou a Federal, tentou conversar com os caras lá, mas os caras não quiseram conversa com eles também.*

*P: Queriam negociar direto com o gerente da usina?*

*E: Com o gerente mesmo... com o gerente geral, não é? Mas ele não foi lá. Eu sei que quando foi na base dumas quatro horas da tarde eu vim embora. Aí eles ainda ficaram pra lá. Saiu depois um carro com um bocado de gente pra Maceió, da turma, da turma mesmo geral que trabalha na*

*Seresta. Isso foi de noite, saíram já de noite. Eu sei que passou a noite por lá. Quando foi no outro dia ninguém foi trabalhar. Ninguém trabalhou.*

A partir da narrativa acima, podemos inferir que a tática de não negociar com a polícia não decorre meramente da necessidade de proteger “os cabeças”, mas, sobretudo, pela compreensão de que a polícia não seria capaz de atender as reivindicações. O depoimento também revela que, em decorrência da dispersão das turmas pelas diferentes áreas do canal, a articulação para iniciar a greve teve que ser feita mediante a ação de trabalhadores motorizados. Todas as turmas de cortadores de cana da Seresta aderiram ao movimento, diferentemente da greve da usina Guaxuma<sup>125</sup>, que só conseguiu unificar todas as turmas apenas durante o segundo dia de greve, como indica o depoimento abaixo:

*Pesquisador (P): O pessoal da cidade de Teotônio, os “da rua”, como costumam ser chamados, foram para a greve no dia do fechamento [da rodovia federal]?*

*Entrevistado (E): Foram no outro dia [no segundo dia da greve deflagrada pelos sertanejos na usina Guaxuma]. O pessoal se reuniu, entraram quarenta e cinco no ônibus e pararam doze ônibus [de trabalhadores ‘da rua’], aí levaram os doze ônibus para porta da usina. [...]*

*P: E eles [os ‘da rua’] participaram depois desse dia?*

*E: Não. Eles só pararam um dia. Aí depois mandaram falar para gente: que eles não poderiam parar mais, e que muitos pagavam aluguel, mas estavam em acordo com a gente. Se a gente voltasse a trabalhar eles davam o maior apoio, mas se nós não quiséssemos, eles davam mais ainda que era para a gerência sentir o que estava fazendo. Aí eu retornei a ligação para um deles, eu falei: “É, vocês tão no direito de vocês e nós estamos no nosso. Só que é aquela história, se vocês parassem dois dias facilitava melhor para gente.”*

*P: Porque era todo mundo junto...*

*E: Era, “mas já que vocês não querem... sigam em frente que nós vamos seguir em frente também”.*

Essa desarticulação dos trabalhadores canavieiros da Guaxuma enfraqueceu significativamente a greve, pois, pelo trabalho “dos da rua”, a usina continuou moendo cana.

---

<sup>125</sup> Dentre os fatores que dificultaram a unidade na greve da usina Guaxuma, está o critério de formação das turmas, que separa os trabalhadores “da rua” dos sertanejos, e isso faz com que eles cortem a cana em turmas e em locais distintos. Ademais, a esmagadora maioria dos sertanejos que trabalha na Guaxuma reside em um alojamento afastado da área urbana. Sendo assim, o contato dos sertanejos com “os da rua” é muito escasso.

Na Seresta, essa mesma situação assume contornos diferentes, visto que os sertanejos e “os da rua” podem trabalhar numa mesma turma. Isso ocorre tanto porque o número de migrantes na Seresta é pequeno, quanto pela ausência de alojamento nessa empresa.

Esse é um dos fatores que explicam a derrota (do ponto de vista mais imediato) da greve da Guaxuma e a vitória dos canavieiros na Seresta<sup>126</sup>. Na primeira, 22 trabalhadores considerados como “os cabeças” foram demitidos, a demissão foi marcada pela intimidação de policiais que obrigavam os trabalhadores dispensados a se retirarem do alojamento (propriedade privada da usina), não foram dadas garantias algumas em relação ao fim do contrato safrista. Na segunda greve, os trabalhadores conseguiram alterar a forma de contrato de trabalho no segundo dia de paralisação.

Abaixo segue uma foto que demonstra como as teias de poder dos usineiros extrapolam os eitos e adentram o Estado:



**Figura 14: Posto policial a poucos metros da usina Sinimbu, localizada no município de Jequiá da Praia. Foto: Lúcio Verçoza – 30-10-2011.**

Ainda é interessante nos determos brevemente na greve da Guaxuma, pois ela vai de encontro (em sentido contrário) ao que diz parte da literatura sobre o trabalho de migrantes nos canaviais alagoanos. Padrão (1997, p.140), ao analisar a reestruturação produtiva numa das usinas localizadas no município de Coruripe, afirma que os trabalhadores sertanejos são

---

<sup>126</sup> Outro fator que pode ter contribuído para a vitória da greve da Seresta, diz respeito ao fato de Teotônio Vilela Filho, atual governador de Alagoas, ser um dos donos dessa usina. O prolongamento da greve poderia ampliar ainda mais o seu desgaste político.

vistos pela gerência da empresa como “os mais produtivos e disciplinados”. No mesmo sentido, Mello (2002, p. 175 e 176) afirma que

as usinas e destilarias, notadamente aquelas localizadas nos “tabuleiros” [alagoanos], baseadas em experiências de **enfrentamento** vivenciadas pelos grupos empresariais em outras regiões, começaram a dar prioridade à contratação de trabalhadores oriundos de outros locais, praticamente confinando-os em galpões e alojamentos no interior das propriedades durante a vigência da safra [grifo nosso].

Francisco Alves também sugere que o interesse da agroindústria canavieira paulista em empregar força de trabalho migrante, do Nordeste especialmente, está relacionado, dentre outros fatores, ao conjunto de pressões que os fazem ser considerados mais “tranquilos, que não criam confusão, de trato fácil”(ALVES, 2007, p. 46). Mesmo que Alves esteja analisando um caso de migração regional, que difere da migração intraestadual dos sertanejos que trabalham na Guaxuma e na Seresta, é válido sublinhar a existência de uma linha de argumentação que explica a preferência das usinas pelos trabalhadores migrantes, não somente por sua suposta maior produtividade<sup>127</sup>, mas, também, por sua maior docilidade à submissão, à exploração-dominação, quando comparados aos trabalhadores locais.

A mesma representação do migrante sertanejo como trabalhador dócil e submisso, de trato fácil, reaparece na representação simbólica e no discurso da gerência de usinas e de trabalhadores canavieiros (os do lugar) em Pernambuco:

Os pernambucanos enfatizam que os paraibanos [migrantes do sertão] tendem a aceitar as condições impostas pela usina, porque procedem de lugares distantes, vivem em situação de miséria e, naturalmente, precisam manter seus empregos (MENEZES, 2002, p.187).

Todavia, Menezes adota uma perspectiva de questionamento dessa leitura do sertanejo como trabalhador dócil (que a autora chama de “discurso dominante”) por meio da análise das práticas cotidianas de resistência e das greves. Na análise das formas de resistências cotidianas, Menezes (Idem) demonstra que esses trabalhadores constroem diversas formas de microrresistência, porém, quanto às greves analisadas por Menezes, os canavieiros migrantes do sertão paraibano em momento algum aparecem como protagonistas. Quando participam, é sempre de forma subalterna. Mesmo quando foram o estopim de uma greve (por não

---

<sup>127</sup> Como já vimos no segundo capítulo da presente dissertação, a suposta maior produtividade dos canavieiros migrantes deve ser analisada criticamente.

aceitarem ser transportados em caminhões)<sup>128</sup>, esta foi dirigida desde o início pelo sindicato local.

A greve da usina Guaxuma parece-nos paradigmática, justamente, por inverter o discurso que Menezes chamou de “dominante”, visto que os migrantes sertanejos foram muito mais combativos do que os trabalhadores “da rua”. Isso demonstra que, mesmo submetidos a condições objetivas extremamente adversas, os sertanejos são capazes de resistir por meio de um enfrentamento público e coletivo.

Consideramos que seria infrutífero investigar as causas mais profundas do protagonismo dos sertanejos na greve da Guaxuma, pois, como nos alerta Rosa de Luxemburgo (2011, p. 307):

O elemento da espontaneidade desempenha, como vimos, um grande papel na greve de massas, sem exceção, seja como elemento propulsor ou como elemento repressor. Mas isso não decorre de, na Rússia, a social-democracia ainda ser jovem ou fraca, mas porque para cada ato isolado da luta concorrem incalculáveis elementos econômicos, políticos e sociais, gerais e locais, materiais e psíquicos, de modo que nenhum ato pode ser determinado e realizado como um exemplo aritmético.

Quando Luxemburgo utiliza termos como “espontaneidade” e “lutas espontâneas”, ela não está se referindo a ações desorganizadas ou impensadas, mas, sim, a lutas de caráter público que não foram produzidas por organizações políticas já estruturadas, como sindicatos e partidos<sup>129</sup>. Para Luxemburgo (Idem, p.318), o “entendimento rígido, mecânico-burocrático, só admite a luta como produto da organização que atinja certa força. O desenvolvimento dialético vivo leva, ao contrário, à organização como produto da luta.” Com isso, Luxemburgo destaca que o elemento espontâneo – espontaneidade – desempenha um papel fundamental nos rumos da luta de classes. Essa formulação guarda semelhanças com o conceito thompsonian de experiência, pois para ambos a luta de classes não é produzida somente pela ação dos partidos e sindicatos.

No tocante à greve espontânea da Guaxuma, ainda que aparentemente ela tenha sido derrotada, o saldo geral das greves da safra 2010-2011 foi positivo, visto que na safra 2011-2012 apenas a usina Coruripe continua trabalhando com o contrato safrista<sup>130</sup>. Mas, mesmo

---

<sup>128</sup> A referida greve ocorreu em dezembro de 1992, no município de Igarassu/PE (MENEZES. 2002, p. 203).

<sup>129</sup> Rosa de Luxemburgo escreveu *Greve de massas, partido e sindicatos* em 1906; levando em consideração esse contexto histórico, a autora considera como organizações políticas do proletariado os sindicatos e os partidos. Na conjuntura atual, podemos incluir os movimentos sociais, como os do sem terra, sem teto, desempregados, indignados, piqueteiros, zapatistas, dentre outros com teor semelhante, como organizações políticas dos trabalhadores.

<sup>130</sup> De acordo com informações coletadas no site da FETAG-AL: <http://www.fetagal.org.br>

que essas conquistas tenham sido frutos de árduas e perigosas lutas, é preciso reconhecer os seus limites, pois, devemos estar cientes de que as formas de resistência analisadas nesse capítulo são lutas individuais e coletivas “contra os efeitos, mas, não contra a causa desses efeitos” (MARX, 1982b, p. 184).

Todavia, também não podemos nos esquecer de que a condição *sine qua non* para que sejam realizadas lutas contra as causas da exploração-dominação, é estar vivo. E é exatamente pela sobrevivência que os trabalhadores canavieiros alagoanos lutam atualmente. E nessa luta os laços de solidariedade de classe são fortalecidos, as máscaras dos inimigos tornam-se transparentes, as pequenas conquistas vão demonstrando que é possível sonhar mais alto.

### 3.2- A máquina movente para demover os movimentos de paralisação

Após as greves e paralisações da safra 2010-2011, o espectro do fim do corte manual da cana foi fortalecido. O informativo do sindicato dos usineiros de Alagoas anunciou que:

Com o avanço do processo de mecanização no campo, o setor sucroenergético alagoano segue a tendência e amplia o número de máquinas destinadas à colheita da cana. Nesta safra [2011-2012], mais de **20 colhedoras** foram adquiridas. Com configurações específicas para operar na topografia existente em Alagoas, cada equipamento substitui, em média, 80 homens necessários para a colheita manual. “A mecanização é uma tendência e **não tem como ser evitada**. O mercado é **competitivo**. Na região sul [de Alagoas] ela é favorável por conta da topografia dos tabuleiros e pode ultrapassar mais de 50% da colheita nas próximas safras”, declarou o gerente administrativo da usina Sinimbu, Silvano Alves, informando que, no ciclo atual, a unidade já conta com sete máquinas na colheita e uma adaptada para o plantio. [...] Segundo o Sindaçúcar-AL, Alagoas conta atualmente com 20% de sua área de cana colhida por máquinas. (AGORA – Informativo do Sindaçúcar-AL, 2011, grifos nossos).

Nesse contexto, cortadores de cana, bituqueiros, cabos e operadores de carregadeira temem o fim dos seus postos de trabalho. Abaixo, seguem trechos da entrevista realizada com um cabo da usina Seresta<sup>131</sup>:

*Entrevistado: Eles [os sindicalistas] falaram que no ano passado tinha oitenta mil trabalhadores no estado de Alagoas cortando cana; por causa delas [das máquinas] esse ano só tem sessenta mil, e eles têm uma previsão para 2015, de estar com **100 máquinas** em Alagoas. [...] eles acham que em 2015 só haverá **vinte mil pessoas** no corte da cana.*

---

<sup>131</sup> Fragmentos da entrevista realizada em 29 de outubro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG-AL) divulgou a sua estratégia “combativa”:

Este ano, o setor canavieiro foi responsável por cerca de 60 mil contratações em Alagoas. De acordo com o presidente da Fetag/AL, Genivaldo Oliveira, houve uma diminuição no número de trabalhadores contratados no Litoral Sul do Estado devido à **mecanização** que substituiu o trabalho humano. Entretanto, segundo ele, houve uma compensação no Litoral Norte, por causa do aumento da safra na região. “A tendência, nos próximos dez anos, é reduzir o número de trabalhadores no setor. Por isso, o **governo** precisa de soluções para evitar um grande número de desempregados. Já estamos com projetos pensando alguns programas que vão servir como **assistência**”, afirmou Genivaldo (FETAG, 2011, grifos nossos).

Algumas pesquisas acadêmicas já realizam projeções dos impactos do processo de mecanização da colheita da cana em Alagoas<sup>132</sup>:

[...] podemos perceber que o setor sucroalcooleiro brasileiro já vem se organizando de diversas formas para que toda a cana plantada seja colhida por meio de máquinas colheitadeiras. **A mecanização invade o setor sucroalcooleiro do país e, em virtude da competitividade, não poderia ser diferente em Alagoas** (BERTOLDO et al, 2011, p. 148, grifos nossos).

É de extrema relevância que a sociedade passe a se perguntar sobre qual será o destino desses milhões de trabalhadores rurais cortadores de cana espalhados pelas usinas brasileiras, cujo perfil indica um nível de escolarização muito baixo ou ausente, que não lhes permite migrar para outras atividades, inclusive no próprio setor canavieiro. Isso se agrava, sobretudo, num Estado como Alagoas, cuja geração de empregos é insuficiente para suprir a necessidade de sua população. Os problemas sociais derivados da dispensa dos trabalhadores em razão da mecanização da produção serão de proporções alarmantes, traduzidos principalmente no alto grau de pobreza e violência (Idem, 2011, p. 153).

No entanto, julgamos que antes de investigarmos os efeitos da mecanização nos canaviais alagoanos, é imprescindível que busquemos compreender por que algumas usinas de Alagoas estão adotando a colheita mecanizada. Começemos a partir da linha de raciocínio das citações acima: seria porque usinas localizadas em São Paulo já a adotam intensamente e, sendo assim, aquelas que ainda não a incorporaram perdem competitividade? Quando o uso de maquinário barateia o custo de produção em usinas de determinadas localidades, fatalmente, as usinas de outras regiões terão que adotá-lo? Para elucidar essas indagações, consideramos necessário retomar passagens da análise de Marx (1985, p. 21 e 22) sobre a *Transferência de valor da maquinaria ao produto*:

---

<sup>132</sup> Como a dissertação de Santos (2011), que objetiva traçar quais seriam os impactos de uma mecanização massiva na colheita da cana, em Alagoas.

Considerada exclusivamente como meio de baratear o produto, o limite para o uso da maquinaria está em que sua própria produção custe menos trabalho do que o trabalho que sua aplicação substitui. Para o capital, no entanto, esse limite se expressa de modo mais estreito. Como ele não paga o trabalho aplicado, mas, o valor da força de trabalho aplicada, o uso da máquina lhe é delimitada pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho substituída por ela. Como a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho é diferente em diferentes países, como no mesmo país em diferentes períodos ou no mesmo período em diferentes ramos de atividades; como, além disso, o verdadeiro salário do trabalhador ora cai abaixo do valor da própria força de trabalho, ora se eleva acima dele, a diferença entre o preço da maquinaria e o preço da força de trabalho a ser substituída por ela pode variar muito [...] Por isso, são inventadas hoje, na Inglaterra, máquinas que só são empregadas na América do Norte [...] A própria máquina, em países há mais tempo desenvolvidos, produz, por sua aplicação em alguns ramos de atividade tal excesso de trabalho (*redundancy of labour*, diz Ricardo), em outros ramos, que aí a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede o uso da maquinaria e torna-o supérfluo, freqüentemente impossível do ponto de vista do capital, cujo lucro surge de qualquer modo da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago. [...] Os ianques inventaram máquinas britadoras. Os ingleses não as utilizam porque o “miserável” (*wretch* é o termo da Economia Política inglesa para trabalhador agrícola) que faz esse trabalho recebe como paga parte tão diminuta de seu trabalho que a maquinaria encareceria a produção para o capitalista.

Dessa longa explanação, podemos concluir que só interessa ao capitalista empregar a maquinaria quando o valor da máquina é mais barato do que o valor da força de trabalho substituída por ela (lembrando que a máquina não cria valor, ela somente o transfere). Como o valor da força de trabalho não é o mesmo em distintos países, ou em diferentes regiões de um mesmo país<sup>133</sup>, é possível, por exemplo, o capital agroindustrial canavieiro situado em São Paulo baratear o custo da produção mediante o uso de máquinas colheitadeiras sem acarretar, fatalmente, necessidade de incorporação de máquinas colheitadeiras em canaviais de Alagoas. Isto porque, se em Alagoas o valor da força de trabalho a ser substituída pela colheitadeira for mais baixo do que o valor da máquina, a maior competitividade da agroindústria canvieira alagoana se realizaria justamente por meio do corte manual da cana. Sendo assim, o usineiro não teria interesse em mecanizar a colheita em solo alagoano. Portanto, a tese de que a “mecanização invade o setor sucroalcooleiro do país e, em virtude da competitividade, não poderia ser diferente em Alagoas”, carece de mediações. A decisão do capitalista em mecanizar não decorre de imitações intuitivas, ela é baseada, sobretudo (mas não somente), na análise do custo da produção.

Todavia, não devemos concluir que “a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho” necessariamente “impede o uso da maquinaria e torna-o supérfluo”, visto que, em

---

<sup>133</sup> Lembrando que o valor da força de trabalho é medido basicamente “pelos valores das mercadorias necessárias à sua manutenção” (MARX, 1982b, p. 165). Como vimos em linhas atrás, esse valor oscila no decorrer da incessante luta entre o capital e o trabalho.

determinadas circunstâncias, a maquinaria pode ser utilizada para evitar altas no valor da força de trabalho já espoliada:

A maquinaria não atua, no entanto, apenas como concorrente mais poderoso, sempre pronto para tornar o trabalho assalariado “supérfluo”. Aberta e tendencialmente, o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalho. Ela se torna a **arma mais poderosa** para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves etc., contra a autocracia do capital. Segundo Gaskell, a máquina a vapor foi desde o início um antagonista da “força humana” que capacitou os capitalistas a esmagar as crescentes exigências dos trabalhadores, que ameaçavam levar à crise o nascente sistema fabril. Poder-se-ia escrever toda uma história dos inventos que, a partir de 1830, surgiram apenas como armas do capital contra motins dos operários (MARX, 1985, p.51 e 52, grifos nossos).

Essa passagem indica que a maquinaria pode ser utilizada, não somente como instrumento para baratear imediatamente o custo da produção, nem tampouco como simples meio de gerar mais-valia relativa, pois, mesmo que o valor da máquina seja superior ao da força de trabalho que ela substitui, ainda assim, ela pode ser empregada para frear greves e movimentos que poderiam resultar em elevação dos salários, mudanças nas relações de trabalho e etc. É importante compreender por que Marx adotou o verbo “proclamar” na frase: “o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalho” (Idem). Ele poderia ter-se limitado a dizer que o capital maneja a maquinaria como potência hostil ao trabalho, mas não seria tão preciso, visto que, em uma conjuntura de ascensão das greves, não basta incorporar algumas máquinas, é preciso ainda “anunciar em voz alta” que as máquinas irão “substituir um número x de trabalhadores”; o capital precisa bradar que “a mecanização é um caminho inevitável” para que as máquinas cumpram eficazmente a sua tarefa repressiva, que está ancorada no efetivo medo do desemprego.

No que tange ao uso de colheitadeiras nos canaviais paulistas, segundo Alves (1991, p. 84), foi somente após o ciclo de greves, iniciado em Guariba (1984), que a mecanização se tornou mais intensa:

Através de entrevistas, realizadas com uma série de usineiros da Região de Ribeirão Preto, ficou claro que a decisão de mecanizar o corte da cana não foi tomada unicamente com base na viabilidade econômica da mecanização, frente ao corte manual, numa comparação entre o custo de operação da máquina e tempo de amortização de investimento versus custo de mão-de-obra dos cortadores de cana. O que foi revelado, textualmente, nessas entrevistas, é que a mecanização do corte foi incentivada, a partir de 1984, devido às greves anuais de trabalhadores assalariados rurais da região que, ao paralisarem o corte, paralisavam também as usinas. Nestas condições, a mecanização do corte da cana era, segundo os usineiros, a forma de adquirirem maior poder de barganha para negociar a pauta de reivindicações dos trabalhadores, sem as unidades de produção paralisadas. Com a mecanização do

corte, as usinas podem continuar funcionando, mesmo com os cortadores de cana em greve, moendo a cana cortada pelas máquinas.

A citação acima evidencia claramente como a colheita mecanizada tende a enfraquecer as greves dos cortadores de cana, visto que a máquina não impõe somente o medo do desemprego, ela ainda possibilita que a produção de açúcar e álcool não seja paralisada durante uma greve dos cortadores. Portanto, existe também uma lógica política subjacente ao processo de emprego mais intensivo de colheitadeiras nos canaviais paulistas<sup>134</sup>, pois, pela lógica estritamente econômica, as máquinas ainda acarretam elevação dos custos de produção:

Do lado dos usineiros, a supressão da queima através da mecanização, além de envolver novos custos, ainda não está tecnicamente resolvida. Existem problemas, tais como a ainda reduzida longevidade do canavial, quando submetido ao corte mecânico, a ocorrência de novas pragas e o não aproveitamento da palha para geração de energia elétrica. Esses problemas técnicos levam à elevação de custos de produção, que comparativamente à forma de exploração da força de trabalho ora existente, com elevada produtividade do trabalho e baixa remuneração, leva a que um conjunto de usineiros e fornecedores prefiram o corte manual (ALVES, 2009, p. 165).

No tocante ao emprego do corte mecanizado em Alagoas, segundo Mello (2002, p. 108), a primeira empresa a adotá-lo foi a usina Triunfo, em 1997<sup>135</sup>. Em 2002, cinco usinas do estado utilizavam colheitadeiras. Naquele ano, a estimativa era que, em uma década (até 2012), o maquinário substituiria cerca de “80% dos trabalhadores empregados nos canaviais alagoanos” (idem). Passados os dez anos, esses números não se materializaram. Mas, novas estimativas que partem do pressuposto da inevitabilidade da mecanização em massa, em curto prazo, continuam sendo proclamadas. Essas “previsões” desconsideram não somente a análise do custo da força de trabalho e dos rumos da luta de classes, elas ignoram, inclusive, os atuais limites técnicos das máquinas colheitadeiras.

Entrevistamos um cabo da usina Seresta que apontou alguns desses limites<sup>136</sup>:

*Entrevistado: Então, no momento, essas máquinas não são benéficas para o trabalhador, a gente já ouviu eles conversando... no futuro, muitas pessoas ficarão desempregadas. Para a usina, não*

---

<sup>134</sup> Para Alves (2009, p. 160), a mobilização de um amplo conjunto de organizações da sociedade civil pelo fim da queima dos canaviais, é também um fator que pressiona pelo uso mais intenso das colheitadeiras em São Paulo.

<sup>135</sup> Como escrevemos em linhas atrás, diferentemente de São Paulo, nos anos 1980 em Alagoas não existiu um forte acirramento da luta de classes nos canaviais. Ademais, não houve (como ainda não há) mobilização pelo fim das queimadas dos canaviais e nem uma legislação específica que regulamente a sua eliminação (SANTOS, 2011).

<sup>136</sup> Entrevista realizada em 29 de outubro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

*sei se eles fizeram cálculos, mas só pelas duas [colheitadeiras] que trabalharam o ano passado a gente já viu o prejuízo. Nós replantamos três lotes, se a terra estiver seca elas cortam bem, se a terra estiver molhada ela estraga a cana, porque os facões dela não são tão amolados quanto o facão que o trabalhador amola,... então, elas cortam, mas também arrancam. Então, o futuro vai ser ruim para o trabalhador, porque vai ter menos emprego, para a empresa vai haver as suas economias de um lado, mas também os seus prejuízos de outro.*

Segundo um trabalhador da usina Sinimbu, no início da safra 2011-2012 a gerência da usina se reuniu com os operadores de carregadeiras para informá-los da possibilidade de desemprego em massa em razão das novas colheitadeiras. Como a cana cortada mecanicamente é jogada direto no transbordo, não haveria mais a necessidade da empresa contratar tantos operadores de carregadeiras. Ele nos informou que nessa mesma safra, a usina Sinimbu ficou 12 horas sem moer, em decorrência da paralisação de suas sete máquinas colheitadeiras que, nesse dia, estavam em manutenção ou em conserto.



**Figura 15: Colheitadeira jogando canas no transbordo. Foto: Lúcio Verçoza – 20-5-2011.**

Como foi mencionado no primeiro capítulo, a usina Sinimbu foi pioneira no plantio de cana nos tabuleiros. Grande parte dos seus canaviais está situada em terras planas ou com pouca declividade, possibilitando a realização do corte mecanizado. Todavia, do total da área plantada de Alagoas, apenas 61% têm aptidão à mecanização do corte (IBGE, 2006 Apud

TORQUATO & FRONZAGILA & MARTINS, s.d.). Ou seja, o limite técnico atual impossibilita que 39% da área plantada sejam cortadas mecanicamente.

Esses fatores indicam que não haverá extinção do corte manual da cana em um curto prazo. Ademais, é necessário levar em consideração se a mecanização em massa seria viável para os usineiros, pois, como já foi salientado anteriormente, o valor da força de trabalho do cortador em de cana em Alagoas é muito baixo. Mas, ainda existe uma questão pendente: por que algumas usinas de Alagoas estão comprando máquinas colheitadeiras? O depoimento abaixo nos fornece algumas pistas:

*Naquela época, a gente podia lutar por alguns direitos que a gente queria, e alguns direitos que a gente tem aí, a gente brigou muito e conseguiu. Hoje, se você for lutar por melhores condições de vida, ou por qualquer direito que a gente queira, você fica desempregado. Porque tem as máquinas para trabalhar. Se não tiver o nosso serviço, tem o serviço das máquinas. Eles colocam as máquinas. Então, às vezes, a pessoa é obrigada a aceitar ganhar aquele pouco, porque é muito melhor ganhar pouco do que ficar sem nada (Depoimento de uma ex-cortadora que trabalhou nos canaviais paulistas. In: FRAGMENTOS [documentário], 2011).*

Assim como as “máquinas monstros” (SILVA, 1999) foram empregadas como resposta dos usineiros às greves de São Paulo nos anos 1980, as máquinas moventes vieram para tentar demover os movimentos de greves e paralisação nas usinas de Alagoas. Como tem sido demonstrado em estudos sobre os canaviais paulistas, o forte avanço da mecanização da colheita não está resultando em total eliminação do trabalho manual, porém em novos arranjos no mercado de trabalho e também nos métodos de exploração da força de trabalho. Parte significativa das mulheres canavieiras de São Paulo, por exemplo, trabalha atualmente em novas atividades que surgiram em decorrência da mecanização, como a catação de pedras (SILVA, 2011).

No caso de Alagoas, a nossa hipótese é que o processo de mecanização da colheita não implicará o fim do corte manual da cana em curto prazo (não somente pelos atuais limites técnicos), pois, os usineiros objetivam manter o corte manual de modo que: 1) intensifique ainda mais o trabalho do cortador de cana; 2) garanta que a usina moa cana mesmo em casos de paralisações e greves dos cortadores; 3) rebaixe o valor da força de trabalho do canavieiro

(que já é superexplorada<sup>137</sup>). Se isso vai se concretizar? Como já demonstrou a história, depende dos rumos da luta de classes.

---

<sup>137</sup> Conforme aponta Marini (2005: 156), “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor a sua força de trabalho” são características da superexploração do trabalho. Nos canais alagoanos o primeiro e último desses mecanismos de exploração ocorrem de modo combinado. Ou seja, tanto o trabalhador tem a sua força de trabalho prematuramente desgastada pela alta intensidade do trabalho, quanto o trabalho é remunerado abaixo do seu valor.

## Considerações finais

O trajeto que percorremos ao analisar o processo de exploração-dominação do trabalho nos canaviais alagoanos demonstrou que nesta agroindústria o trabalho não pago assume taxas altíssimas. A “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005) não se realizou somente quando as terras dos tabuleiros foram expropriadas, ela ainda se realiza em cada “eito gigante”, “eito igualado”, “pulo da vara” e *bituca* no pé de máquina. Parte do trabalho necessário ao trabalhador canavieiro para repor a sua força de trabalho também é expropriada pelos usineiros que, para realizar isso, empregam trabalhadores dotados de um perfil altamente produtivo e os submetem a novos mecanismos de organização e controle/disciplinamento do trabalho. Esses fatores, aliados ao método de remuneração por produção, fazem com que o trabalhador, mesmo não recebendo sequer o valor da sua força de trabalho, intensifique ainda mais o trabalho nos canaviais.

Essa superexploração (MARINI, 2005) do trabalho dos assalariados canavieiros, engendra o desgaste prematuro da sua força de trabalho. Isso significa que, em decorrência da elevada intensidade do trabalho e das precárias condições de vida, muitos trabalhadores desenvolvem problemas de saúde que os impossibilitam de continuar trabalhando, ainda na flor da idade. Só interessa ao capital agroindustrial canavieiro desgastar prematuramente a força de trabalho porque o mercado para o corte da cana está repleto de trabalhadores jovens. Dessa forma, a rápida e barata reposição da força de trabalho está garantida e o trabalho degradante pode ser prolongado no tempo e no espaço.

Por outro lado, seria um ledó engano imaginarmos que os trabalhadores canavieiros são completamente submissos e resignados em relação à exploração-dominação da força de trabalho. Ainda que envolvidos em uma correlação de forças extremamente desfavorável, os trabalhadores canavieiros resistem, tanto em ações individuais e ocultas (boicotando os padrões do corte, sabotando o canavial, abrindo roçados em suas fendas, etc.), quanto em formas de lutas coletivas e públicas. Apesar dos limites dessas ações, que combatem os efeitos da exploração-dominação da força de trabalho, mas não as suas causas, essas práticas de resistência são fundamentais para minimizar a degradação do trabalho e para possibilitar que as lutas sejam elevadas a um patamar que questione o próprio trabalho assalariado e seus fundamentos.

Em resposta às greves e paralisações de 2007 a 2011, que objetivavam melhorar as condições de trabalho e alterar a forma de contratação da força de trabalho, alguns usineiros reagiram com o emprego de mais máquinas colheitadeiras. Com isso, nas usinas que adotam o corte mecanizado, não basta que os cortadores de cana entrem em greve para paralisar a produção de açúcar e álcool, pois, as máquinas colheitadeiras possibilitam que a usina continue sendo abastecida com canas cortadas. Nesse novo quadro, se as greves e paralisações dos cortadores de cana não forem articuladas ao conjunto dos trabalhadores dessa agroindústria (especialmente com os operadores de colheitadeiras), elas tendem a perder força.

O fato de as últimas greves e paralisações dos canavieiros terem sido organizadas à revelia dos sindicatos, sem o apoio de trabalhadores de outras atividades dessa agroindústria e de organizações dos trabalhadores de outros setores da economia, não ilustra somente a falência dos sindicatos de trabalhadores rurais, mas, também, a debilidade da esquerda alagoana que poderia estar efetivamente apoiando a luta pela melhoria das condições de trabalho dos canavieiros. As ações grevistas desses trabalhadores em Alagoas nem foi produto da atuação de uma organização política externa e nem produziu uma organização política permanente dos canavieiros.

Os movimentos de luta pela terra empreendidos por organizações como: MST, CPT, MLST, MTL e LCP em Alagoas, que já organizaram um expressivo número de trabalhadores em acampamentos e assentamentos, os partidos de esquerda e o movimento estudantil, poderiam se tornar pontos de apoio essenciais para o fortalecimento das ações de resistência dos canavieiros. Mas para que essa frente se torne concreta, essas forças não podem se relacionar com os canavieiros apenas e enquanto eles possam ser imediatamente úteis para os seus programas específicos<sup>138</sup>. Para que essa frente se torne efetiva, o ponto de partida deve ser a luta contra os problemas mais imediatos dos trabalhadores canavieiros. Desse modo, os partidos e os movimentos não estariam apenas apoiando esses trabalhadores, mas, sobretudo, ouvindo e aprendendo em meio a uma luta que pode atacar diretamente o núcleo de produção de mais-valia dos capitalistas que dirigem o Estado em Alagoas: os usineiros.

---

<sup>138</sup> As poucas tentativas de aproximação foram regidas por essa lógica. Como a jornada da CPT/AL “Em Defesa da Terra e dos Direitos dos Canavieiros”, realizada em abril de 2008 no município de Messias. Essa iniciativa objetivava incentivar ações de denúncia contra o trabalho escravo e estimular os canavieiros para a luta pela reforma agrária. A alternativa apontada pela CPT era a luta pela terra, a luta por transformações profundas nas relações de trabalho nos canaviais alagoanos não estava na pauta.

## Referências

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Casa, Cana e Poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. Campinas, 1991. Tese de Doutorado – Universidade de Campinas.

\_\_\_\_\_. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (Orgs.). São Carlos: EdUFSCar, 2007, pp. 21-54.

\_\_\_\_\_. **Por que morrem os cortadores de cana?** s.l.:s.e., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf> Acesso em 2 de Junho de 2008.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. In: **RURIS**, Vol. 3, N.1, Campinas, p. 153-178, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios-do-açúcar no nordeste oriental: IV Rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

\_\_\_\_\_. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 5ª. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: **O Aveso do Trabalho**. ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria A. de Moraes (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. O Trabalho e seus sentidos. s. d.. Endereço eletrônico: <http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/ANTUNES%20TRAB%20SENTIDOS%20LUIZINHO.pdf> Acesso no dia 28 de maio de 2009.

BERTOLDO, Edna et al. Trabalho e educação dos trabalhadores do corte da cana: uma análise do contexto da modernização do setor sucroalcooleiro em Alagoas. In: **Trabalho e Capitalismo Contemporâneo**. PLANCHEREL, Alice & BERTOLDO, Edna (Orgs). Maceió: EDUFAL, 2011.

BEZERRA, Gregório. **Memórias (Primeira parte 1900 – 1945)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. (vol. 1, série 1ª, Estudos Brasileiros). São Paulo: Edusp, 1987, 484p.

\_\_\_\_\_. Cultura e desenraizamento. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2004, p. 16-41.

BRANDÃO, Théo. **O reisado alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007

CANDIDO, Paulo & MALAGODI, Edgard. Mobilização de Trabalhadores Canavieiros e Ação Estatal no Setor Sucroalcooleiro do Nordeste Brasileiro. Porto de Galinhas: GT 21 ALASRU, 2010. Fonte: [www.alasru.org](http://www.alasru.org). Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2000.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra, 2009. Disponível em: <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=1858> . Acesso em: 9 de fev. de 2009.

CONAB, Cana-de-Açúcar - Segundo Levantamento da Safra 2008. Acesso em [www.sindicucar-al.com.br](http://www.sindicucar-al.com.br)

CONAB, Acompanhamento de safra brasileira : cana-de-açúcar, terceiro levantamento, janeiro/2011 - Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília : Conab 2011.

COVER, Maciel. **O “Tranco da Roça” e a “Vida no Barraco”**: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. Campina Grande, 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Do estudo sobre as convenções coletivas da categoria canavieira em São Paulo, Pernambuco e Goiás nos anos de 1989, 1995 e 2005. Julho de 2006. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/cedoc/3024.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2009.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel, **O bangüê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió, EDUFAL, 2006.

DRUCK, Graça. TERCEIRIZAÇÃO: A CHAVE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL. In: **Retratos do Trabalho no Brasil**. Org. Vera Lucia Navarro & Valquíria Padilha. Uberlândia: Edufu, 2009.

ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE. 2005. Disponível em: [http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/teses\\_pdf/NORDESTE%20%20FINAL.pdf](http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/teses_pdf/NORDESTE%20%20FINAL.pdf). Acesso em: 12 mar. 2009.

FACIOLI, Inês (Org.). **Vozes do eito**. Guariba: eco.das.letras, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

GARCIA, Afrânio. **Sujeitos e Libertos**: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 7, v.3, p.05-41. 1988.

GRAZIANO, José. **De bóias-frias a empregados rurais**. Maceió: Edufal, 1997.

GUANAIS, Juliana Biondi. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP**. UNICAMP/SP, 2010. (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, J. C. *et al.* Desenvolvimento de um programa de capacitação de mão de obra para profissionais do corte manual da cana-de-açúcar. In: Anais do 9º Congresso Nacional da Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil. Maceió: Q Gráfica, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.

\_\_\_\_\_. O Campesinato e a *Plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, Vol. I Formas tuteladas de constituição camponesa**. Orgs. NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LAAT, Erivelton Fontana de. **Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: a maratona perigosa nos canaviais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Metodista de Piracicaba. Santa Bárbara d' Oeste – SP, 2010.

LÊNIN, Vladimir. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: **As três fontes**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

LESSA, Golbery. Os Principais Momentos do PCB em Alagoas. In: **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. SALDANHA, Alberto (Org.). Maceió: EDUFAL, 2011.

LIMA, Araken Alves de. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Campinas, 2006. Tese de doutorado. Instituto de Economia da Unicamp.

\_\_\_\_\_. **A agroindústria canavieira alagoana – da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990**. Campinas, 2001. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia da Unicamp.

\_\_\_\_\_. **A crise que vem do verde da cana.** Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96. Maceió: EDUFAL, 1998.

LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real.** 2. Ed. rev. – Maceió: EDUFAL, 2005.

LOUREIRO, Osman. **Açúcar: notas e comentários.** Maceió: Gráfica São Pedro, 1969.

LUXEMBURGO, Rosa de. Greve de Massas, Partido e Sindicatos. In: **Rosa de Luxemburgo: textos escolhidos: Volume I.** Org. Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: **Rui Mauro Marine vida e obra.** Orgs João Pedro Stedile e Roberta Transpadini. São Paulo: Expressão Popular, 2005

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital.** São Paulo: Global, 1980.

\_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl; **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

\_\_\_\_\_. Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl; **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** São Paulo: Abril Cultural, 1982b.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política/Livro Primeiro, Tomo 2.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Trabalho estranhado e propriedade privada, In: **A dialética do trabalho.** Org. Ricardo Antunes. São Paulo: Expressão Popular: 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Teses sobre Feuerbach (1845) [com alterações de Engels, 1888]. In: **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Cana-de-açúcar e reestruturação produtiva: ação sindical e os movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985.** Recife, 2002. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de família de camponeses migrantes.** João Pessoa, PB: EDUFPPB, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2008. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01\\_66\\_711200516719.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_66_711200516719.html). Acesso em: 30 de mar. 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Anuário Estatístico da Agroenergia, 2009. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/images/MAPA/arquivos\\_portal/anuario\\_cana.pdf](http://www.agricultura.gov.br/images/MAPA/arquivos_portal/anuario_cana.pdf). Acesso em: 26 jun. 2010.

NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Introdução In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, Vol. I Formas tuteladas de constituição camponesa**. Orgs. NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

NOVAES, José Roberto. Modernização, **Relações de Trabalho e Poder**. Um estudo das transformações recentes da agroindústria canavieira do nordeste. Campinas: IE/Unicamp, 1993. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp.

\_\_\_\_\_. Idas e Vindas: disparidades e conexões regionais. In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. Org. José Roberto Novaes e Francisco Alves. São Carlos: EdUFSCar, 2007a, pp. 87-118.

\_\_\_\_\_. Campeões de Produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA, 2007b.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PADRÃO, Luciano Nunes. O trabalho na cana-de-açúcar, reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais. 1997. Disponível em: [http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01\\_14.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf). Acesso em: 11 dez. 2008.

PLANCHEREL, Alice & ALBUQUERQUE, Cícero & MELO, Sérgio dos Santos. Trabalho na agroindústria açucareira de Alagoas. **Latitude**, América do Norte, 1, nov. 2010a. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/81>. Acesso em: 19 dez. 2010.

PLANCHEREL, Alice Anabuki & QUEIROZ, Allan Souza & SANTOS, Charles dos. O “canguru” no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira. **Revista Rede de Estudos do Trabalho (RRET)**, Ano IV, Número 7, 2010b. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/08RevistaRET7.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

PLANCHEREL, Alice & ALBUQUERQUE, Cícero & VERÇOZA, Lúcio. Os sertanejos e os “da rua”; idas e vindas do trabalho nos canaviais de Alagoas. In: Anais do I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente. UFSCar, São Carlos: 2011.

QUEIROZ, Allan Souza. **Modernização, reestruturação produtiva e precarização do trabalho nos canaviais**. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais (UFAL). Maceió, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. V. (Org.) **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988. P. 143-78.

SANT'ANA, Moacir. **Contribuição à história da cana-de-açúcar de Alagoas**. Recife: IAA; Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, Carla Caroline Silva dos. Condições de (In)segurança Alimentar de Famílias de Trabalhadores Canavieiros de Usinas Alagoanas. 2009. Disponível em: [http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo\\_180.pdf](http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_180.pdf). Acesso em: 26/06/2010.

SANTOS, Charles dos. “Serviço pesado”: uma análise das condições de saúde do trabalhador canavieiro alagoano. 2009. Disponível em [http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo\\_307.pdf](http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_307.pdf). Acesso em: 12 dez. 2009.

SANTOS, Luciane dos. “Moro no mundo e passeio em casa”: vida e trabalho dos caminhoneiros. In: **O Averso do Trabalho**. ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria A. de Moraes (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANTOS, Sérgio Silva dos. **O cultivo da cana no Estado de Alagoas**: uma análise comparativa do estado de São Paulo. Brasília, 2011. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. In: **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**/ Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 1, n. 01. Campina Grande, 1982.

SENAR. **Programa Cana Limpa: sistema de colheita manual**. São Paulo: SENAR, 2009.

SIGAUD, Lygia. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA, Maria Aparecida de. Como “expulsar o camponês” do proletariado. In: **TRAVESSIA** revista do migrante. Publicação do CEM – Ano III, número 8, Setembro-Dezembro / 1990.

\_\_\_\_\_. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: **O Averso do Trabalho**. ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria A. de Moraes (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. Org. José Roberto Novaes e Francisco Alves, São Carlos: EduFScar, 2007.

\_\_\_\_\_. Cortadores de Cana e os (Não) Direitos. In: **TRAVESSIA** revista do migrante. Publicação CEM – Ano XXI, número 61, Maio- Agosto/ 2008.

\_\_\_\_\_. Greve na Fazenda. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, Vol. I Formas tuteladas de constituição camponesa**. Orgs. NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 2008b.

\_\_\_\_\_. A barbárie do i-mundo eitos dos canaviais. In: FACIOLI, Inês (Org.). **Vozes do eito**. Guariba: eco.das.letras, 2009a.

\_\_\_\_\_. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: **Travessia: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Org. MARTINS, José de Souza, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

\_\_\_\_\_. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p. 11-46, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes et al., Do karoshi no Japão, à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Nera** (Núcleo de estudos, pesquisa e projeto de reforma agrária). Revista eletrônica do PPG/Geografia e dep. De Geografia da UNESP/PP, Ano 9, n. 8, 2006, p. 74-109. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/revista.php>. Acesso em: 20 dez. 2009.

SINDAÇÚCAR- AL. Relatórios Quinzenais da Safra 2007-2008. Disponível em: [www.sindaçucar-al.com.br](http://www.sindaçucar-al.com.br) . Acesso em: 20 set. 2009.

SUAREZ, Maria Tereza Sales de Melo. **Cassacos e Corumbas**. São Paulo: Ática, 1977.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TORQUATO, Sergio Alves, FRONZAGILA, Thomaz e MARTINS, Renata- Colheita Mecanizada e Adequação da tecnologia nas regiões produtoras de cana de açúcar. Disponível em <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/855892/1/1SColheitaMecanizada/AdequacaoTecnologia> Acesso em: 24 de julho de 2011.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. Sobre os métodos de exploração da força de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas. In: **Cadernos de Estudos Sociais**, n. 26, 2011. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CES/article/view/1346/1184>. Acesso em: fev. 2012.

## **Glossário**

*Bell*: guincho mecânico projetado para recolher canas cortadas em áreas muito íngremes.

*Bituca*: termo utilizado para designar as sobras de canas cortadas ou a própria atividade manual de recolhimento e arrumação das sobras de canas cortadas.

*Bituqueiro*: trabalhador que recolhe e organiza manualmente as sobras de canas cortadas.

*Braça*: unidade de comprimento que equivale a 2,20 metros.

*Cabo*: Fiscal, feitor.

*Cambão*: também conhecido como “*dias de condição*”, consiste em determinados dias de trabalho para o engenho sem remuneração ou com uma remuneração muito ínfima. Geralmente eram os moradores com os maiores *roçados* (ou moradores do sítio) que se inseriam nessa forma de relação de trabalho.

*Cambitar*: transportar cana em burros de cargas ou em carros de boi.

*Cambiteiro*: trabalhador que transporta cana em burros de cargas ou em carros de boi.

*Canguru*: processo de câibras generalizadas em diversas partes do corpo que pode resultar em morte súbita.

*Guincheiro*: trabalhador que opera o guincho mecânico (ou máquina carregadeira) que recolhe as canas cortadas.

*Marimba*: sobras de cana queimada que os trabalhadores não conseguiram cortar durante a jornada de trabalho.

*Marimbeiro*: trabalhador que deixa *marimba*.

*“Os da rua”*: moradores das áreas urbanas dos municípios canavieiros e que não são migrantes do sertão.

*Roçado*: terra em que o morador produzia os cultivos de subsistência, em geral consistia numa pequena parcela de terra localizada nos fundos da casa do morador.

*Rodagens*: estradas de terra que circundam os canaviais.

*Rolagem*: eitos com diferentes comprimentos e que são estabelecidos pelo cabo de acordo com o histórico de produção de cada trabalhador.

*Tomar uma fuga*: descansar; fugir do trabalho; poupar energia.

*Treladores*: trabalhador responsável pelo engate e desengate do reboque em tratores e caminhões. Ele ainda acumula a tarefa de aparar as canas que escapolem dos reboques, para isto é utilizado uma foice amarrada numa longa vara.

*Tremiado*: caminhão com três reboques.

*Turma*: Grupo de cortadores de cana, em geral 50 trabalhadores, coordenados por um cabo.

*Vara*: instrumento com 2,20 metros de comprimento utilizado para medir a metragem das canas cortadas.

## ANEXO

### CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011 e a data-base da categoria em 1º de novembro.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Trabalhadores Rurais, com abrangência territorial em Anadia/AL, Atalaia/AL, Barra de Santo Antônio/AL, Boca da Mata/AL, Cajueiro/AL, Campo Alegre/AL, Colônia Leopoldina/AL, Coruripe/AL, Ibataguara/AL, Jacuípe/AL, Jequiá da Praia/AL, Joaquim Gomes/AL, Jundiá/AL, Junqueiro/AL, Limoeiro de Anadia/AL, Maceió/AL, Maragogi/AL, Marechal Deodoro/AL, Maribondo/AL, Matriz de Camaragibe/AL, Messias/AL, Murici/AL, Novo Lino/AL, Paripueira/AL, Passo de Camaragibe/AL, Penedo/AL, Pilar/AL, Porto de Pedras/AL, São José da Laje/AL, São Luís do Quitunde/AL, São Miguel dos Campos/AL, São Miguel dos Milagres/AL, São Sebastião/AL, Teotônio Vilela/AL e União dos Palmares/AL.

### **SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

#### CLÁUSULA TERCEIRA - AUMENTO SALARIAL E SALARIO NORMATIVO

As empresas concederão aos seus empregados rurais um aumento salarial no percentual de 6,5% (seis inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 1º de novembro de 2010. O aumento salarial ora ofertado não refletirá no corte de cana, porém o mesmo também teve um reajuste de 6,5% (seis inteiros e cinquenta centésimos).

Fica assegurado aos trabalhadores rurais nas áreas situadas nas bases territoriais das entidades convenentes o seguinte Salário Normativo: à partir de 1º de Novembro de 2010, o valor de R\$ 557,00 (quinhentos e cinquenta e sete reais). O piso ora acordado será reajustado nos parâmetros da legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – Fica convencionado, que se o salário da categoria igualar ou ficar inferior ao salário mínimo, será garantido, a título de salário-base, o valor do novo salário mínimo acrescido de R\$ 15,00 (quinze reais).

Parágrafo Segundo - A medida para todo o Estado será a braça de 2,20 metros.

Parágrafo Terceiro - Por conta”entende-se a área de 10 braças por 10.

Parágrafo Quarto - A capacidade de pesagem das balanças não deverá ser menor de 20 quilos cada. A pesagem deve ser feita no mesmo dia, no caso de cana amarrada. Em relação à cana solta, a pesagem dar-se-á no início dos trabalhos.

Parágrafo Quinto – Será garantida a análise da pesagem da cana até as 9:00 (nove horas da manhã) na frente do trabalhador, com uma braça para o empregado e uma para o empregador, em até 03 (três) lugares diferentes no mesmo talhão, sendo proibida a escolha de áreas sem cana (braça zero).

Parágrafo Sexto - Fica vedado o desconto do olho da cana com relação ao atilho.

Parágrafo Sétimo - As divergências resultantes da classificação das canas para o corte serão dirimidas pelos órgãos de classe.

Parágrafo Oitavo - A superveniência de aumento salarial compulsório durante a vigência desta Convenção, resultará em pagamento proporcional ao preço das tarefas de que trata a tabela adiante, compensando-se os aumentos verificados.

Parágrafo Nono - Ficam vedados quaisquer descontos em folhas de pagamento sobre o salário dos trabalhadores que não se enquadram na Lei, salvo os descontos constantes nesta Convenção.

Parágrafo Décimo - Ficam definidos como instrumentos de medidas a serem utilizados obrigatoriamente pelos empregadores a vara tradicional com extremidades metálicas com medida igual a 2,20m e/ou compasso com abertura de 2,20m.

Parágrafo Décimo Primeiro - (Fiscalização do IPEM com sindicatos). Fica assegurado que o Instituto de Pesos e Medidas do Estado e Instituto Nacional de Pesos e Medidas ficarão incumbidos de exercer fiscalização do cumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho relativamente às balanças e aos instrumentos de medição, contando, preferencialmente, com membros da Superintendência Regional do Trabalho – SRT/AL.

Parágrafo Décimo Segundo - O corte de cana solta será feito em eitos de até 7 carreiras, para espaçamento de 1,10m.

Parágrafo Décimo Terceiro:

#### A- LIMPA

- A-1 - Limpa de mato.....100 br/salário
- A-2 - Limpa de mato Médio.....200 br/salário
- A-3 - Limpa de mato Fino.....300 br/salário
- A-4 - Limpa de Repasse.....400 br/salário

#### B- CORTE DE CANA

- B-1 - Cana queimada esteirada - Preço Mínimo.  
4,35 R\$/Ton - corte até 4 ton.
- 4,60 R\$/Ton - corte acima de 4 até 8 ton.

B-2 – O preço da cana queimada amarrada corresponderá, no mínimo, ao dobro da cana solta esteirada – 9,21 R\$/ton.

B-3 - Cana crua para semente - Preço Mínimo R\$ 10,29/ton.

B-4 - Embolação de Cana - Preço Mínimo – 3,58 R\$/ton.

B-5 - Cambito de Cana - Preço Mínimo – 2,48 R\$/ton.

B-6 – Cana crua solta para moagem - Preço Mínimo – R\$ 10,29/Ton.

Parágrafo Décimo Quarto - Fica terminantemente proibida a execução de serviço de tombamento de cana e adubo nas costas do trabalhador, exceto quando na realização de serviços de enchimento e descarregamento de caminhões.

Parágrafo Décimo Quinto - Todos os demais serviços não pactuados nesta tabela serão por entendimento entre as partes, ou por diária.

Parágrafo Décimo Sexto – No caso de impasse com relação à aplicação da tabela constante na cláusula 2ª, parágrafo décimo primeiro, letra A (limpa), o Sindicato de Trabalhadores Rurais local poderá ser acionado por qualquer das partes para dirimir as dúvidas porventura existentes.

Parágrafo Décimo Sétimo – Os valores constantes na tabela contida na Cláusula 2ª, parágrafo décimo primeiro, letra B (corte de cana) devem ser entendidos como mínimos. As empresas/fornecedores que porventura já pagam valores acima do fixado nesta Convenção Coletiva de Trabalho não poderão reduzir os preços ora praticados.

Parágrafo Décimo Oitavo – Fica garantido aos trabalhadores(as) rurais, nos termos da Lei, a remuneração das horas de trabalho paralisadas em função de intempéries.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE SÁLARIO**

O pagamento de salário será realizado semanalmente, em dinheiro, cartão magnético ou cheque nominal, a fim de preservar a segurança, tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores, aos sábados, sempre no horário normal de trabalho, salvo as empresas que já realizem o pagamento de outras formas.

Parágrafo primeiro - COMPROVANTE DE PAGAMENTO - Os empregadores, no ato do pagamento dos salários, fornecerão aos seus empregados envelopes, contra-cheque ou comprovantes, timbrados ou carimbados, discriminando as parcelas ou quantias pagas a cada trabalhador rural, com indicação expressa da frequência, nome do empregado, nome do empregador e as especificações dos descontos.

Parágrafo segundo - O pagamento dos salários será feito fora da área dos barracões e sem qualquer vinculação com os barraqueiros ou seus prepostos, vedado quaisquer descontos por dívida contraída pelos trabalhadores com aqueles estabelecimentos, a não ser por expressa autorização dos mesmos.

Parágrafo terceiro - Fica facultada aos empregadores, a adoção do sistema de pagamento mensal ou quinzenal de salários, mediante a anuência expressa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Jurisdição, quando, então, iniciará a contagem do prazo de 60 (sessenta) dias para a sua implantação.

Parágrafo quarto - ESCAPE - No caso de falta de pagamento de tarefa realizada ou dia trabalhado, seu pagamento será realizado mediante recibo no sábado da semana seguinte, com cópia para o trabalhador e sob a rubrica escape.

## **REMUNERAÇÃO DSR**

### **CLÁUSULA QUINTA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO**

Quando o empregado for remunerado no regime de produção, o repouso semanal será calculado com base na produção obtida em cada semana, assegurado o mínimo da categoria.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SEXTA - FORMA DE PAGAMENTO EM CASO DE DOENÇA DO EMPREGADO**

No caso de doença, o empregado encaminhará uma autorização escrita e formal por familiares ou pessoa de sua confiança, com a sua CTPS ou outra identificação, para o recebimento de seus salários semanais, férias, 13º salário ou outros direitos sociais.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO**

O pagamento da primeira parcela do 13º salário será realizado sempre em observância os prazos e demais previsões contidas na Lei nº. 4.749/65, que dispõe sobre o pagamento da gratificação natalina (13º Salário).

Parágrafo único. Fica facultado aos safristas, desde que requerido ao empregador com antecedência, o adiantamento antes do término do contrato de trabalho do valor a que tiver direito.

## **ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

## **CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS**

Considerando-se a exigüidade de prazo para a moagem, fica convencionado que a jornada normal de trabalho, diurna e noturna poderá ser acrescida de horas complementares e suplementares, pagas na forma da lei.

Parágrafo primeiro - As horas extras serão pagas na base de 50% (cinquenta por cento) e as realizadas aos domingos, feriados e dias santos não compensados serão pagas à base de 100% (cem por cento).

Parágrafo segundo - É facultado às empresas negociarem com os seus empregados de trabalho externo, assim considerado aquele trabalho cujo controle da jornada de trabalho é inviável, uma quantidade de horas extras semanais nunca inferior a 15 (quinze) horas, na safra, e nunca inferior a 10 (dez) na entressafra, adotando as empresas o sistema de apontamento previsto no § 3º (parágrafo terceiro) do artigo 74 da CLT, procedendo ainda, as consignações previstas no inciso I do artigo 62 da CLT. Nessa hipótese o trabalhador ficará liberado de efetivar prorrogações além dos limites das horas extras que lhes são pagas, nem poderão se creditar, por compensação, se as prorrogações assim pagas forem inferiores às efetivamente cumpridas por ele empregado.

Parágrafo terceiro – Fica ajustado entre as partes convenientes, nos termos da legislação trabalhista vigente ser terminantemente proibida a execução de trabalhos extraordinários (horas extras) por trabalhadores com idade entre 16 e menores de 18 (dezoito) anos.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA NONA - SALÁRIO DOENÇA.**

Fica assegurado o pagamento do salário pelo empregador durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento de trabalhador rural por motivo de doença, comprovado mediante atestado fornecido por médico da Instituição da Previdência Social e na falta desse sucessivamente por quaisquer dos médicos referidos nos parágrafo segundo do art. 6º da Lei 605/49, contendo indicação do diagnóstico codificado.

Parágrafo único - Os dias justificados e pagos mediante apresentação de atestado médico deverão, obrigatoriamente, ser anotados na ficha de frequência e cartão de ponto do trabalhador.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – ABONOS.**

Para recebimento do PIS, alistamento no Serviço Militar e expedição de Carteira de Identidade, o trabalhador terá um dia justificado, a fim de tratar de cada caso especificamente, sem prejuízo do salário e do repouso remunerado, desde que devidamente comprovado.

## **APOSENTADORIA**

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - APOSENTADORIA-COMUNICAÇÃO

Os empregados representados pelas entidades sindicais convenientes, devem comunicar aos empregadores a concessão de aposentadoria requerida ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, mediante entrega de cópia da notificação a respeito que deverá ser feita após o primeiro pagamento.

### **CONTRATO DE TRABALHO - ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO

Fica assegurada a prioridade de contratação para os trabalhadores residentes no município onde fica situada a propriedade ou fundo agrícola do trabalhador.

Parágrafo único - Fica assegurada a prioridade de contratação para a esposa do empregado rural no fundo agrícola do empregador, como também companheiras e filhos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSINATURA DA CTPS E RESCISÕES CONTRATUAIS

Ficarão os empregadores rurais obrigados no ato de admissão do empregado, a assinar a sua CTPS, nos termos do Art. 29 da CLT e devolvê-las no prazo de 48 horas.

Parágrafo primeiro - O empregador deverá proporcionar meios e condições para que o trabalhador obtenha a sua CTPS.

Parágrafo segundo - A homologação da rescisão contratual ficará a cargo do Sindicato de Trabalhadores Rurais da base onde o(a) trabalhador(a) rural exerceu suas atividades.

### **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIAS SALARIAS NA RESCISÃO

Impõe-se multa pelo não pagamento das verbas rescisórias nos prazos e condições previstos pelo artigo 477 da CLT.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPENSA EM INJUSTO DO CHEFE DA FAMÍLIA

No caso de rescisão do Contrato de trabalho, sem justa causa, do chefe da unidade familiar, homem ou mulher, fica assegurada a sua extensão à esposa ou companheira, esposo ou companheiro, que exerçam atividade na propriedade, mediante opção destes, por escrito, do

desejo da não permanência, com assistência do seu Sindicato Profissional Rural.

Parágrafo único - No caso de morte do chefe de família, passará a unidade familiar à mulher ou companheira e na falta das mesmas ao filho ou filha mais velha quando de maior idade.

## **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO.**

Tem direito a aviso prévio de 45 dias o empregado que for dispensado sem justa causa e que tiver 55 anos de idade e dez anos de serviço ininterruptos na mesma empresa e a 60 dias de aviso prévio o empregado dispensado sem justa causa, que tiver doze anos de serviço ininterruptos na mesma empresa.

## **MÃO-DE-OBRA JOVEM**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR MENOR**

O trabalhador adolescente, maior de 16 (dezesesseis) anos, fica sujeito às normas da CLT e da lei 8.069 de 13 de julho de 1990, à luz dos princípios constitucionais vigentes.

Parágrafo Único - Fica expressamente proibido o trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PROIBIÇÃO DE EMPREITEIROS**

Fica proibida aos empregadores a contratação de trabalhadores rurais através de interpostas pessoas como empreiteiros, testas de ferro, arregimentadores, gatos, cooperativas de mão-de-obra, agenciadores, intermediários e assemelhados.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO. CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES - NORMAS DISCIPLINARES**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - UTILIZAÇÃO DE TERCEIROS**

Ao trabalhador rural é vedado a utilização de filhos menores, parentes afins ou terceiros,

não empregados da empresa na realização de suas tarefas no campo, caracterizando falta grave a desobediência ao preceito, após a segunda advertência por escrito, o empregador deverá comunicar ao Sindicato dos Trabalhadores quando fizer a primeira advertência.

## **FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FERRAMENTAS**

Os empregadores se obrigam a fornecer gratuitamente aos seus empregados rurais, as ferramentas de boa qualidade necessárias a execução das tarefas a eles atribuídas, inclusive os equipamentos de proteção individual de trabalho, adequados às tarefas a serem executadas e ao clima da região, nos termos do Artigo 13 da Lei nº 5.889/73.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DEVOLUÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS**

Os empregados ficam obrigados, quando da Rescisão Contratual, a devolver todas as ferramentas e equipamentos de trabalho, dos quais, no ato do recebimento, tornar-se-ão fiéis depositários respondendo na forma da Lei pela inobservância ao preceito.

Parágrafo único - O empregador, quando da devolução das ferramentas e equipamentos, pelo empregado, no momento da sua dispensa, se obriga a fornecer recibo dos referidos bens devolvidos.

## **ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GESTANTES**

Para as trabalhadoras rurais gestantes fica assegurado o seu afastamento remunerado do serviço, na forma da legislação pertinente e quanto à despedida arbitrária, observar-se-á o que consta no dispositivo constitucional, art. 10 das Disposições Transitórias.

Parágrafo único - Fica garantido à trabalhadora gestante, trabalho compatível com sua maternidade.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AMAMENTAÇÃO**

Para amamentar o próprio filho, até que esse complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo Único - Quando exigir a saúde do filho, o período de 06 (seis) meses poderá ser dilatado a critério da autoridade competente.

## **ESTABILIDADE PAI**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA PATERNIDADE**

Fica assegurado aos trabalhadores rurais beneficiados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho o gozo do salário-paternidade por cinco dias remunerados integralmente e sem prejuízo de qualquer natureza, nos termos garantidos na Legislação vigente.

## **ESTABILIDADE ABORTO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REPOUSO EM CASO DE ABORTO**

Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 02 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTO**

Fica estabelecido a obrigatoriedade de fornecerem os empregadores aos seus empregados os comprovantes do recebimento dos documentos que esses lhes forem entregues (CTPS, Atestados Médicos e outros), quando solicitados comprovantes.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - USO DO CRACHÁ**

Caso fornecido pela empresa, os empregados utilizarão crachás de identificação durante o horário de expediente.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MORADIA**

Será concedida moradia, nos moldes adequados de higiene, segurança e condições de habitação ao ser humano e ainda conservando as já existentes, nos termos do que prescreve a Lei 9.300 de 29.08.96.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ÁREA PARA PLANTAÇÃO**

Cumprindo determinação do Decreto lei nº 6.969/44, regulamentado pelo Decreto nº 57.020 e pelo Ato nº 18, do então Instituto do Açúcar e do Alcool, os empregadores rurais concederão aos seus trabalhadores rurais, o uso, a título gratuito, de uma área de terra para

plantação e criação necessárias à sua subsistência e de sua família, com dimensão, localização e demais características previstas na citada regulamentação, na forma da Lei nº 9.300, de 29/08/96.

Parágrafo primeiro - A concessão prevista na cláusula acima, assegura ao trabalhador a colheita de sua lavoura de subsistência ou a indenização no valor da mesma ao preço do mercado local.

Parágrafo segundo - Esta cláusula será cancelada e de nenhum efeito, caso as normas reguladoras da matéria sejam revogadas ou alteradas por novos instrumentos legais ou ainda na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da referida legislação ou decisão judicial com trânsito em julgado.

Parágrafo terceiro - Fica convencionado que esta cláusula e seus parágrafos, ficarão automaticamente extintas, desde que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos respectivos Municípios, manifeste, por escrito, a sua concordância.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada semanal de trabalho será de 44(quarenta e quatro) horas, permitida horas extraordinárias, pagas na forma da lei.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TEMPO À DISPOSICÃO DO EMPREGADOR**

Considera-se tempo de serviço efetivo, o período que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens.

## **PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - TRABALHO EM TEMPO PARCIAL**

Nos termos previstos no art. 58-A, da CLT, a jornada de trabalho dos empregados poderá, em caso de comprovada dificuldade econômica ou de mercado, e visando mitigar o problema do desemprego no setor, ser reduzida em horas diárias ou dias de trabalho semanal, mediante opção manifestada perante a empresa de forma individual pelo empregado e formalizada através de acordo coletivo entre sindicato e empresa, em resposta a manifestação da empresa, a qual justificará a necessidade da medida e as alternativas para o exercício de tal opção.

Parágrafo único – Havendo redução semanal ou mensal da carga de trabalho, o 13º salário, férias e repouso remunerado serão pagos tendo em vista o valor do salário convencionado sem prejuízo para o trabalhador.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTAS**

Fica abonada a falta do trabalhador que apresentar a justificativa da Vara trabalhista em dia de audiência da sua reclamação.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - SERVIÇO EXECUTADO FORA DA PROPRIEDADE ONDE RESIDEM OS EMPREGADOS**

Fica vedado aos empregadores fornecerem serviços aos seus empregados fora da propriedade onde estes residem, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, bem como as hipóteses de término de plantio ou de colheita, na propriedade e residência do trabalhador e de atividades programadas pelas empresas no sistema de “frentes de serviços”. Em caso de inobservância desta, fica o empregador obrigado a pagar um adicional de 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos do trabalhador.

## **FÉRIAS E LICENÇAS LICENÇA REMUNERADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - GARANTIA AO EMPREGADO ESTUDANTE**

Licença remunerada para o trabalhador rural estudante nos dias de prova, quando a mesma coincida com o horário de trabalho, desde que avisada a empresa com 72 horas de antecedência e mediante comprovação.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR - CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE**

Fica assegurado ao empregado que exerce serviços de natureza insalubre e/ou perigosa, o adicional respectivo, após constatação da insalubridade ou periculosidade por perícia do setor competente da Delegacia Regional do Trabalho, facultada a assistência dos respectivos sindicatos, observando-se o que consta do Capítulo V da CLT - Da Segurança e da Medicina do Trabalho e mais o que consta nas Normas Regulamentadoras Rurais.

Parágrafo primeiro – Tais serviços serão proibidos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais

menores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo segundo – O empregador dará treinamento para os trabalhadores sobre a utilização e manipulação de pesticidas, herbicidas e agrotóxicos em geral, com a devida comunicação prévia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, sendo permitida a sua participação.

Parágrafo terceiro - o prazo para realização dos exames é o previsto em lei, podendo este prazo ser reduzido, caso o trabalhador venha apresentar sintomas decorrentes da execução de suas atividades laborais, nestes casos, será de imediato.

Parágrafo quarto – Em sua execução serão utilizados equipamentos de proteção individuais, adequados as tarefas a serem executadas (por irrigadores e bituqueiros) e ao clima da região, como luvas, capas, filtros para respirar, botas, macacão, etc., fornecidos pelo empregador e em perfeitas condições.

Parágrafo quinto – A aplicação de agrotóxicos será realizada, respeitando-se as seguintes orientações: a) no verão, das 05h às 10h, e das 15h às 20h no período da tarde e início da noite, observado sempre o limite de 06 horas diárias de jornada de trabalho; b) no inverno, quando constatado se tratar de horas frescas nos termos da lei, o horário será livre, desde que respeitado o limite máximo de seis horas diárias de jornada de trabalho.

Parágrafo sexto - Os recipientes terão que ser devolvidos para o fabricante de acordo com a atual legislação.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ALOJAMENTOS E OUTROS.

Os trabalhadores contratados para a safra de 2008/2009 que não têm domicílio na área territorial das empresas em que trabalha serão alojados em prédios de alvenaria com janelas, portas, em todos os compartimentos, com piso íntegro, impermeável à umidade, suficiente para alojamento adequado, atendendo as seguintes condições:

- 1 – Sanitários diariamente desinfetados;
- 2 – Local higienizado para refeições;
- 3 – Abastecido com água potável e fresca
- 4 – Coleta regular de lixo;
- 5 – Armário para guardar objetos pessoais
- 6 – Energia elétrica obrigatória.

Parágrafo primeiro – ABRIGO PARA REFEIÇÕES – As usinas e destilarias se obrigam a implementar abrigos, fixos ou móveis, nas frentes de trabalho, para refeições dos(as) trabalhadores(as) rurais, que protejam os obreiros contra as intempéries durante as refeições, consoante determinação do item 31.23.4.3, da NR 31. Os abrigos para refeições dos trabalhadores rurais nas frentes de trabalho devem obedecer a um dos seguintes modelos: 1. modelo fixo, do tipo toldo, fixado na lateral do veículo utilizado para o transporte, também com mesas e cadeiras em número suficiente para atender a todos os obreiros; 2. modelo móvel, do tipo tenda, com mesas e cadeiras em número suficientes para atender a todos os obreiros.

Parágrafo segundo – SANITÁRIOS MÓVEIS – As usinas e destilarias, em atenção ao item

31.23.3.4 da NR 31, obrigam-se a implementar nas frentes de trabalho instalações sanitárias fixas ou móveis compostas de vasos sanitários e lavatórios, na proporção de um conjunto para cada grupo de quarenta trabalhadores ou fração, sendo permitida a utilização de fossa seca, e atendendo sempre aos seguintes requisitos:

- a) Ter portas de acesso que impeçam o devassamento a ser construída de modo a manter o resguardo suficiente;
- b) Ser separadas por sexo;
- c) Estar situadas em locais de fácil e seguro acesso;
- d) Dispor de água limpa e papel higiênico;
- e) Estar ligadas a sistema de esgoto, fossa séptica ou sistema equivalente;
- f) Possuir recipientes para coleta de lixo.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ÁGUA POTÁVEL NO LOCAL DE TRABALHO

O empregador proporcionará meios para que seus empregados disponham de água potável e fresca adequada ao consumo humano nos locais de trabalho.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE TRABALHADORES

As Usinas e Destilarias obrigam-se a transportar seus trabalhadores gratuitamente em transportes próprios ou através de terceiros contratados para tal serviço, atendendo, entre outras exigências legais, os critérios fixados no item 31.16 da NR 31.

Parágrafo primeiro – Para o efetivo cumprimento da cláusula acima, fica esclarecido entre as partes que:

- a) A responsabilidade pelo cumprimento da presente cláusula cabe às Usinas e Destilarias, tanto no caso de transportes próprios, quanto nos casos de transportes de terceiros contratados para tal fim;
- b) A autorização emitida pela autoridade de trânsito competente deve estar em dia com seu prazo de validade e de posse do condutor do veículo;
- c) As ferramentas e materiais devem estar devidamente guardados em compartimento resistente, fixo e separados dos passageiros; e
- d) O veículo deve estar com a documentação devidamente regularizada junto ao Departamento Estadual de Trânsito.

Parágrafo segundo - A empregadora não poderá fixar o horário da saída antes das 5 horas da manhã, sendo considerado de efetivo serviço o período de espera, quando o transporte não comparecer ao ponto de embarque na hora prevista.

Parágrafo terceiro – Para fazer jus ao direito concedido no parágrafo anterior, o empregado deverá esperar o transporte no ponto de embarque pelo menos uma hora.

Parágrafo quarto. As Usinas e Destilarias ficam obrigadas, na safra ou entressafra, a

transportar os empregados que residem em suas fazendas para o recebimento dos salários nos bancos ou na sede da empresa, bem como para as feiras públicas municipais.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS.**

Nos termos previstos nos Parágrafos 1º (primeiro) e 2º (segundo) do artigo 75, do Regulamento de Benefícios da Previdência Social – Decreto nº 3.040, de 06.05.99 – as empresas que possuem serviços médicos próprios ou convênio, se responsabilizarão pelos exames médicos e odontológicos para abono de faltas, somente encaminhando os mesmos à Previdência Social, quando a duração da incapacidade ultrapassar a 15 (quinze) dias, ressalvadas as emergências legais, bem como as hipóteses mais favoráveis já existentes.

Parágrafo primeiro - Para as empresas não enquadradas nas hipóteses acima, as doenças dos empregados serão comprovadas mediante atestados médicos e odontológicos expedidos de acordo com a ordem de preferência estabelecida no parágrafo 2º (segundo) do Artigo 6º da Lei nº 605, de 05.01.1949, entendendo-se como prioridade, ainda, os serviços médicos conveniados com o SUS, aí incluído o serviço médico/odontológico do Sindicato Profissional, enquanto conveniado do SUS.

Parágrafo segundo - Os atestados médicos e odontológicos expedidos na forma do parágrafo 1º (primeiro) supra, somente terão validade, para fins de abono de faltas, com a observância das formalidades da Portaria nº 3.291, de 20.02.84, de MPAS, onde obrigatoriamente deverão conter os diagnósticos codificados.

Parágrafo terceiro - Salvo o caso de força maior, comprobatória do impedimento para entrega, os atestados médicos e odontológicos expedidos por profissionais que não sejam da própria empresa, deverão ser a esta entregues no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após a expedição do atestado, garantindo-se, em tal hipótese, a remuneração dos dias referentes ao período atestado, na primeira folha de pagamento ainda não fechada, após a entrega, sob pena de não terem eficácia para fins de abono de faltas. Em tais casos, o empregado deverá comunicar o motivo do seu afastamento ao empregador, por quaisquer meios, no prazo de 72 (setenta e duas) horas do aludido afastamento.

## **PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - PREVENÇÃO E COMBATE À FADIGA FÍSICA**

As empresas se comprometem a contratar profissionais especializados (professores de educação física e fisioterapeutas) para qualificação de pessoas que atuarão como monitores na implementação de ações e atividades na prevenção e combate à fadiga física dos trabalhadores.

## **ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - TRANSPORTE EM CASO DE ACIDENTE E NAS EMERGÊNCIAS**

Fica o empregador responsável pelo transporte do trabalhador ou seu custeio devidamente autorizado pela empresa em caso de acidente de trabalho, no parto da trabalhadora, esposa ou companheira e nas emergências, para o hospital ou maternidade mais próxima. Ficam asseguradas as mesmas garantias aos filhos e dependentes legais do trabalhador, nos casos de doença ou parto.

## **PRIMEIROS SOCORROS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - PRIMEIROS SOCORROS**

As usinas/destilarias colocarão, nos locais de trabalho, além de equipamentos de primeiros socorros, pessoas com treinamento básico em primeiros socorros em casos de acidente e medicamentos variados para casos de indisposição, um veículo a postos para atendimento destes casos. Quanto aos fornecedores, serão estes responsáveis diretamente pelo transporte para atendimento dos mesmos casos acima, além da disposição de pessoas com treinamento básico em primeiros socorros e medicamentos para indisposição.

## **OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CIPATR,SESTR E SESMT**

As empresas agroindustriais, obrigadas a constituir CIPATR, SESTR e SESMT, poderão constituir apenas um desses Serviços, considerando o somatório de empregados das atividades agrícolas e industriais, nos termos do item 31.6.10 da NR-31.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO DA SRTE ACOMPANHADA POR REPRESENTANTES SINDICAL**

Os representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, incumbidos de exercer a

fiscalização do cumprimento desta convenção coletiva poderão fazer-se acompanhar por representantes dos Sindicatos dos Empregadores e dos Empregados se estes assim o desejarem, de preferência em companhia dos membros do IPEM.

## **REPRESENTANTE SINDICAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DELEGADOS SINDICAIS**

Dentro de sua base territorial é facultado ao Sindicato instituir Delegacias profissionais ou seções para melhor proteção dos associados da categoria profissional representada. Os Delegados Sindicais destinados à direção das Delegacias ou Seções radicados no território da correspondente delegacia, são detentores das seguintes prerrogativas:

- a) Os delegados sindicais destinados a direção das delegacias ou seções indicados na cláusula anterior, serão designados pela diretoria depois de eleitos pelos associados radicados no território da correspondente delegacia;
- b) É vedada a alteração do contrato de trabalho bem como a transferência do delegado sindical para outro local de trabalho;
- c) Os delegados sindicais da categoria profissional, serão liberados uma vez por mês para tratar de assuntos sindicais, sem prejuízo salarial, desde que comunique previamente ao empregador.

Parágrafo Único - Os delegados sindicais destinados à direção das delegacias ou seções, instituídas na cláusula anterior, em conformidade com o art. 523 da CLT, serão designados pela diretoria dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

Fica autorizado o desconto de 3% (três por cento) da remuneração em folha, de acordo com a forma de pagamento efetuada, para o sindicato da base territorial do município, como Contribuição Social dos trabalhadores rurais abrangidos nesta Convenção Coletiva de Trabalho, desde que devidamente autorizado por escrito pelo(a) trabalhador(a) associado(a). A empresa tem um prazo de 08 (oito) dias úteis para efetuar o repasse para o sindicato. Havendo modificação, por Assembléia, do citado percentual, o Sindicato respectivo enviará Ata da Assembléia à empresa para as devidas providências.

Parágrafo primeiro. Do montante descontado, será retirado o percentual de 10% (dez por cento), a ser depositado na C/C nº. 152.250-7, Agência 0013-2 do Banco do Brasil, da FETAG/AL, que se responsabilizará pelo repasse do percentual da CONTAG.

Parágrafo segundo. Os empregadores que não cumprirem a obrigação de repasse no prazo

do caput (oito dias úteis), ficarão sujeitos a representação junto à Procuradoria Regional do Trabalho em Alagoas.

Parágrafo terceiro. Os empregadores fornecerão aos respectivos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, sempre que solicitada, a relação nominal e mensal das contribuições sociais ou outras de qualquer natureza sindical, descontadas dos trabalhadores.

Parágrafo quarto. Fica assegurado ao trabalhador o direito de suspender ou de eliminar a qualquer tempo a autorização do desconto, mediante comunicação por escrito ao seu sindicato.

Parágrafo quinto - Os empregadores se comprometem a enviar as contribuições sociais dos trabalhadores rurais, para o sindicato do município onde fica localizada a sua propriedade.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - TAXA DE ASSISTÊNCIA**

Fica determinado que os empregadores rurais descontarão de cada um dos seus empregados associados aos sindicatos e daqueles que, não sendo associados, expressamente autorizem, de uma só vez, no prazo máximo de quinze dias, da assinatura da presente convenção, no mês da data base, um dia de trabalho, com a seguinte destinação: 65% (sessenta e cinco por cento) para o sindicato e 35% (trinta e cinco por cento) para FETAG/AL, na conta corrente 152.250-7, Ag. 0013-2 - Banco do Brasil. Nos municípios onde não houver sindicato o desconto será destinado à FETAG/AL.

Parágrafo primeiro - Caso não seja obedecido o prazo de quinze dias no repasse dos descontos, será aplicada a multa de 2% (dois por cento) acrescidos de juros e atualização monetária sobre o montante.

Parágrafo segundo – Fica assegurado aos empregados não associados prazo de dez dias para a manifestação contrária ao desconto, ao seu sindicato a partir do Registro da Convenção na DRT, nos termos do precedente normativo nº 74 (setenta e quatro) do TST.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISO**

Admite-se a afixação na empresa em local acessível aos trabalhadores de quadro de avisos do Sindicato para comunicações de interesse da categoria profissional, vedada a divulgação de matéria político partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ELEIÇÕES SINDICAIS**

Fica assegurado o pagamento da diária ao trabalhador rural associado que se desloque para votar nas eleições sindicais realizadas aos sábados. Para tanto, deverá o Sindicato em questão apresentar, à(s) empresa(s) de sua localidade, no prazo máximo de quinze dias após

a realização das eleições, relação contendo os nomes dos trabalhadores que compareceram ao pleito.

Parágrafo único – Ficam comprometidos os Sindicatos que realizarem eleições aos sábados, em comunicar, por escrito, às empresas de sua localidade da realização do pleito, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias. No caso de não cumprimento à determinação contida neste parágrafo, os trabalhadores que comparecerem ao pleito em questão não gozarão da prerrogativa estipulada no caput da cláusula acima.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO - COMUNICAÇÃO**

Na hipótese do Sindicato Profissional convocar fiscalização da SRTE para a verificação de irregularidades, se compromete a comunicar, com antecedência mínima de 72 horas à gerência do empregador, quanto ao momento da fiscalização a fim de propiciar o acompanhamento do preposto da empresa.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO AO SINDICATO**

Os empregadores fornecerão listas dos trabalhadores rurais, com as suas remunerações e valores a título de FGTS e cópia da guia de recolhimento ao INSS, aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, quando solicitado por escrito.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - PRAZO PARA ENTREGA DA PROPOSTA**

Tendo em vista a complexidade das Convenções, as propostas deverão ser encaminhadas informalmente, com um prazo mínimo de dez dias da reunião entre as partes ou da reunião marcada pelo mediador.

### **MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

Fica autorizado aos que assim desejarem, a criação da Comissão de Conciliação Prévia no âmbito das empresas e das entidades sindicais, observando o que predispõe a Lei nº. 9.958/2000.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DA COMISSÃO PARITÁRIA**

Durante o período de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as partes tentarão viabilizar a criação de Comissão Paritária constituída por três representantes dos

trabalhadores e três representantes da categoria patronal, com a finalidade de discutir e solucionar as pendências de casos surgidos no período e sugerir soluções para o problema de moradias e suas conseqüências, cuja primeira reunião deverá ocorrer por consenso entre as partes, durante o mês de maio de 2011.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - COMISSÃO INTERNA DE ENTENDIMENTO**

Fica constituída entre os convenientes FETAG/AL, STR's, FAEAL, ASPLANA, SIAA/AL a Comissão Interna de Entendimento com a finalidade de dirimir conflitos entre as partes, sendo a mesma composta de dez membros entre as entidades

### **APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - EXTENSÃO DA APLICAÇÃO DESTA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**

A presente Convenção será igualmente aplicada nas relações de trabalho existentes nos municípios de Branquinha/AL, Campestre/AL, Capela/AL, Coqueiro Seco/AL, Feliz Deserto/AL, Flexeiras, Igreja Nova/AL, Japaratinga/AL, Porto Calvo/AL, Rio Largo/AL, Roteiro/AL, Satuba/AL e Taquarana/AL.

### **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DESTA CONVENÇÃO**

No caso de descumprimento da obrigação de fazer de qualquer das cláusulas desta Convenção Coletiva, será aplicada uma multa equivalente ao piso salarial da categoria, revertendo a multa em favor do prejudicado.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO**

Fica reconhecida a legitimidade processual da entidade sindical da categoria profissional para o ajuizamento de ações de cumprimento.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DIA DO TRABALHADOR RURAL**

Fica instituído como feriado remunerado o dia 25 de maio - DIA DO TRABALHADOR RURAL.

## CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE MÃO DE OBRA

Com vistas a manter a mão-de-obra existente no setor sucroalcooleiro, todas as partes desta convenção se comprometem, de forma conjunta, deflagrar um processo de conscientização política e administrativa junto ao Poder Público e demais setores da sociedade quanto às repercussões sócio-econômicas do uso de máquinas colheitadeiras na área rural, relativamente ao número de trabalhadores rurais que podem ser demitidos ou não contratados.

## CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - FORO COMPETENTE

As controvérsias resultantes da aplicação da presente contratação coletiva de trabalho serão dirimidas pela justiça do trabalho.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente documento em 05 (cinco) vias de igual teor e um só efeito.

Maceió/AL, 01 de novembro de 2010.

Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas  
PEDRO ROBÉRIO DE MELO NOGUEIRA  
CPF nº 061.597.534-87

ALEXANDRE GONDIN DA ROSA OITICICA  
CPF nº. 284.303.956-87

CARLOS ROBERTO FERREIRA COSTA  
CPF nº. 417.980.074-87

CARLOS ANDRÉ ROCHA SARMENTO  
CPF nº. 678.079.684-00

MARLUCE MARISA ARAÚJO RODRIGUES  
CPF nº 260.217.304-53

ELINALDO GOMES PEIXOTO  
CPF nº 111.204.954-15

ADALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS  
CPF nº 087.690.874-15

MIGUEL TEIXEIRA ALENCAR  
CPF nº. 209.899.036-72

ILTON DO VALE MONTEIRO  
CPF nº 152.766.274-87

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS – FAEAL.  
ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA  
CPF nº. 031.435.974-53

NOEL MONTENEGRO LOUREIRO  
CPF nº. 061.231.044-20

ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DE ALAGOAS – ASPLANA.  
LOURENÇO LINS FERREIRA LOPES  
CPF nº. 123.969.664-72

NOEL MONTENEGRO LOUREIRO  
CPF nº. 061.231.044-20